

Idiane Mânica Radaelli
Leonice Aparecida de Fátima A. P. Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone

Debates Sobre o Rural

Vol. 1



Idiane Mânica Radaelli
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone
(Organizadoras)

Debates Sobre o Rural
Volume I



Ituiutaba, MG
2019

© Idiane Mânica Radaelli; Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad; Zenicléia Angelita Deggerone, 2019.
Editora da obra: Anderson Pereira Portuguesez.
Arte da capa: Anderson Pereira Portuguesez.
Diagramação: Anderson Ferreira de Azevedo Filho.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Àse Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da Editora Barlavento – Grupo Geografia e Meio Ambiente:
Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)
Maria Izabel de Carvalho Pereira (Revisora).

Pareceristas:

Dr. Antonio de Oliveira Júnior

Profa. Cláudia Neu

Dr. Giovanni F. Seabra

Dr. Leonardo Pedroso

Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Dr. Rosselvelt José Santos

Debates sobre o rural volume I. Idiane Mânica Radaelli, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, Zenicléia Angelita Deggerone(org). Ituiutaba: Barlavento, 2019, 288 p.

ISBN: 978-85-68066-91-1

1. Ciências Agrárias. **2.** Interdisciplinaridade. **3.** Coletânea.

I. RADAELLI, Idiane Mânica. **II.** MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira **III,** DEGGERONE, Zenicléia Angelita.

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
Capítulo I: A atuação do sindicato unificado dos trabalhadores na agricultura familiar na implementação do programa nacional de habitação rural na região Alto Uruguai – RS <i>Alcemir Antonio Bagnara, Douglas Cenci, Zenicléia Angelita Deggerone</i>	10
Capítulo II: Cadeias curtas e a agricultura familiar: a comercialização de alimentos na feira do produtor em Erechim - RS <i>Adriana Demarco Filipini, Cibele Lucia Bombardelli, Zenicléia Angelita Deggerone</i>	35
Capítulo III: Juventude Rural Em Movimento <i>Ezequiel Redin</i>	58
Capítulo IV: Estudo de indicadores de sustentabilidade De uma unidade familiar <i>Natália Coimbra Da Silva, Karoline Arguelho Da Silva, Dinik Osel Da Silva</i>	82
Capítulo V: Agrobiodiversidade: uso e conservação de sementes crioulas em unidades de produção familiar agroecológicas assessoradas pelo CAPA-Erechim - RS <i>Deoner José Zanatta Junior, Joice Schneider Marmantini, Neusa Andreolla</i>	106
Capítulo VI: Desenvolvimento Sustentável: Alguns Apontamentos <i>Pedro Henrique Lopes Dos Santos, Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad</i>	134

Capítulo VII: Condições ambientais e apropriação de terras na bacia hidrográfica do rio Camaquã, RS – Brasil. Abordagem histórico-ambiental	
<i>Marluza Marques Harres</i>	142
Capítulo VIII: As rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul/RS: marcas de valorização espacial	
<i>Lisane Regina Vidal Conceição, Eduardo Schiavone Cardoso</i>	180
Capítulo IX: Conflitos indígenas no Oeste Catarinense	
<i>Tiago Arcego Da Silva</i>	215
Capítulo X: Gestão da propriedade leiteira	
<i>Daiane Pegoraro Bochi, Idiane Mânica Radaelli, Marcieli Maccari</i>	240
Capítulo XI: O trabalho escravo e a ocorrência da escravidão rural contemporânea no Rio Grande do Sul	
<i>Leonice Aparecida De Fátima Alves Pereira Mourad, Eduardo Schiavone Cardoso</i>	255
Sobre os Autores	281

APRESENTAÇÃO

A presente obra resulta de um conjunto de reflexões decorrentes de pesquisas de mestrado e/ou doutorado, bem como de densas observações/intervenções cotidianas orientadas para temáticas agrárias em seu sentido lato, a partir de diferentes áreas de conhecimento.

A compreensão da complexidade da temática agrária é de suma importância para o entendimento da sociedade contemporânea, marcada por uma falsa dicotomia entre campo e cidade. Nessa obra privilegiamos temáticas e abordagens centradas na denominada agricultura familiar e/ou camponesa.

Iniciamos o livro com o capítulo intitulado “*A Atuação Do Sindicato Unificado Dos Trabalhadores Na Agricultura Familiar Na Implementação Do Programa Nacional De Habitação Rural Na Região Alto Uruguai – RS*” de autoria de Alcemir Antonio Bagnara, Douglas Cenci e Zenicléia Angelita Deggerone. O artigo retrata a construção da política pública de Habitação Rural no Brasil e correlaciona com a história do SUTRAF – AU e sua participação na implementação desta política. Mostra os resultados numéricos de beneficiários, a satisfação das famílias beneficiadas e como essa política contribuiu na permanência de famílias no meio rural.

O capítulo II “*Cadeias Curtas E A Agricultura Familiar: A Comercialização De Alimentos Na Feira Do Produtor Em Erechim – RS*” de autoria de Adriana Demarco Filipini, Cibele Lucia Bombardelli e Zenicléia Angelita Deggerone, apresenta como os agricultores familiares realizam a organização da produção e comercialização de alimentos na Feira do Produtor em Erechim - RS.

No capítulo III, Ezequiel Redin apresenta, no artigo denominado, “*Juventude Rural Em Movimento*” um panorama das principais questões que circunscrevem a juventude rural em

questão, trazendo as reflexões já realizadas e as reflexões vindouras a partir de um novo processo metamorfose e transformação social em nosso meio rural brasileiro, mediado pelo acesso e popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação no campo, com implicância no maior potencial de interação da juventude rural com o mundo virtual, em seus espaços organizativos no âmbito social, em sua interlocução com o núcleo familiar e a unidade de produção. O impacto da intensificação da comunicação rural traz novos movimentos para a juventude rural que são lançadas neste texto para debate e futuras investigações.

O texto que compõe o capítulo IV *“Estudo De Indicadores De Sustentabilidade De Uma Unidade Familiar”*, de autoria de Natália Coimbra da Silva, Karoline Arguelho da Silva e Dinik Osel da Silva, propõe uma análise social, econômica e ambiental no conjunto de Indicadores de Sustentabilidade em uma unidade familiar, através da metodologia de Marco para Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS), para a construção dos indicadores foi utilizado parâmetros que variaram entre 1 considerado nível crítico, 2 nível aceitável e 3 nível desejável de sustentabilidade. A partir deste estudo foi possível destacar os pontos fracos e fortes do agroecossistemas familiar, podendo contribuir para o desempenho dos agroecossistemas visando níveis elevados de sustentabilidade.

Deoner José Zanatta Junior, Joice Schneider Marmentini e Neusa Andreolla apresentam, no capítulo V o artigo denominado *“Agrobiodiversidade: Uso E Conservação De Sementes Crioulas Em Unidades De Produção Familiar Agroecológicas Assessoradas Pelo Capa-Erechim”*, no qual analisam o uso e conservação das sementes crioulas ou

tradicionais na Região Alto Uruguai do RS e SC. Através de uma amostragem em propriedades rurais assessoradas pelo CAPA-Erechim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas em 24 Unidades de Produção Familiar Agroecológicas.

No capítulo VI intitulado “*Desenvolvimento Sustentável: Alguns Apontamentos*”, Pedro Henrique Lopes dos Santos, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad sistematizam pontualmente a temática do desenvolvimento sustentável, utilizando como suporte as leituras disponibilizadas durante o curso de graduação, bem como os debates sobre o tema realizados nessa trajetória acadêmica. Informamos ainda que, inicialmente, faremos um apanhado histórico acerca das modificações na percepção sobre a relação ser humano/natureza, identificando essas mudanças a partir das orientações, especialmente dos organismos internacionais, que dão conta de determinada concepção e projetos de desenvolvimento.

O capítulo VII intitulado “*Condições Ambientais E Apropriação De Terras Na Bacia Hidrográfica Do Rio Camaquã, RS – Brasil. Abordagem Histórico-Ambiental*” de autoria de Marluza Marques Harres apresenta uma abordagem histórico- ambiental da apropriação e primeiras formas de aproveitamento das terras na região do baixo rio Camaquã. Para isso trabalha uma leitura intensiva de fontes históricas do século XIX, tentando revelar como o uso da área vinha impondo transformações ao meio ambiente, especialmente no que se refere ao regime das águas, drenagem dos campos, alteração dos cursos dos arroios e córregos, desmatamento das margens, construção de pequenas represas, entre outras iniciativas.

O capítulo VIII, “*As Rugosidades Da Paisagem Rural De Cachoeira Do Sul/RS: Marcas De Valorização Espacial*”, de autoria de Lisane Regina Vidal Conceição e Eduardo Schiavone

Cardoso discute o processo de valorização do espaço a partir da permanência das rugosidades na paisagem rural de Cachoeira do Sul (RS) através da construção de um inventário. O inventário das rugosidades possibilita preservar do esquecimento e salvaguardar na memória estas marcas pretéritas que valorizam o espaço, cuja presença e ressignificação contribuem para a permanência do homem no meio rural.

No capítulo IX, “Conflitos Indígenas No Oeste Catarinense”, Tiago Arcego da Silva, abordagem sobre a situação dos conflitos envolvendo as terras indígenas no oeste catarinense, tentando situar o leitor sobre os territórios e seu histórico, bem como as perspectivas de resolução e andamento dos processos de demarcação. Para tanto, compreendemos ser necessária uma rápida contextualização da ocupação do Oeste Catarinense e dos grupos que se cruzam historicamente. Percebemos seis comunidades indígenas em um recorte territorial que abrange o Extremo Oeste até o limite com a BR 153, em Irani. São povos das etnias Kaingang e Guarani. Compreendê-los em sua dinâmica social e interação com outros grupos que ocuparam os mesmos territórios é importante para traçar um panorama de toda a organização social do que vamos aqui chamar de Oeste Catarinense.

Daiane Pegoraro Bochi, Idiane Mânica Radaelli e Marcieli Maccari, no capítulo X “*Gestão Da Propriedade Leiteira*”, discute que com o avanço do crescimento populacional nas últimas décadas, o agricultor precisa estar atendendo a demanda do mercado de produtos da agricultura familiar. No estilo correto de gerenciar empresas familiares ainda é particular de cada propriedade, porém o produtor precisa saber a melhor maneira de administrar sua propriedade e visando uma futura sucessão dos negócios da família.

O capítulo XI, “*O Trabalho Escravo E A Ocorrência Da Escravidão Rural Contemporânea No Rio Grande Do Sul*” de autoria de Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad e Eduardo Schiavone Cardoso. O artigo tem como temática central o estudo do trabalho escravo rural contemporâneo no RS, com ênfase na silvicultura e fruticultura, atividades com a maior incidência dessa modalidade de exploração de trabalho, reconhecida pela OIT como Trabalho Forçado, caracterizado pela escravidão por dívida. Privilegiou-se a identificação, descrição e problematização da atuação do poder público federal, com especial ênfase na atuação do MTE e dos Grupos Móveis Especiais que, na legislação nacional, têm a incumbência de combate e repressão ao trabalho escravo contemporâneo. Com essa coletânea, priorizamos as reflexões e debates sobre diferentes temáticas agrárias a partir de olhares distintos que fortalecem a questão apresentando uma expressiva diversidade de experiências que têm como lócus o campo, em distintos locais do Brasil, tendo como protagonistas agricultores familiares e/ou camponeses e seu esforço permanente em viabilizar sua reprodução social, responsabilizando-se ainda pela produção de alimentos que abastece o mercado nacional.

Idiane Mânica Radaelli
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone

CAPÍTULO I

A ATUAÇÃO DO SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL NA REGIÃO ALTO URUGUAI – RS

Alcemir Antonio Bagnara

Douglas Cenci

Zenicléia Angelita Deggerone

Introdução

A permanência das famílias no meio rural tem acentuado os atuais debates em torno do desenvolvimento rural brasileiro. O tema tornou-se foco de discussão e implementação de inúmeros programas e políticas públicas sociais nas últimas décadas (2003 a 2015). A luta dos agricultores familiares e suas organizações idealizaram programas, apresentaram pautas e realizaram mobilizações. Essas reivindicações tencionaram para que o Estado Brasileiro organizasse a execução dessas políticas. Porém, devido à dificuldade existente para que estas políticas chegassem aos beneficiários, o Estado estabeleceu parcerias com as organizações sociais da agricultura familiar na implementação e execução destes programas.

As ações desenvolvidas pelo Estado, entre os anos de 2003 a 2015, vêm ao encontro do desenvolvimento e da inclusão social das famílias rurais, representando uma mudança nos rumos e perspectivas para com a agricultura familiar. Entre as novas políticas públicas implementadas pelo Estado para a

agricultura familiar, está o Programa Nacional de Habitação Rural – PNRH (BOLTER, SCHNEIDER, HAAS, 2015).

É possível constatar que a política de habitação rural e uma série de outras se tornaram realidade. Isso foi resultado da luta sindical e da percepção e planejamento governamental, que passa a mudar a forma de condução do Estado brasileiro. Este processo foi construído coletivamente por milhares de agricultores familiares organizados em torno de suas organizações que desenvolveram o papel reivindicatório e propositivo nas políticas de Estado em relação ao meio rural.

Nesse sentido, o presente artigo visa analisar a evolução do programa de habitação rural na Região Alto Uruguai - Rio Grande do Sul e a participação que o SUTRAF-AU (Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai – RS) teve na proposição e implementação desta política no meio rural.

O presente trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução, a primeira seção destina-se a apresentação dos aspectos metodológicos empregados no estudo, na segunda seção contém o referencial teórico, que apresenta uma discussão sobre a criação da Política Nacional de Habitação Rural e um breve histórico do Sindicato Unificado da Agricultura Familiar do Alto Uruguai – SUTRAF-AU. Na terceira seção são apresentados e discutidos os resultados da participação e implementação do SUTRAF-AU desta programa no Alto Uruguai (RS). E por fim, na quarta seção são tecidas considerações finais acerca do estudo.

Materiais e métodos

Este trabalho classifica-se como exploratório e descritivo, pois tem como finalidade de descrever e discorrer sobre a

importância da atuação do SUTRAF-AU na implementação da Política pública de habitação rural no Alto Uruguai.

As pesquisas exploratórias proporcionam maior contato com o problema, com a finalidade de torná-lo mais explícito. Segundo Gil (1999), elas têm o objetivo de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, a partir da elaboração de um problema. Em relação as pesquisas descritivas, Lakatos e Marconi (2010), destacam que são pesquisas que buscam a descrição, registro, análise e interpretação de dados, a cerca de um determinado fenômeno.

Quanto à abordagem desta pesquisa, a mesma pode ser classificada como quantitativa e qualitativa, pois estes dois tratamentos podem ser complementares, e enriquecem a análise e as discussões finais dos trabalhos (MINAYO, 1997). Segundo Bicudo (2006), pesquisas quantitativas são passíveis de ser mensuráveis, já a pesquisa qualitativa engloba a ideia do subjetivo, passível de expor sensações e opiniões.

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa de estudo de caso. Este tipo de procedimento, especialmente nas ciências sociais, permite conhecer os fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais e políticos (YIN, 2010) com maior amplitude e profundidade. Os dados coletados sobre a implementação da política nacional de habitação rural foram coletados entre os anos de 2001 a 2015, por meio da realização de entrevistas junto aos associados que acessam esta política pública, bem como os dirigentes sindicais do SUTRAF-AU, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-SUL) e da Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (COOPERHAF).

Os dados coletados foram posteriormente analisadas por meio da análise de conteúdo, que segundo Bardin (2009) se refere a um conjunto de técnicas de análise das comunicações,

visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das informações, coletadas pela pesquisa.

A criação da política nacional de habitação rural

Os programas de habitação mesmo estando regulamentado em Lei, não eram implementados no meio rural até o ano de 2003, tendo em vista a falta de prioridade por parte do governo federal e pela não destinação de recursos para investimentos na área. Segundo Bolter, Schneider, Hass (2015, p. 97) as ações, políticas e programas públicos de habitação até então existentes não conseguiam ser acessados pelos pequenos e médios agricultores, visto que os mesmos enfrentavam problemas burocráticos e também porque as condições exigidas eram semelhantes aos programas habitacionais urbanos.

O constante debate proposto pelas organizações e movimentos sociais, a sucessiva apresentação de pautas aos governos Municipais, Estaduais e Federal, fizeram com que os mesmos repensassem a problemática da habitação e passassem a entender o espaço rural com suas especificidades. Esta política pública é fruto da pressão popular, que em 1999 fez o Estado do Rio Grande do Sul criar um grupo de trabalho envolvendo técnicos e movimentos sociais para dialogar sobre a problemática. O grupo produziu um esboço de projeto e ainda no mesmo ano foi instituído o Programa Estadual de Habitação Rural - PHRRS. Este programa foi desenvolvido pelo governo

do Estado do RS, em parceria com FETRAF-SUL e COOPERHAF, e viabilizou a construção e reforma de 378 unidades habitacionais no Estado do Rio Grande do Sul (COOPERHAF, 2015).

Essa experiência exitosa no Rio Grande do Sul, é levada para o governo federal, através do ex-governador Olívio Dutra em 2003. Responsável pela criação do programa estadual, é nomeado como ministro, no recém-criado Ministério das Cidades. Com a reestruturação do novo Governo Federal, esse Ministério assumiria a responsabilidade pela criação e implementação de programas e políticas habitacionais.

A ideia de um programa habitacional semelhante ao do RS, fez surgir o PHR (Programa de Habitação Rural) ainda no ano de 2003. Esse programa nasce vinculado ao Programa Nacional de Habitação, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e tirar da condição de vulnerabilidade socioeconômica os agricultores familiares brasileiros. Segundo Bolter, Schneider, Haas (2015), o PHR iniciou com três modalidades de contratos: i) Programa de subsídio a habitação de interesse social (PSH); ii) Carta de crédito com operações coletivas, FGTS (CCFGTS); e iii) Crédito Solidário (FDS), constatando-se que, nesse período, o Programa funcionava com recursos periféricos e incertos. Esta formatação inicial manteve-se até o ano 2009.

A operacionalização destas modalidades, dentro do programa anterior (PHR), permite um processo de aprendizagem e aperfeiçoamento. Isso proporcionou um melhor delineamento e a criação de um novo programa, o PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), criado no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, através da Lei 11.977/2009. Esta política pública

teve a finalidade de possibilitar ao agricultor familiar, trabalhador rural e comunidades tradicionais o acesso à moradia digna no campo, seja construindo uma nova casa ou reformando/ampliando/concluindo uma existente. Segundo Bolter, Schneider, Haas (2015), a partir dessa nova configuração, o Programa passou a contar com recursos diretos do Orçamento Geral da União – OGU, além disso, o Programa passou a ser operacionalizado pela Caixa, por meio da Superintendência de Habitação Rural (SUHAR) e pelo Banco do Brasil (BB).

Ao mesmo tempo que nasce e se consolida a luta pela habitação rural, se consolidam as instituições FETRAF-SUL, o SUTRAF-AU e COOPERHAF. Essas entidades, embora tenham essa denominação mais recente, a sua organização e funcionamento datam meados da década de 1980.

A constituição do sindicato dos trabalhadores na agricultura familiar do Alto Uruguai – SUTRAF – AU como ator regional

A organização dos trabalhadores do meio rural, na região Alto Uruguai – Rio Grande do Sul, e a consolidação dos sindicatos, cooperativas e outras organizações ocorrem dentro de um contexto histórico regional e de grandes mudanças socioeconômicas na agricultura.

Segundo Zanella (2004) em 1962, é o ano do surgimento dos sindicatos de trabalhadores rurais na região. Além dos sindicatos, eram desenvolvidas outras formas de organização, como as cooperativas e associações. No período em que o

regime militar comandou o País, a ação sindical foi reprimida e os sindicatos foram transformados em grandes ambulatórios médicos e dentários, desvirtuando o do seu verdadeiro papel.

No final dos anos 1970 e início da década de 1980, surgem os movimentos pela democratização do Brasil. Junto com os movimentos nacionais, na região Alto Uruguai ressurgem a discussão e ações em torno do papel do sindicato. Conforme Seminotti (2014), este autor destaca a atuação da Igreja Católica progressista, através das Comunidades Eclesiais de Base, como espaço alternativo de militância contra o regime militar e em prol da construção da consciência política, pela justiça social e de direitos. Esse movimento de questionamento ao sindicalismo atrelado ao Estado e assistencialista, passa a ter a denominação de “novo sindicalismo”, segundo Sandoval (1994).

A década de 1980 foi marcada por fortes mobilizações de agricultores buscando melhores condições de vida no meio rural. Até a promulgação da constituição, a agricultura padecia de políticas públicas como crédito, saúde, educação e previdência social. Essas mobilizações contribuíram para o questionamento do sindicalismo “pelego” e fortalecimento de um novo sindicalismo. Outro questionamento à época era a denominação de Sindicato de Trabalhadores Rurais, dada inicialmente na constituição dos sindicatos. O questionamento baseava-se que a agricultura da região, era desenvolvida pela família e a definição de “trabalhadores rurais” referia-se à condição de “empregado”. Dessa forma, passou-se então aos debates sobre uma nova denominação, que mais tarde passaria ser agricultor familiar.

Na década de 1990, segundo Zanella (2004), o termo agricultura familiar passa a ter a adoção nacional e

regionalmente, como recorte e diferenciação dos termos agricultura patronal e trabalhador rural. A agricultura familiar passa a ser o público prioritário de atuação e de disputa do sindicalismo Cutista e Fetagiano, principalmente na luta por políticas públicas. No início dos anos 80, todos os sindicatos de trabalhadores rurais da região do Alto Uruguai eram Fetagianos e no final da década de 90, a região passa a ter a hegemonia dos sindicatos Cutistas.

O debate regional apresentava desafios maiores de unificação da ação sindical, de fortalecimento da luta regional e a otimização da estrutura física e financeira. Surge então o debate pela regionalização que se efetivou pela construção do primeiro sindicato regional, o Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SUTRAF) da microrregião de Getúlio Vargas.

Após esse primeiro passo, o debate foi aprofundado, e em 28 de março de 2001, foi criada a FETRAF-SUL/CUT, que em suas resoluções apresenta uma proposta para a construção de um processo de regionalização dos sindicatos. Seguindo a definição, os dirigentes decidem pela realização do I Congresso Sindical da Agricultura Familiar do Alto Uruguai, o qual aconteceu em março de 2003 e aprovou a criação do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai – SUTRAF-AU com uma área de abrangência em vinte e seis municípios da Região, e aproximadamente 10 mil associados.

Desta forma, o SUTRAF-AU nasce fortalecido em termos de representação, e com muita organização local, fruto do trabalho das sedes sindicais municipais. O SUTRAF-AU se apresenta como ator regional propositor do debate sobre desenvolvimento e de proposição de políticas públicas.

O SUTRAF-AU se constitui no ano de 2003, decorrente do trabalho de muitas mãos de homens e mulheres que se envolveram na luta contra a ditadura militar, e aturam na construção das oposições sindicais, em associações e nos próprios sindicatos municipais. Embora a fundação seja feita em 2003, a organização ocorria através da direção regional do Alto Uruguai e sua atuação se dava através dos sindicatos municipais envolvidos, desde final da década de 1970.

A participação do SUTRAF-AU na implementação das políticas públicas de habitação rural

Uma das maiores preocupações do SUTRAF-AU, sempre foi o acesso às políticas públicas, haja vista a dificuldade de implementação das mesmas por parte de governo, pois o mesmo não tinha mecanismos necessários para garantir a sua efetivação. Atualmente ao verificar a implementação massiva de várias políticas públicas, é difícil imaginar o quanto este processo era burocrático e moroso, o que impedia a implementação das ações que viessem em benefício dos agricultores familiares, como exemplos dessa situação, cita-se o crédito rural e a previdência social. Para os agricultores familiares terem acesso ao crédito bancário, foi necessário criar cooperativas de crédito da agricultura familiar afim de desburocratizar o acesso, mas, mesmo assim, houve muitas dificuldades, devido às exigências dos agentes financeiros estatais. Para agricultores e agricultoras familiares conseguirem receber suas aposentadorias, salário maternidade e auxílio doença, foi necessário fazer mutirão no INSS, onde os sindicatos colocaram equipes durante 6 meses

para ajudar analisar os processos pendentes e liberar estes benefícios.

O papel da organização sindical foi fundamental para propor melhorias na área rural e na conquista das políticas públicas. Estas só existem devido à organização e mobilização dos agricultores familiares sobre o governo federal, que em muitas situações houve fechamento do acesso às agências bancárias e dos Ministérios Federais em Brasília, a fim de agilizar as liberações de recursos, reduzir juros de crédito rural e, conseqüentemente, garantir mais recursos para agricultura familiar.

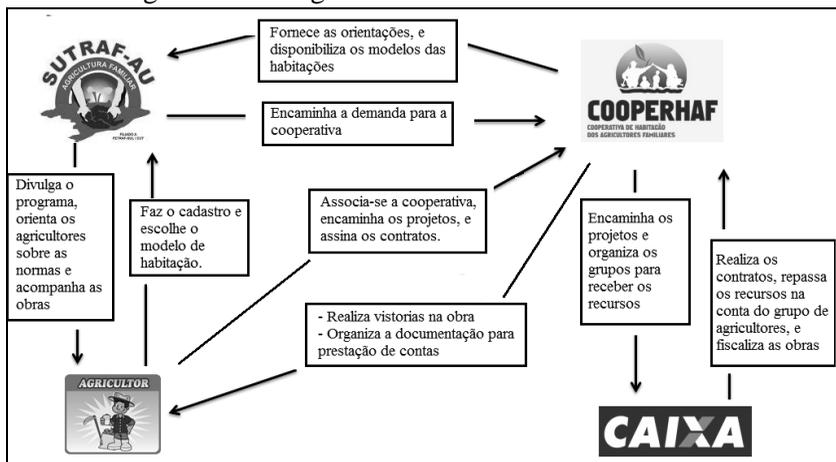
No caso da habitação não foi diferente, o SUTRAF-AU participou efetivamente na luta pela criação do Programa de Nacional de Habitação Rural (PHR e PNRH) tanto na elaboração, na proposição de pauta, na mobilização, na conquista, bem como em reuniões de divulgação e na implementação junto ao público beneficiário.

Para acesso e operacionalização dos programas de habitação, foi necessária a criação de uma cooperativa. Dessa forma, a FETRAF-SUL/CUT e o SUTRAF-AU participaram e contribuíram significativamente na criação e consolidação da COOPERHAF. Estas entidades também foram fundamentais para garantir o maior número possível de novas habitações e reformas das residências que apresentavam problemas estruturais e por estarem desgastadas devido a ação do tempo. A articulação, entre estas instituições, permitiu que ao mesmo tempo em que, os programas de habitação fossem sendo implementados, os ajustes nos programas, a desburocratização e o acesso fosse facilitado aos interessados.

A atuação do SUTRAF-AU foi fundamental na implementação do programa de habitação rural. O Sindicato foi responsável pela divulgação do programa junto aos agricultores familiares, de realizar a orientação aos agricultores sobre normas e regras do programa, além de efetuar o cadastro dos agricultores no sistema e repassar as demandas por habitação rural para COOPERHAF. A cooperativa elaborava o projeto arquitetônico da habitação e informava o agricultor via SUTRAF-AU dos encaminhamentos a serem tomados. O sindicato ainda, acompanhava os agricultores na assinatura dos contratos junto aos órgãos oficiais, acompanhava a execução e fiscalização das obras de construção das residências no meio rural.

A figura abaixo representa a dinâmica de funcionamento do PNHR na sua execução na parceria com o Governo Federal, Caixa, COOPERHAF e SUTRAF-AU.

Figura 1 - Fluxograma de funcionamento do PNHR



Fonte: Adaptado de Bolter (2013)

Para que a habitação rural se tornasse realidade, existia um longo caminho a ser percorrido e o envolvimento do SUTRAF-AU foi determinante em todas as fases. Primeiramente o agricultor deveria ter acesso à informação que o fez conhecer o programa de habitação rural. Esta informação foi disseminada através das reuniões, assembleias, programas de rádio, informativos e entre outros meios de comunicação do SUTRAF-AU.

O segundo passo foi quando o agricultor resolveu participar do programa e se dirigiu até o sindicato para conhecer os procedimentos necessários ao encaminhamento. Conhecendo todo o funcionamento do programa, a família se inscrevia mediante a avaliação de enquadramento¹ e a partir deste

¹ O enquadramento se refere aos termos da Lei 11.977/2009 que rege o programa de habitação rural.

momento o sindicato organizava toda a documentação para formar um grupo².

Seguindo o procedimento, o sindicato apresentava a demanda e a documentação exigida para a cooperativa dar continuidade ao processo. Nesse momento o agricultor deveria se associar a cooperativa de habitação rural que iria disponibilizar um corpo técnico para organizar o projeto de habitação e outros documentos necessários ao encaminhamento do projeto de habitação.

Depois de finalizado o projeto, o mesmo era encaminhado ao agente financeiro³, o qual analisava a documentação e emitia os contratos do programa de habitação. Os contratos eram assinados em uma reunião articulada pelo sindicato, com a presença dos agricultores, da cooperativa e do agente financeiro. Nesta reunião, era realizada a primeira orientação sobre os procedimentos de compra dos materiais a serem utilizados na construção, o funcionamento da execução da obra, que eram acompanhadas pelo sindicato e pela equipe de engenharia da cooperativa.

A prestação de contas era realizada pela cooperativa de habitação com suporte do sindicato, que envolviam a organização das notas, a produção de relatórios técnicos até a comprovação da execução final da obra. O agente financeiro tinha a responsabilidade de fiscalizar todo o processo e realizar o pagamento que era feito diretamente ao fornecedor.

² O grupo se refere a uma norma do programa que não permite o encaminhamento de forma individual, portanto formam-se grupos para possibilitar o acesso.

³ O agente financeiro na maioria das vezes se refere a Caixa Econômica Federal, podendo ser o Banco do Brasil.

Destaca-se que uma das mais importantes iniciativas da Cooperativa foi a implementação de normas e ações que visavam ir além das construções e das reformas habitacionais. Um dos exemplos de inclusão e valorização social foi o projeto Caprichando a Morada, que através de ações de formação oportunizou as famílias esclarecimentos sobre esta política pública e os deveres dos agricultores beneficiados. As ações eram divididas em quatro módulos.

O Módulo I, eram concedidas orientações para construção da unidade habitacional. No módulo II, a formação visava esclarecer e fomentar ações de cooperação e de associativismo na agricultura familiar, da importância das Instituições rurais (Sindicado, Cooperativa, Associação, entre outras), bem como o relato das lutas sindicais que resultaram em conquistas, como a própria habitação rural. O módulo III, eram abordadas ações que poderiam construir um ambiente saudável e sustentável nas propriedades rurais, através do embelezamento do entorno da unidade de produção, e também dos cuidados com o meio ambiente através da implantação de ações de saneamento básico, do abastecimento de água, das instalações sanitárias para tratamento do esgoto, do destino dos resíduos sólidos e orgânicos, dentre outras ações de educação ambiental. No término da atividade, era feita a doação de mudas de árvores frutíferas, flores e hortaliças diversas as famílias beneficiadas. E por fim, no módulo IV, eram discutidas medidas de gestão financeira e social da propriedade rural, onde eram realizadas ações de sensibilização sobre as relações sociais (o papel da mulher, os jovens e idosos na propriedade rural), da gestão da propriedade, da identificação das melhores estratégias de

investimentos e de como agregar valor aos produtos produzidos pela família.

O projeto Caprichando a Morada foi premiado em 2009 pelo Programa Habitat da Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das melhores práticas para melhoria na qualidade de vida no ano de 2008.

O resultado da implementação do programa nacional de habitação rural no Alto Uruguai – RS

A participação do SUTRAF-AU foi determinante na implementação dos programas de habitação junto às famílias de agricultores familiares, pois ao conquistar o programa piloto no Estado do RS, denominado Pró-Comunidade, permitiu imediatamente a organização dos agricultores e a viabilização da operacionalização dos programas. Os dados pesquisados revelam que as 378 habitações desenvolvidas de forma experimental e emergencial no Estado do Rio Grande do Sul, 136 residências foram implementadas nos municípios de atuação do SUTRAF-AU, ou seja, 36% (trinta e seis por cento).

Nos anos de 2002 a 2003, não foram desenvolvidos projetos novos, somente a execução do Pró-Comunidade, que ocorreu em parceria com COOPERHAF. A retomada ocorre a partir de 2004 com os primeiros programas a nível nacional.

Os controles das documentações das habitações até o ano de 2006, foi deficitário, uma vez que não possuía um sistema de informática que permitia o armazenamento quantitativo das informações. Portanto, alguns dos dados apresentados deste período, são considerados aproximados, uma vez que em alguns

casos eram anotados no ano da contratação e outros casos da execução da obra, período na época, que podia ser de mais de 12 meses. Mesmo com essa imprecisão nas unidades habitacionais, pode-se afirmar que o SUTRAF-AU contribuiu para consolidar os programas de habitação e sua implementação junto às famílias de agricultores familiares. Até 2006, foram aproximadamente 1.100 habitações novas ou reformas, intermediadas pelo SUTRAF-AU e, que ao serem implementadas, garantiu moradia digna a essas famílias.

Os dados⁴ a partir de 2007 são considerados exatos e retratados na tabela 1. Os números demonstram um salto no número de contratação e execução de obras.

⁴ Dados fornecidos pela Cooperhaf – Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares e sistematizados pelos autores.

Tabela 1 - Comparação da evolução de unidades habitacionais no Alto Uruguai (AU) comparado ao Estado do RS

ANO / HAB	AU	RS
2001	136	378
2004	254	708
2005	468	1.468
2006	224	799
2007	41	1.125
2008	728	1.729
2009	135	1.556
2010	42	194
2011	144	679
2012	383	1.169
2013	345	957
2014	160	505
2015	67	213
TOTAL GERAL	3.127	11.480

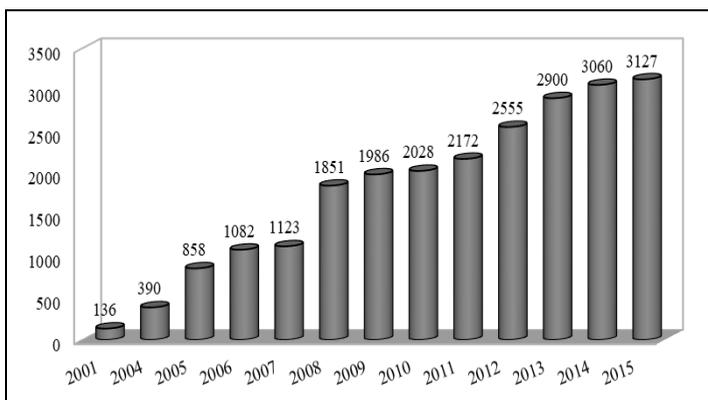
Fonte: Cooperhaf (2015)

Os dados apresentados na tabela apresentam algumas variações nas contratações e percentuais relativos ao período de 2001 a 2015. Não foram estudados os motivos destas variações, mas pode-se afirmar que o número de habitações é superior à de outras regiões, que atuam como sindicato individualmente. No Alto Uruguai, o SUTRAF-AU organizou a implementação deste programa de habitação em 20 municípios.

Com base nestes dados, a média do programa de habitações alcançados na região foram em torno de 150 habitações para cada município. Isso perfaz o beneficiamento de mais de 600 pessoas nos municípios, pois as familiares apresentam uma média de 4 pessoas por família.

Na figura 2, visualiza-se a evolução no decorrer de 13 anos de implementação dos programas habitacionais, a variação de ano a ano das 3.127 unidades habitacionais contratadas e executadas no Alto Uruguai, com a participação determinante do SUTRAF-AU.

Figura 2 - evolução de unidades habitacionais na Região Alto Uruguai



Fonte: Cooperhaf (2015)

Para além dos números estatísticos, a grande relevância do trabalho do SUTRAF-AU e suas parceiras, está na satisfação dos agricultores familiares beneficiados e suas famílias.

Conforme pode ser visualizado nas figuras 3 e 4, observa-se o antes e o depois da construção de uma das residências edificada com os recursos do programa nacional de habitação rural.

Figura 3 – Residência localizada no interior do município de Aratiba (Antes do Programa)



Figura 4 – Residência localizada no interior do município de Aratiba (Depois do Programa)



Fonte: Acervo do SutraF-Aratiba (RS) (2013)

Conforme pode ser observado, existe uma diferença significativa no ambiente desta família beneficiada por esta política pública. Dentre os beneficiados na Região Alto Uruguai, os agricultores familiares informam que só construíram as novas residências, ou reformaram as casas em que residiam, porque conseguiram acessar esta política pública, pois, se não fosse a concessão deste auxílio estariam morando nas antigas residências, ou estariam vivendo com os familiares e, alguns casos, teriam abandonado o meio rural.

Ademais, os beneficiados desta política pública destacam que as melhorias realizadas nas residências, oportunizaram perceber o quanto era motivo de orgulho ter uma residência organizada e aconchegante, por isso, alguns agricultores realizaram novos investimentos nas infraestruturas presentes nas unidades de produção. Além do mais, as famílias passaram a se sentir motivadas em receber as pessoas, amigos e parentes nas propriedades rurais devido as melhorias realizadas ou a própria construção da nova residência, por consequência também,

passou existir um clima de confiança das famílias e dos jovens para permanecer no meio rural.

Outras situações destacadas pelos agricultores, enfatizam que após a realização das reformas/ou construção das residências, ocorreu uma melhoria significativa no conforto térmico das moradias. Além disso, para as mulheres agricultoras, que puderam acessar esta política pública, afirmam possuir um sentimento de realização, por terem um espaço aconchegante e propiciar que a família permaneça no meio rural com qualidade de vida.

Em um estudo similar realizado por Atiyel (2016) com agricultores familiares beneficiados por esta política pública na Região Central do Estado do Rio Grande do Sul, apontou que além da efetivação do sonho da casa própria, o programa possibilitou o que os agricultores consideraram ter “dignidade” ao dispor de uma residência aconchegante para viver. Além disso, a autora verificou os agricultores associarem o PNHR com a sensação de “alegria” e por estarem alcançando a possibilidade e morar em uma nova residência.

A autora ainda identificou que a partir da construção da casa ou reforma alcançada pelo programa, isso possibilitou a permanência dos filhos (jovens) morando e trabalhando na área rural; diminuição de doenças respiratórias entre os membros das famílias, consequência talvez, de uma habitação mais bem estruturada fisicamente; ainda há o aumento da aquisição de bens, como móveis e eletrodomésticos para a casa nova, pois a partir da nova moradia vem a vontade dos beneficiários em obter “tudo novo” para completar o ambiente doméstico (ATIYEL, 2016).

Rover e Munarini (2010), ao estudarem a realidade do PNHR em municípios do Oeste de Santa Catarina, constataram, que muitas famílias beneficiadas pelo programa expressaram grande satisfação em realizar o sonho da construção ou reforma de sua casa. Dessa forma, isso provocou um forte efeito na autoestima das famílias, fortalecendo tanto o desejo de permanecer no espaço rural, como a expectativa de continuidade dos jovens na atividade.

No entanto, ressalta-se que as últimas famílias beneficiadas por esta política pública foram em 2015, e o programa não teve continuidade. Em consequência disso, segundo informações levantadas em 2019 pelo SUTRAF-AU, existe na Região Alto Uruguai, um déficit entre construções e reformas de 1.600 unidades habitacionais. Com a não continuidade deste programa, percebe-se que as políticas públicas no Brasil não apresentam características de intervenções aplicáveis em longo prazo. Na maioria das vezes, os programas aplicados têm a duração do governo que o lançou, não sendo prioridade no mandato do próximo governo, isso decorre da falta de priorização de ações que objetivem a resolução de problemas da população brasileira, a partir de planos de governo legitimados por filosofias liberais ou neoliberais.

A falta de visão da necessidade de implantação de políticas efetivas de Estado que promovam a distribuição de renda e acesso a seus direitos básicos, poderia contribuir com o desenvolvimento local de inúmeros municípios brasileiros, bem como a melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores familiares, que são responsáveis pela produção de alimentos.

Por fim, destaca-se que a atuação do SUTRAF-AU foi preponderante para a divulgação e orientação desta política pública para os agricultores familiares associados. Pois, através desse importante programa muitos agricultores se sentiram representados e tiveram acesso as suas reivindicações, enquanto atores engajados em encontrar soluções para os problemas que afetam a agricultura familiar.

Considerações finais

Ao analisar a implementação do Programa Nacional de Habitação Rural na Região Alto Uruguai (RS), pode-se perceber que foi fundamental a participação do SUTRAF-AU na efetivação desta política pública no meio rural. Destaca-se entre as principais ações realizadas pelo SUTRAF-AU, foi a logística implementada entre as agricultores e demais atores envolvidos, onde a parceria permitiu que o fluxo de informações fosse mais ágil e os procedimentos garantidos entre governo (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil) e entidade organizadora (COOPERHAF).

Verificou-se que esta política pública permitiu a construção ou reforma de mais de três mil unidades habitacionais no Alto Uruguai (RS), especificamente na base de atuação do SUTRAF-AU. Isso mostra o compromisso da organização sindical, com as mais de 12 mil pessoas atingidas, garantindo além de uma moradia digna, uma melhor qualidade de vida para essas famílias.

Identificou-se também que este programa oportunizou, além das 3.127 casas novas, a concretização de um sonho, ou

seja, permitiu que muitos tivessem dignidade de morar no campo com qualidade de vida, que os filhos permanecem nas propriedades rurais, melhoria nas condições de saúde e a busca por novos projetos para a família continuar residindo no meio rural.

No entanto, esta importante política pública não teve continuidade depois de 2015, pois as políticas públicas no Brasil não apresentam características de intervenções aplicáveis em longo prazo. Por esse motivo, existe, na Região do Alto Uruguai, uma demanda represada de 1.600 unidades habitacionais a serem construídas ou reformadas.

Por fim, destaca-se que a atuação do SUTRAF-AU foi preponderante para a divulgação e implementação desta política pública para os agricultores familiares associados. Contudo, esperasse que esta política pública volte a ser desenvolvida e se torne uma ação efetiva do Estado Brasileiro, oportunizando que mais famílias tenham acesso a uma moradia digna, e tenham melhores condições de vida para continuar produzindo alimentos no meio rural.

Referências

ATIYEL, C. *Análise da atuação dos atores no desenvolvimento do programa nacional de habitação rural no município de Cachoeira Do Sul/RS*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural). Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 5ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BICUDO, M. A. V. *Pesquisa em educação matemática*. Proposições, Campinas, v. 4, n. 10, p. 18-23, 1993.

BOLTER, J. A. G. *Interfaces e Cogestão nas Políticas para Agricultura Familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural*. Tese (Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BOLTER, J. A. G.; SCHNEIDER, S.; HAAS, J. M. O programa nacional de habitação rural como estratégia de desenvolvimento rural. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

COOPERHAF. *Relatório da atuação da cooperativa na construção e reformas de casas pelo Programa Nacional de Habitação Rural – Dados Internos*. 2015.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROVER, O. J.; MUNARINI, P. R. A política de habitação rural e o desenvolvimento da agricultura familiar. *Revista Katálysis*. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 260-269, jul./dez. 2010.

SANDOVAL, S. *Os Trabalhadores Param: greves e mudanças sociais no Brasil (1945-1990)*. Ática, 1994

SEMINOTTI, J. J. *A dinâmica Sociopolítica na Agricultura familiar*. Os Agricultores Familiares e a representação política do Sutraf no Alto Uruguai Gaúcho. UPF, 2014.

SEMINOTTI, J. J. *A Igreja Católica na Formação do Novo sindicalismo rural na região do Alto Uruguai do RS*. UFPR, 2009.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANELLA, A. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)* Passo Fundo: UPF, 2004.

CAPÍTULO II

CADEIAS CURTAS E A AGRICULTURA FAMILIAR: A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS NA FEIRA DO PRODUTOR EM ERECHIM – RS

Adriana Demarco Filipini

Cibele Lucia Bombardelli

Zenicléia Angelita Deggerone

Introdução

Os estudos sobre os processos de inserção de produtos da agricultura familiar em mercados têm despertado o interesse de muitos pesquisadores nos últimos anos. As pesquisas sobre a construção de mercados e a inserção dos produtores em cadeias curtas, buscam apresentar as iniciativas que os agricultores construíram ao longo do tempo, para se manterem integrados aos espaços de troca e permitiram a sua reprodução socioeconômica. Diante disso, as feiras livres se apresentam como importantes canais de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. Tal ramo é definido por Pierri & Valente (2015), como sendo espaços públicos em que ocorrem trocas de mercadorias, além de propiciar o escoamento da produção agrícola local. Além disso, as feiras proporcionam a aproximação entre produtores e consumidores, e permite que o consumidor escolha o tipo de alimento que deseja consumir.

Os agricultores familiares que participam destes espaços de comercialização, na sua grande maioria fazem parte das cadeias curtas de produção e comercialização de alimentos. As cadeias agroalimentares curtas remetem a forma de comercialização de produtos, que expressa a proximidade entre produtor e consumidor (RENTING, MARSDEN E BANKS, 2003). Esse tipo de cadeia favorece, a (re)localização dos sistemas agroalimentares locais, pois é nesta escala espacial que se dá a construção das relações de confiança entre o consumidor e produtor, o que possibilita a interação comunitária, contribuindo para a valorização, diversificação e qualidade dos alimentos ofertados e a preocupação com o meio ambiente.

A exemplo da importância das cadeias curtas, na cidade de Erechim (RS), as feiras livres já constituem um marco de organização e comercialização de alimentos, em que a mais de 38 anos, os agricultores vêm participando desse importante canal de comercialização de alimentos. Porém nos últimos anos, tem se observado alguns problemas quanto a efetiva participação dos agricultores e a organização da produção local, para contemplar a demanda existente neste município.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho consiste em verificar como os agricultores familiares realizam a organização da produção e comercialização de alimentos na Feira do Produtor em Erechim - RS.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções, além desta introdução, a primeira seção destina-se ao referencial teórico, que apresenta uma discussão sobre a importância das cadeias curtas para a agricultura familiar e a gestão de empreendimentos familiares. Na terceira seção, são apresentados os aspectos metodológicos empregados neste

estudo, e é apresentada na quarta seção à análise dos resultados. E por fim, na quinta seção são tecidas considerações finais acerca do estudo.

Cadeias curtas e agricultura familiar

Esta seção tem por objetivo apresentar questões inerentes a importância das cadeias curtas para o desenvolvimento dos mercados locais, e pontuar sobre as especificidades da gestão dos empreendimentos da agricultura familiar.

A importância das cadeias curtas

As feiras livres são o local ideal para aproximar os produtores dos consumidores, sem a presença de atravessadores. O produto chega diretamente aos consumidores com preços acessíveis e com a confiança de que os produtos são frescos e mais saudáveis. Esse caminho reduzido entre o produtor e o consumidor é conhecido como cadeias curtas ou mercados de proximidade (RENTING, MARSDEN E BANKS, 2003).

De acordo com Gazzolla e Schneider (2017), as cadeias curtas e rede agroalimentares são termos criados recentemente, e podem ser compreendidos como a expressão da vontade dos atores envolvidos em uma cadeia de valor, visando à construção de formas alternativas de interação entre produtores e consumidores. Segundo os autores, ocorre dessa forma uma espécie de resgate da procedência e da identidade dos produtos, não somente em matéria de custos, mas também levando em

conta os valores sociais embutidos e o simbolismo dos produtos comercializados.

Para Wilkinson et al., (2008), as cadeias curtas representam mercados diretos, já que a negociação em torno das transações ocorre entre o agricultor e os consumidores, sem a existência de intermediários ou de indústrias alimentares. Da mesma forma, Gazzolla e Schneider (2017) destacam que as cadeias curtas implicam na redução ou eliminação dos intermediários nas relações entre produtores e consumidores, assim como na diminuição dos locais de passagem interna de uma cadeia de valor, encurtando o itinerário e o percurso de um alimento dentro do sistema agroalimentar.

Dessa forma, as cadeias curtas podem ser percebidas onde há um relacionamento de proximidade entre os agricultores e os consumidores dos alimentos. Nestes mercados a relação de proximidade pode se dar tanto em uma feira de produtor local, quanto através de vendas nas ruas, nos locais de trabalho dos consumidores, na própria agroindústria ou nas propriedades rurais.

Outro fator importante é que nestes mercados o valor agregado da produção fica com os agricultores, pois se eliminam os intermediários, já que a venda é realizada pelos próprios produtores dos alimentos ou agricultores familiares, não havendo necessidade de embutir no produto comercializado um valor maior, como aconteceria em caso de existência de intermediações.

Segundo os autores Renting, Marsden e Banks (2003), há três tipos principais de cadeias de alimentos curtas, que são elas: *face-to-face*, de proximidade espacial, e espacialmente estendida. As cadeias “*face-to-face*” são conhecidas como

vendas diretas, como ocorrem nas feiras livres, vendas a domicílio, vendas na porta da propriedade rural, nas casas coloniais e rotas turísticas (RENTING, MARSDEN E BANKS, 2003).

No tocante às cadeias curtas de proximidade espacial, este mercado tem relação com produtos da agroindústria familiar rural, identificados e reconhecidos como “produtos coloniais”. Estes produtos normalmente estão associados com algum atributo do local, do território, do saber-fazer tradicional, da produção artesanal. O comércio se dá através de vendas a varejistas locais, restaurantes, vendas institucionais (merenda escolar), rotas temáticas, eventos na comunidade, feiras e mercados regionais (RENTING, MARSDEN E BANKS, 2003).

Já com relação às cadeias curtas espacialmente estendidas, Renting, Marsden e Banks (2003) enfatizam que participa desta cadeia, aqueles agricultores que possuem certificação de produção orgânicos e/ou com indicação geográfica.

Entre estes três tipos de cadeias, uma característica comum é sua capacidade para “re-socializar” ou “re-espacializar” o alimento, permitindo ao consumidor fazer julgamento de valor, dando sinais sobre a origem do produto. Assim sendo, o produto alcança o consumidor final com informações relevantes, o que permite ao mesmo fazer associações com o local de produção, com os valores das pessoas envolvidas e os métodos de produção empregados (RENTING, MARSDEN E BANKS, 2003).

Dentre estas cadeias curtas, pode-se inferir que a feira livre, neste estudo, está enquadrada na modalidade *face-to-face*, onde os produtores vendem diretamente seus produtos aos consumidores finais.

No Brasil, as feiras locais e o mercado institucional proporcionam exemplos de mercados que produzem vínculos sociais e mobilizam a sociedade por meio das relações diretas entre produtores e consumidores (SABOURIN, 2009). Os feirantes aproveitam o encontro semanal para além de trabalhar, se encontrar e reforçar laços de confiança e amizade. Assim, a feira livre é um espaço dinâmico onde há relação direta e indireta dos indivíduos de diversas origens, classes sociais, idades e interesses, dentro de uma rede de relações sociais na qual a cooperação, a competição e o comércio se entremeiam, sendo também um espaço de integração entre comunidades (ALMEIDA, 2011).

Para Sabourin (2009), as situações de contato direto dão lugar as relações humanas, através do diálogo e explicações sobre os produtos, do trabalho, dos procedimentos, das receitas, as quais geram sentimentos e valores de amizade, de fidelidade e de confiança.

A relação direta entre o feirante e o consumidor possibilita a diminuição dos custos de comercialização, fazendo com que as feiras se coloquem como canais potencialmente mais eficientes, além de favorecer uma aproximação e a troca de saberes entre os agricultores-agricultores e agricultores-consumidores.

Diante da importância que as cadeias curtas possuem para a comercialização dos produtos agroalimentares, produzidos pela agricultura familiar, a próxima seção busca apresentar as características da gestão aplicadas ao contexto dos empreendimentos da agricultura familiar.

A gestão de empreendimentos da agricultura familiar

A agricultura familiar é entendida como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços sanguíneos ou de afinidade, segundo os estudos elaborados por Abramovay na década de 90. Para o autor, os agricultores familiares são capazes de se integrar aos mercados como forma de buscar sua reprodução socioeconômica (ABRAMOVAY, 1997), por isso, uma das características centrais para entender a agricultura familiar no Brasil, é a sua capacidade de se integrar a diferentes mercados agroalimentares.

Essa capacidade de integração aos mercados pela agricultura familiar, está vinculada pelo fato de 80% das ocupações presentes em áreas rurais do País, serem unidades de produção familiares, e são responsáveis pelo fornecimento de alimentos que abastecem os centros urbanos, estimulam a geração de empregos, promovem a diversificação produtiva e favorecem a preservação do patrimônio genético (BRASIL, 2017).

Contudo, a gestão enquanto uma das características que define a agricultura familiar brasileira, é uma atividade de difícil precisão e de tomada de decisão no meio rural. Pois, o conceito de gestão, segundo Maximiano (2002), é o processo de tomar e colocar em prática decisões sobre objetivos das unidades produtivas e a utilização de recursos (financeiros, produtivos, materiais, etc...), e o processo administrativo abrange as funções de planejamento, organização, direção e controle.

As atividades desenvolvidas no meio rural, comparadas a outros negócios apresenta-se como de maior risco, considerando-se suas especificidades, tais como, a sazonalidade da produção, variações climáticas, tipos de solo e formas de manejo e oscilação dos preços dos produtos agrícolas em função de pequenas variações na oferta dos produtos agroalimentares.

Diante destas limitações, Melo (2003) enfatiza que os gestores das propriedades familiares norteiam a produção com base em objetivos estratégicos e ou critérios de racionalidade, com intuito de minimização dos riscos bioclimáticos e de mercado, garantia de segurança alimentar e emprego da mão-de-obra da família, redução dos custos totais, em especial da produção e investimento na melhoria e ampliações das condições de trabalho e produção.

Badejo (2005) considera que a tomada de decisão do agricultor é baseada em uma racionalidade própria que não se determina em função da lucratividade simplesmente, mas sim, em decorrência da satisfação social ou mesmo da subsistência da família.

Dessa forma, em muitas situações os agricultores familiares acabam se dedicando ao planejamento da produção, que tem por objetivo atender os anseios da unidade familiar, do que analisar os custos de produção da produção agroalimentar. Por esse motivo, muitos empreendimentos de base familiar não implementam sistemas de gestão e controle operacional/ custos das atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades rurais familiares.

Materiais e métodos

A metodologia utilizada neste trabalho consistiu em uma abordagem descritiva e exploratória. Com base no objetivo proposto para este trabalho, o modo de investigação escolhido para a execução do trabalho foi o estudo de caso, que buscou verificar como os agricultores familiares organizam o planejamento e comercialização dos produtos na Feira do Produtor em Erechim (RS).

A técnica de pesquisa utilizada caracteriza-se pelos métodos quantitativos e qualitativos. Neste estudo, foi utilizada a entrevista semiestruturada como principal meio de obtenção de informações necessárias para à interpretação da pesquisa qualitativa. Já os dados quantitativos foram coletados através de questionário orientador, realizado durante as entrevistas semiestruturadas.

O universo de pesquisa deste estudo foi 28 agricultores familiares, que vendem seus produtos na feira do produtor na cidade de Erechim (RS). As atividades envolvendo a pesquisa de campo ocorreram no período de abril a junho de 2017, e foram orientadas conforme as orientações do Comitê de Ética em Pesquisa CAAE - nº 63895317.1.0000.8091/2017. Ressalta-se também que para atingir o objetivo proposto pelo estudo, foi necessário utilizar pesquisas bibliográficas e documentais, para complementar o estudo.

Após o levantamento das informações, realizou-se a análise dos questionários orientadores, por meio da análise de conteúdo, em que se buscou compreender o sentido efetivo das informações. Uma parte dos dados gerados pelos questionários orientadores foi tabulada a partir de ferramentas de estatística

descritivas e representados através de gráficos, para a compreensão quantitativa das informações, enquanto as outras informações são apresentadas de forma qualitativa neste trabalho.

O desenvolvimento de cadeias curtas no município de Erechim – RS

Pretende-se nesta seção, caracterizar a feira do produtor do município de Erechim, em que são informados os produtos agroalimentares comercializados, os controles financeiros utilizados e as perspectivas de sucessão geracional dentre os agricultores atuantes neste espaço de comercialização.

Histórico da feira do produtor em Erechim (RS)

A Feira do Produtor em Erechim foi a primeira feira livre da cidade e está em funcionamento há cerca de 38 anos. De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Segurança Alimentar (SMAA), atualmente existem no município 10 feiras de produtores, onde 108 feirantes disponibilizam para a população diversos produtos agroalimentares.

Os alimentos comercializados são: frutas (laranja, pêssego, uva, morango, bergamota, caqui, maçã, etc...); hortaliças (repolho, couve, alface, temperos, etc...); legumes (cenoura, rabanete, beterraba, etc.); batata, feijão, amendoim, nozes, mel e ovos. Além desses produtos, neste espaço também são comercializados produtos elaborados pelas agroindústrias

familiares, onde são ofertados carnes e embutidos, queijos e outros derivados do leite, sucos, vinhos, geleias e doces de frutas e chás. Alguns feirantes presentes neste espaço também ofertam flores e artesanato.

A feira tem seu funcionamento nas terças-feiras e sextas-feiras o dia todo, e no sábado pela manhã. Os produtores que participaram da feira do produtor em Erechim, em sua maioria são agricultores familiares dos municípios de Erechim e Barão de Cotegipe⁵.

Os agricultores que iniciaram a comercialização de alimentos na feira dos produtores são aqueles que de alguma forma já participaram de cadeias curtas, mas exercendo outro tipo de comercialização. A grande maioria dos agricultores produzia os alimentos para o autoconsumo familiar, e o excedente era levado ao município de Erechim para ser comercializado de porta-a-porta.

Com o passar dos anos, os órgãos de fiscalização sanitária, juntamente com as administrações municipais, constituíram um espaço público, para que os agricultores pudessem comercializar os seus produtos de modo regular e fiscalizado.

Dessa forma, a feira do produtor de Erechim, mantém uma identidade de (re)localização alimentar através da “valorização da origem dos alimentos” (FONTE, 2008), ou seja, o consumo destes produtos, permite o consumidor lembrar situações, pessoas e eventos, buscando, às vezes, uma recordação vinculada a sua origem, ou a sua etnia cultural. Os autores Renting, Marsden e Banks (2003) enfatizam que esses produtos remetem o “re-socializar” ou “re-espacializar” um determinado

5 Os agricultores de Barão de Cotegipe moram na divisa e como começaram as vendas em Erechim permanecem até os dias atuais. E como parte das terras pertence à Erechim e a outra parte a Barão de Cotegipe, eles podem optar em qual o Município querem comercializar seus produtos.

alimento, permitindo ao consumidor associar juízos de valor com base no seu próprio conhecimento, experiência ou imaginário percebido.

Além dessa associação simbólica envolvendo o consumo de alimentos provenientes de cadeias curtas, é possível identificar outros benefícios para os consumidores. Gazolla (2017), considera que a aquisição de alimentos em feiras, permite ao consumidor adquirir alimentos com menores preços; opções de escolha por alimentos da estação e da região; acesso permanente e facilitado aos alimentos e produtos, pois conhecem os agricultores, tendo possibilidade de adquirir alimentos que consideram de “qualidades superiores” e com garantia de alguns valores sociais, ambientais e éticos.

O mesmo autor também apresenta os benefícios que os agricultores familiares podem obter ao participar de feiras, podem ser destacados: maior valor agregado pelo encurtamento dos elos da cadeia de produção; recebimento de maiores preços pelos alimentos; as vendas se baseiam em relações de proximidade social, interconhecimento, confiança mútua dos atores e maior diversificação do portfólio dos produtos e processos agroalimentares (GAZOLLA, 2017).

Perfil dos produtores feirantes

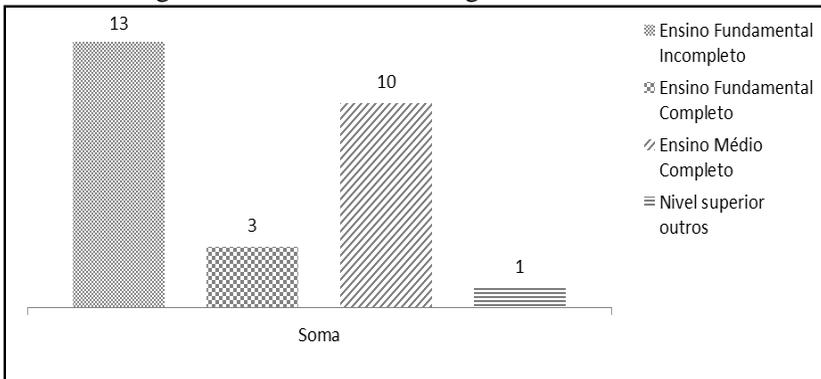
A comercialização de alimentos através de feiras em Erechim tem sua origem vinculada à cultura do processamento artesanal de matérias-primas. Inicialmente os processos buscavam a conservação doméstica dos alimentos, mas aos poucos eles passaram a fazer parte da história social das famílias. Através das gerações, os produtos desenvolvidos foram

sendo recriados e marcaram um processo que reúne relações sociais e familiares, num encontro entre o saber e a experiência (RIBEIRO e MARTINS, 1995).

No início dos anos 90, esse modo artesanal de produzir alimentos para o autoconsumo familiar, passou a se constituir como uma estratégia de desenvolvimento rural, a partir das possibilidades geradas pelas políticas públicas, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Agroindústria Familiar do Governo do Rio Grande do Sul, os incentivos das organizações sindicais, cooperativas, universidades e das agências de assistência técnica e extensão rural.

Os agricultores familiares que fazem parte da feira do produtor em Erechim são sucessores da atividade rural e possuem uma faixa etária compreendida entre 25 a 70 anos. Em relação às pessoas que participam da comercialização, a escolaridade é bastante variada, conforme mostra a figura 1.

Figura 1: Escolaridade dos agricultores feirantes



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Com relação à escolaridade na figura 1, identifica-se que 13 agricultores possuem ensino fundamental incompleto, três agricultores concluíram o ensino fundamental, 10 agricultores completaram o ensino médio e apenas um agricultor possui curso superior. Denota-se que o maior grau de escolaridade entre os feirantes encontra-se nos filhos que sucederam aos pais na atividade e entre feirantes mais jovens, que tiveram maior oportunidade de se dedicar aos estudos. Porém, um dos dados mais preocupante é de que 50% dos feirantes, não tem perspectiva de continuidade na atividade, pois a idade já avançada não permitirá por muito tempo permanecer na atividade de produção e comercialização de alimentos.

Esse resultado reforça os estudos de Brumer (2014), sobre o envelhecimento da população rural, aliada a falta de interesse dos jovens em permanecer no meio rural, bem como no fator sucessão.

Conforme Brumer (2014, p. 124):

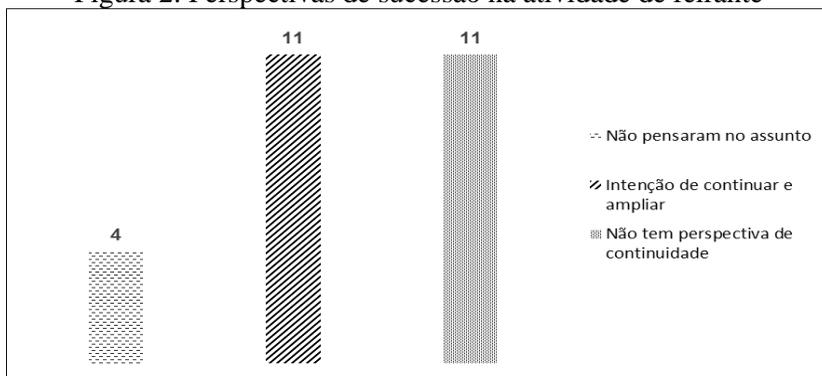
[...] depende das condições econômicas da família – propriedades maiores ou menores, atividades mais ou menos rentáveis, maior concentração ou diversificação nas atividades -, do número de filhos (e de herdeiros), do nível educacional e da qualificação profissional do(s) herdeiro(s), do nível educacional e da qualificação profissional do(s) herdeiro(s), da forma como os jovens são inseridos nas relações familiares e de suas aspirações profissionais.

Entretanto, para haver interesse em permanência dos jovens na atividade rural, segundo o estudo, isso depende da sua valorização, retribuição monetária pelo seu trabalho, bem como diversificação das atividades (BRUMER, 2001).

Com relação às perspectivas de sucessão geracional nas atividades produtivas (Figura 2) que envolvem os alimentos

comercializados na feira do produtor, identificou-se que em 11 unidades produtivas, não haverá continuidade dos filhos em desenvolver a atividade, e também com o mesmo número (11) existe uma possibilidade de continuidade nas atividades, e em quatro unidades de produção, o tema ainda não foi discutido.

Figura 2: Perspectivas de sucessão na atividade de feirante



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

De acordo com as informações coletadas, verificou-se que nas famílias dos feirantes também existe entre eles a impossibilidade de permanência na atividade de um número considerável de unidades produtivas, o que é observado pelo exposto na figura 2. E conforme relato dos agricultores, isso é decorrente da falta de mão-de-obra, pelo fato do casal estar só no gerenciamento da propriedade rural e os filhos já terem escolhido outra atividade, não sucedendo aos pais, e nesse caso muitos relatam que irão trabalhar até que possuam força física.

O baixo interesse dos jovens em suceder os pais na atividade produtiva, está atrelado a invisibilidade dos jovens perante a sociedade e a família no meio rural (CARNEIRO, 1998). Eles são percebidos apenas como aprendizes de

agricultor, em razão da pouca valorização da sua mão-de-obra na unidade de produção. Dessa forma, esse jovem rural irá tentar desenvolver sua profissão e suas habilidades muitas vezes fora da propriedade rural e abandona a atividade, migrando para o meio urbano em busca de qualificação e optando por uma profissão que não esteja ligada ao campo.

Há de ser considerado também que grande parte do êxodo rural não está intrinsecamente ligado ao processo de urbanização, mas é explicado pela ausência do Estado no campo, pela dificuldade de acesso aos serviços (como educação e saúde), às políticas públicas, acima de tudo pela dificuldade de acesso à terra, que tem alto valor de mercado e à renda para se viver com dignidade.

A organização da produção e controle das vendas realizadas na feira do produtor

Em meio a esta perspectiva não tão proeminente da permanência dos jovens no meio rural, verificou-se que a organização e controle da produção, bem como, a apuração de custos não são realizados de modo organizados e preciso .

A pesquisa identificou que o modo de organização da produção na Feira do Produtor, ocorre da seguinte forma:

Frutas e Verduras: são planejadas em função da sazonalidade, e os agricultores não possuem mecanismos de fornecer estes produtos o ano todo;

- Carnes, Leite e derivados, doces e geleias: a produção é atendida conforme a demanda solicitada pelos consumidores, que participam semanalmente da feira;

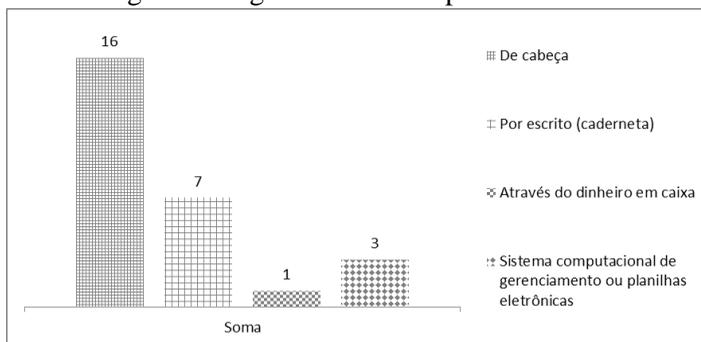
-Pães e Massas: a produção também é atendida conforme a demanda local, porém existem situações em que os consumidores acabam solicitando novos produtos sob a forma de encomenda, o que tende variar a produção de semana a semana;

A pesquisa também identificou, que os produtos agroalimentares não comercializados na feira, parte da produção agroalimentar retorna às propriedades rurais, ou são comercializados em outras cadeias curtas, como a entrega em pequenos mercados da cidade; ou são vendidos na própria propriedade rural. Em outras situações, alguns agricultores mencionaram fazer troca de produtos entre os próprios feirantes, numa espécie de escambo, ou seja, os produtores realizam trocas de verduras e legumes por pães e biscoitos.

Além de participar da feira dos produtores, alguns agricultores, também comercializam parte da produção para os mercados institucionais, fornecendo alimentos que compõem a alimentação escolar nos municípios de Erechim e Barão de Cotegipe. Nos mercados institucionais o principal agente passa a ser o Estado, e os preços pagos nestes mercados situam-se acima dos preços pagos nos mercados convencionais, despertando grande interesse para os agricultores, além de ser considerado um mercado garantido, ou seja, geralmente há garantia de receber o pagamento (SCHNEIDER, 2016).

A pesquisa também identificou que os registros e controles da produção e de comercialização, não possuem uma lógica administrativa de apuração, sistematização e controle efetivo dos produtos oferecidos na feira do produtor. A figura 3, apresenta as formas de registro utilizadas pelos agricultores.

Figura 3: Registro utilizados pelos feirantes



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Dentre os resultados apresentados verifica-se que 16 feirantes fazem o registro do quanto lucrou “mentalmente”, sete agricultores realizam a quantificação através de registros em cadernos, e apenas três feirantes fazem este controle através de um sistema computadorizado e um agricultores através do saldo do caixa.

Esse resultado identificado pela pesquisa, confirma o que Badejo (2005) enfatiza, que as decisões do pequeno produtor estão embasadas em um jeito de pensar próprio, pois não são determinadas somente pela lucratividade, mas também em razão da satisfação social ou mesmo da subsistência familiar (BANDEJO, 2005).

Dessa forma, as decisões e ações a serem desempenhadas nas unidades familiares, dependem muito das situações e dos objetivos do agricultor. Segundo Contini et al., (1984) a tomada de decisão pelo agricultor se torna uma decisão complexa, pois nela estão presentes componentes da tradição, de aprendizado, de infraestrutura, além de aspectos psicológicos, sociais e econômicos. E a exemplo da Feira do produtor de Erechim, as decisões dos produtores são orientadas pela tradição e aprendizagem, e os feirantes, possuem uma racionalidade

própria no tocante a lucratividade da atividade que desempenham, e que o desenvolvimento das atividades está vinculado a satisfação socioeconômica da família.

Considerações finais

A realização deste estudo permitiu identificar que na cidade de Erechim, os agricultores familiares estão inseridos em cadeias curtas de venda direta de seus produtos, como ocorre na feira do produtor.

Entre os principais resultados identificados pela pesquisa foram: baixa escolaridade dos agricultores feirantes; existem incertezas quanto ao processo sucessório nas atividades, onde a sucessão de feirante ainda é imprecisa, existindo nas mesmas proporções os que desejam permanecer na atividade e os que não possuem sucessores nas atividades produtivas.

A organização e planejamento da produção comercializada na feira é realizada conforme a demanda identificada mensalmente e as sobras de produtos agroalimentares são direcionadas para outros canais de comercialização pertencentes as cadeias curtas de comercialização.

A pesquisa também identificou que os registros e controles da produção e de comercialização, não possuem uma lógica administrativa de apuração, sistematização e controle efetivo dos produtos oferecidos na feira do produtor, e que as decisões dos agricultores estão embasadas em um jeito de pensar próprio, pois não são determinadas somente pela lucratividade, mas também em razão da satisfação social ou mesmo da subsistência da unidade de produção familiar.

Identificou-se que a feira do produtor é um importante canal de escoamento da produção de alimentos para agricultores de base familiar de Erechim, porém estes feirantes também fazem a comercialização em outras cadeias curtas, como a entrega de alimentos em mercados locais, a vendas nas propriedades rurais e nos mercados institucionais de Erechim e Barão de Cotegipe.

Pode-se concluir que a feira livre proporciona vínculos sociais, com oportunidades de negociações e troca de experiências entre produtor e consumidor. Esta também funciona como uma forma de manutenção econômica para a população do campo, além de promover o desenvolvimento local, por meio da agregação de valor aos produtos produzidos nas propriedades rurais e comercializando diretamente com os consumidores locais.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, Anais, 1997.

ALMEIDA, R. B. *Condições higiênico-sanitárias da comercialização de carnes em feiras livres de Paranatanema, PE*. Alimentos e Nutrição, v. 22, n. 4, p. 585 -592, 2011.

BANDEJO, M. S. *Análise da agregação de custo e de valor por atividades, em uma cadeia agroindustrial: caso do gado de corte*. Tese de doutorado em Agronegócios, Centro de Estudos e

Pesquisas em Agronegócio, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

BRASIL. Ministério da Agricultura. *Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar*, 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 12 fev. 2019.

BRUMER, A. *Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar*. In: Congresso da International Rural Sociology Association (Irsa), Rio de Janeiro, 2001.

BRUMER, A. As perspectivas dos jovens agricultores familiares no início do século XXI. In: RENK, Arlene; DORIGON, Clovis. (Orgs.). *Juventude rural, cultura e mudança social*. Chapecó: Argos, 2014, pp. 115-138.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbarno: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

CONTINI, E. et al. *Planejamento da propriedade agrícola – modelos de decisão*. EMBRAPA: Departamento de Estudos e Pesquisas, Brasília – DF, 1984.

FONTE, M. Knowledge, food and place: a way of producing, a way of knowing. *Sociologia Ruralis*, v. 48, n. 3, 2008. pp. 200-222,

GAZOLLA, M. Cadeias curtas agroalimentares na agroindústria familiar: dinâmicas e atores sociais envolvidos. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas*. POA, Ed. UFRGS, 2017, pp 175-194.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. *Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2017, pp. 27-53.

MAXIMIANO, A. C. A. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução industrial*. 3ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MELO V. L. F. *Influência das características dos sistemas de gestão no processo sucessório de unidades de produção familiares em São Luiz Gonzaga, RS*. Dissertação de Mestrado em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PAULINO, E. J; et al. Comércio de alimentos em uma feira livre de um município no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *Revista Desenvolvimento Regional*. Montes Claros, n.14, 2015.

PIERRI, M. C. Q. M. & VALENTE, A. L. E. F. A feira livre como canal de comercialização de produtos da agricultura. In: 53º Congresso de Economia e Sociologia Rural. *Anais...* Alagoas. 2015.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. *Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural*. *Environment and Planning*, 35, 393-411. 2003.

RIBEIRO, M.; MARTINS, C. A tradição já não é o que era dantes: a valorização dos produtos tradicionais face à mudança social. *Economia e Sociologia*, n.60, 1995. pp.29-43.

SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C. et al. (Org.). *Construção Evento: XXII Jornada de Pesquisa de mercados para a agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. pp. 93-140.

WILKINSON, J. *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CAPÍTULO III

JUVENTUDE RURAL EM MOVIMENTO

Ezequiel Redin

Introdução

Neste trabalho busco refletir sobre os movimentos da juventude rural vinculados a agricultura familiar. A lente de estudo está baseada em comunidades rurais de imigração no sul do Brasil, porém, debato adiante questões que são passíveis de generalização com estudos em diversos locais do país. Para tanto, foco em um histórico anterior de trabalhos de pesquisa desenvolvidos sobre a juventude rural e os desafios frente ao êxodo e suas formas de identidade e organização social (REDIN *et al.*, 2008; REDIN, 2009; REDIN, 2012; REDIN, 2014); as experiências e perspectivas da juventude rural e a educação superior local como instrumento de ampliação das oportunidades e de possível sucessão familiar na região (REDIN; SILVEIRA, 2012), da interpretação dos projetos coletivos em associação, além da desmistificação da projeção de um rural *top-down* que sustenta que a juventude deve visar estritamente a um futuro no campo, mas que ela seja protagonista não só em espaços rurais, mas no cenário urbano e político (REDIN; SANTOS; SILVEIRA, 2015), o estudo da juventude rural em áreas cultivadas com tabaco (MARIN; REDIN; COSTA, 2014; REDIN, 2015); as formas de sociabilidade da juventude rural diante das novas Tecnologias

de Comunicação e Informação no Campo (REDIN *et al.*, 2013) e as políticas educacionais do ensino superior que contemplam a juventude rural em suas regiões (REDIN, 2017).

Tais pesquisas, quando comparadas com as investigações de outros especialistas na temática, apontam que os problemas encontrados têm certa similaridade, com suas especificidades locais relegadas aos modos de vida e dinâmica cultural. Durante a última metade de século não haviam políticas de inclusão da juventude rural em expressividade, exceto, casos específicos da atuação da Extensão Rural que usavam das parcerias públicas para facilitar a difusão e transferências de novas tecnologias em virtude da resistência dos mais experientes, como foi o caso da formação dos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir). Em muitas comunidades rurais, a opinião dos jovens não possuía o mesmo peso em virtude de que suas posições eram desprestigiadas, não consideradas em virtude de sua falta de experiência, ou não tinham legitimidade porque ainda não atingiram a vida adulta. Atualmente, prevalecem certos resquícios desta época, mas o mundo das tecnologias digitais, mais amplamente aceita pelos jovens também no mundo rural, os reposicionaram na escala do equilíbrio entre a disputa de opiniões entre pais e filhos, técnicos e jovens, educadores e jovens, lideranças locais e jovens. No entanto, no seio da família rural, no que tange aos jovens rurais frente aos aspectos relacionados a preservação do patrimônio da família, na gestão dos investimentos, nas escolhas das atividades agrícolas ou não-agrícolas, mesmo já adultos, não possuem autonomia nestas questões. A sucessão familiar rural está diante de um impasse diretamente relacionado aos graus de autonomia que os jovens possuem na unidade de produção e no retorno econômico que

angariam com o trabalho na propriedade. Tais pontos são problemas que estão presentes na maioria das famílias rurais no Brasil e no mundo.

Neste texto, proponho trazer a tona uma diversidade de questões relacionadas a juventude rural em movimento. Escolho sustentar que permanece em movimento porque está constantemente em processo de metamorfose em suas formas de interação com a família, com a comunidade e com o mundo. Além disso, em movimento, porque ao mesmo tempo que está residindo no espaço rural pode estar interagindo com o urbano, seja na forma de capacitação escolar, na busca de estratégias de comercialização dos produtos da família, nos negócios da propriedade realizadas no centro urbano que não envolvem competências jurídicas ou ainda na busca de lazer e entretenimento. O acesso aos meios de transporte pelas famílias agricultoras, o avanço da internet no campo e as tecnologias digitais tem apresentado um novo cenário, em que a comunicação rural está mais intensa e presente, sintonizados com os acontecimentos no mundo e também sendo protagonistas de informações que circulam nas redes sociais. Há, portanto, novos pontos que podem ser explorados na pesquisa e na formulação de políticas para a juventude rural em questão. Por ora, se propõe apresentar o que já foi debatido e o que será foco de aprofundamento analítico nos próximos trabalhos sobre juventude rural.

O que dizem os estudos sobre a juventude rural?

Os estudos sobre a juventude rural no Brasil possuem diferentes recortes empíricos, experiências e formas de organização, alguns relacionados ao fluxo migratório para os centros urbanos, à questão da organização das estratégias produtivas e outros, ainda, em relação às formas associativas que promovem espaços de lazer e entretenimento no meio rural. A organização da juventude rural associada envolve a construção de um projeto de desenvolvimento humano e social, no âmbito comunitário, criando e recriando espaços de sociabilização no âmbito da sociedade, constituindo-se como uma categoria que rompe com sua condição de invisibilidade e promove a sua identidade social, forma pela qual intenta amenizar os resquícios de um passado recente de desvalorização e estigma da juventude da roça, aos quais carrega consigo as formas pejorativas em seu *ethos* como pessoas atrasadas e com traquejo social caricaturado. Ademais, a juventude rural ainda é socialmente vista como rebelde, irresponsável, de condutas questionáveis, em processo de aprendizagem, sem trabalho próprio e, portanto, sem autonomia.

Tais adjetivações, historicamente construídas no interstício entre o trabalho no campo e as relações com a comunidade rural, entre os momentos religiosos ou nas organizações esportivas, nos centros urbanos ou nos espaços de lazer de finais de semana, ou seja, é uma construção social abstraída da prática da comunicação e do reforço de uma juventude que, seguramente, ainda precisa ser moldada aos padrões convencionais das tradições locais, do *ethos* cultural que move determinada comunidade e de suas lógicas de produção e reprodução. Essas especificidades, em boa medida, podem ser generalizadas, em

específico, no que se relaciona as formas de poder familiares e extrafamiliares, do anseio do que a sociedade deseja e ambiciona para os projetos da sua juventude rural.

A juventude rural, enquanto categoria social ligada à reprodução social ganhou contornos expressivos nas pesquisas nas últimas duas décadas no Brasil (CASTRO, 2005; 2006; WEISHEIMER, 2009). Por sua vez, Marin (2009) defende a tese de que a juventude rural moderna foi uma invenção do capitalismo industrial e que a condição do jovem rural conectado às instituições de desenvolvimento foi uma construção social, instigado por interesses acerca dos vínculos econômicos do setor agrícola.

Os estudos sobre juventude rural possuem verossimilhanças em diferentes escalas temporais e geográficas. Os estudos sociológicos de Bourdieu apontam os problemas e indecisões da família quanto a indefinição de futuro da propriedade rural na eminência da carência de herdeiros na França (BOURDIEU, 2008) ou ainda a ampliação do espaço social dos jovens rurais e a fragilização do controle social da família camponesa (CHAMPAGNE, 1986). Há, de certa forma, estudos em diferentes regiões do Brasil sobre o movimento de migração e a possibilidade de esvaziamento do campo, êxodo rural e o inchamento dos centros urbanos (SCHNEIDER, 1994; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Conforme Sacco dos Anjos, Caldas e Pollnow (2014), uma das explicações para este movimento migratório é a possibilidade de poder ir para além das fronteiras, buscando ampliar os horizontes sociais em que se fecha a agricultura e o mundo rural, os quais até bem pouco tempo atrás, estavam circunscritas ao espaço local. Portanto, segundo Stropasolas (2006), a mobilização em diferentes

espaços sociais e a valorização pela sociedade de suas reivindicações dependerão de sua habilidade em ganhar apoio fora de sua própria coletividade (STROPASOLAS, 2006).

Em 2008, Spanevello (2008) estuda a dinâmica sucessória, através da continuidade da agricultura de base familiar em pequenas extensões de terra e as constatações são análogas ao que apontam Brumer, Coradini e Pandolfo (2008) sobre que a disposição dos jovens filhos dos agricultores em sucederem seus pais é um fator chave para este processo. Para Stropasolas (2006), a juventude rural também tem reagido com seu movimento migratório, pois nele se manifesta uma reação à degradação das condições de vida na sociedade rural. Mais recentemente, os estudos sobre a juventude rural latino-americana apontam para a pluriatividade. Conforme La Cruz (2015), ao estudar os modos de vida da juventude rural de dois municípios do Vale Tehuacan Altepeixi e Ajalpan, no México, assinala que os jovens vivem no campo, contudo seu estilo de vida é urbano. Nessa realidade, novos significados e atribuições são delegados a essa categoria social. Há também os estudos de Renk e Dorigon (2014) que analisam, entre outras questões, os jovens que recusam o projeto camponês, refutam a penosidade do trabalho agrícola, mas os associam para se adaptar a empregos urbanos, acionando ou recusando a auto exploração quando acreditam ser oportunos. Porém, como coloca Carneiro (1998; 2005), quando mantêm sua identidade afetiva no campo, os jovens rurais convivem com conflitos de valores no momento que lançam à cidade suas perspectivas de futuro profissional.

Nessa diversidade, a pesquisa de Weisheimer (2005) construiu cinco categorias para os estudos sobre juventudes, no Brasil: a) Juventude como faixa etária; b) Juventude como

período de transição, c) Juventude como compartilhamento de experiências comuns; d) Juventude como cultura ou modo de vida; e) Juventude como representação social e auto representação (WEISHEIMER, 2005). Nesse estudo, calca-se nas representações sociais, sendo que a compreensão adotada aqui é que a juventude rural é uma construção social, pois “a juventude e a velhice não são dadas, mas construídas socialmente, na luta entre jovens e velhos” (BOURDIEU, 2003, p. 152), mas, ao mesmo tempo, aqui se faz a interlocução dos estudos da juventude rural com a interpretação da condição do jovem rural no seio da família rural.

A condição juvenil que busca realização social, autonomia e emancipação são expostas para a sociedade sem a necessidade de negar sua condição camponesa, seu modo de vida e suas formas de reprodução social. Essa característica os diferencia a todo momento, pois aspiram ser reconhecidos como juventude rural protagonista no território, criam e recriam um sistema de referência para a sociedade e retrabalham a todo momento sua identidade coletiva, fortalecendo projetos coletivos com objetivo de revigorar seu status social. A organização social da juventude rural privilegia reforçar o seu papel na comunidade. Ela é mantida conforme um sistema de participação arbitrário, necessário para fortalecer a coesão social dos grupos de jovens de distintos municípios rurais. O universo rural em que vivem e socializam-se dentro do território é explicitado por relações de cumplicidade e aproximação, até mesmo de diferenciação social e de alegação de um projeto de fortificação do ato de ser um jovem agricultor de referência. Referência como agricultor implica em produtividade ou em produção de algum produto de

destacada participação econômica (REDIN, SANTOS, SILVEIRA, 2015).

Nesse contexto, a identidade social dos jovens rurais é dividida num sistema binário de pensamento: a) a caracterização do jovem rural que trabalha com a terra, tem apego pelo campo, reside no meio rural, dedica-se em diversas estratégias produtivas como função social, com valores éticos, relacionado a um modo de vida, ligado ao *ethos* de agricultor familiar; b) a definição de um jovem rural relacionado à mobilização social, que participa de grupos de juventudes, colabora na comunidade, reivindica intervenções para a classe nos espaços deliberativos, é ativo em espaços de sociabilidade rurais e urbanos e protagonista de fóruns de troca de conhecimentos e experiências (REDIN, 2015).

O estudo de Lima *et al.* (2013), publicado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), sobre a juventude rural nos programas e políticas de acesso à terra, em áreas de atuação do Programa Nacional de Reforma Agrária e do Programa Nacional de Crédito Fundiário na Região Nordeste e Sul, demonstrou que a maioria dos jovens rurais tem o propósito de permanecer na terra (e que apenas uma minoria pretende deixar o campo), e que este padrão é análogo, para os diferentes beneficiários de terra e ainda, para os não beneficiários. A pesquisa ainda recomenda que existe uma forte necessidade, para a grande maioria que deseja permanecer no campo, possuir o acesso à terra. Os autores sustentam que os resultados indicam ainda que a terra este é um “fator de fixação do jovem rural ao campo” (LIMA *et al.*, 2013, p.153). Por outro lado, o estudo de Redin (2015), no sul do Brasil, no município de Arroio do Tigre, demonstra que muitos filhos de agricultores

de base familiar consolidadas, ou seja, a família possui boas condições como acesso a terra, infraestrutura, tecnologia agrícola e digital, logística acessível, bons recursos financeiros, porém, os jovens rurais também migram, o que, de certa forma, demonstra que a condição econômica da família rural não é o determinante. Resultados semelhantes foram apontados por Stropasolas (2006), no estudo dos jovens da agricultura familiar no oeste de Santa Catarina, em que os filhos de famílias rurais consolidadas também procuram a cidade, pois o que está em jogo, além do econômico, é a restrita possibilidade de realização pessoal tanto dos moços quanto das moças.

Aqui se concentra nos novos movimentos da juventude rural, em função da dinâmica do território, do incremento de tecnologia agrícola no campo e do avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no meio rural. Em estudo anterior, Redin *et al.*, (2013) foi realizado uma análise entre a juventude rural e os espaços de sociabilidade vivenciados em um processo de transformação da vida rural provocado pela universalização do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no campo. Dessa forma, com foco em regiões com agricultura familiar consolidada e de acesso à terra com interessantes graus de mecanização, emergem novas questões sobre o movimento da juventude rural na agricultura de pequena escala e de base familiar, o que se debate adiante.

Os novos movimentos da juventude rural

Nessa seção, opto por lançar breves incursões sobre as novas reordenações da juventude rural trazendo um campo de possibilidade de estudos para os próximos trabalhos sobre a área

no Brasil. Distante de ser uma análise completa, privilégio o atual momento e as reflexões que são realizadas neste contexto social e econômico que nos defrontamos. Estes movimentos foram percebidos em diversas inserções em pesquisa de campo, ao mesmo tempo, em que vivencio e diálogo com os jovens de diversas comunidades rurais em que transito. Os investimentos em pesquisa nesses temas serão propícios para atualizar o debate sobre a juventude e, quiçá, sobrepor as discussões normativas que forçam um debate de que o jovem precisa permanecer, a qualquer custo, no meio rural ou ainda que a saída do jovem seja um fator analisado apenas pelas suas consequências negativas. Nesse sentido, as transformações do rural contemporâneo mostram que o binômio rural-urbano se misturam e se dissipam e o avanço da internet relegou ao meio urbano em municípios eminentemente rurais apenas um espaço de concentração de empresas para negociação ou busca de oportunidades de empregos que, em boa parte dos casos, são percebidas como temporárias pelos jovens rurais. O fluxo entre a cidade e o meio rural está cada vez mais efervescente a ponto de que o rural também pode ser considerado um espaço apenas de moradia. Adiante, apresento algumas prospecções sobre os movimentos da juventude rural:

- a) Um movimento de moças urbanas assumindo uma condição camponesa e dinamizando o meio rural – o estudo realizado na França, por Bourdieu (2004), na década de 1960, sobre a solteirice de homens rurais, mostra o reflexo da depreciação da imagem dos agricultores. O baile dos solteiros, representação simbólica sobre o celibato rural não favorecia os jovens camponeses, enquanto os rapazes da cidade

representavam a modernidade, logo, tinham a preferência feminina. No sul do Brasil, em Arroio do Tigre, há mudanças nos relacionamentos entre pessoas do campo e da cidade, fato que proporciona uma transformação do espaço rural e um reforço no *habitus* camponês, em especial, dos rapazes. Porém, esse movimento das moças urbanas acontece, em particular, com jovens rurais que possuem famílias estruturadas financeiramente e que as moças visualizam a possibilidade de boas condições de reprodução econômica e social no campo, muitas vezes, em situação melhor que se encontram na cidade.

- b)** A organização social da juventude no campo e as relações entre o futuro na agricultura – a organização social da juventude rural divide em duas situações: há os que alegam que as organizações sociais influenciam a permanência no campo, pela formação continuada dos jovens por intermédio de palestras, formações e atividades desenvolvidas, pela criação de espaços de entretenimento, lazer e descontração no meio rural ou simplesmente pelo caráter arbitrário das associações; os que acreditam não influenciar, ou que muito pouco influenciam, afirmam que é uma decisão pessoal que não passa pela existência da associação, mas por questões relativas à família e a seu projeto de vida independente.
- c)** O acesso ao ensino superior pela juventude rural – a expansão do ensino superior e o seu acesso pela juventude rural possibilita a formação hábil para a melhoria da gestão e das técnicas relativas a unidade

de produção familiar, como também pode ser um fator de negação do projeto de camponês, porque a formação superior amplia as oportunidades fora do meio rural. Para a família rural é um fator de preocupação visto que coloca em jogo a sucessão familiar na agricultura ou, em famílias numerosas, é uma estratégia importante para alocação dos filhos em outras atividades e redução dos conflitos por disputa da terra, posteriormente. É importante observar que as políticas educacionais, em particular, o Programa Universidade para Todos (Prouni) é uma possibilidade para o jovem rural acessar o ensino superior nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, sem a necessidade de deslocamento para outras regiões, permanecendo no trabalho rural com a família e deslocando-se no período inverso, geralmente noturno, até as instituições (REDIN, 2017). No entanto, não é suficiente e o processo de expansão do ensino público superior não conseguiu atingir todas as regiões massivamente, o que ainda é um fator a ser considerado. O Ensino a Distância por intermédio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi um avanço relevante, mas ainda há aqueles que não se adaptam a essa modalidade de ensino ou não existem cursos que sejam atrativos para os diversos anseios da juventude rural. Os cursos superiores a distância, promovidos pelas IES particulares ou pela UAB, somente, conseguiram atingir a população rural com o avanço das TIC no campo e, hoje, há uma realidade de filhos de agricultores formados no ensino superior em detrimento das evoluções digitais no campo e do avanço do ensino superior a distância.

d) O avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no meio rural – o acesso ao computador, *smartphone* e o avanço da internet no campo proporcionaram o contato das famílias rurais com a rede mundial de computadores e, com isso, possibilitou ingresso massivo nas redes sociais e conteúdos informativos ou de lazer e entretenimento, incluindo os jovens no mundo virtual e auxiliando no processo de visibilidade da categoria social. Há ainda uma série de limitações, tais como as fragilidades de sinal, pouco investimento estrutural, baixo nível de dados e lento acesso de internet no campo que ainda são problemas que precisam ser sanados. Em 2015, a pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros apontou que 35% dos usuários de internet acessaram a rede apenas pelo telefone celular, sendo que em 2014 essa proporção era de 19%; o uso exclusivo pelo telefone celular ocorre principalmente entre os usuários de classes sociais menos favorecidas e aqueles da área rural (CGI.BR, 2016). De forma geral, as famílias estruturadas economicamente possuem computadores para o acesso a internet, mas outras ainda não e assim os jovens tem acesso à rede apenas pelo *smartphones*, pois a mensalidade de internet significa um investimento mensal que, para algumas, pesa no orçamento da família rural. Em alguns locais, há adesão das famílias a internet, sem a aquisição do computador, para acesso a rede de *Wireless* via celular. O *smartphone* popularizou-se e, boa parte dos jovens, possuem aplicativos de mensagens instantâneas formando grupos virtuais de juventude

rural em que debatem diversos assuntos relativos a organização social, sobre o lazer e entretenimento, bem como, realizam negócios via aplicativos ou redes sociais sem a necessidade de deslocamento da sua propriedade no meio rural.

- e) A juventude rural nas mídias sociais – em função dessa projeção das tecnologias ao campo, houve um aumento considerável sobre a produção de conteúdo em portais de notícias direcionados para o rural, a criação de canais de vídeo em plataformas digitais e a massificação de entretenimento rural que valorize as tradições da roça. Esse direcionamento chamou a atenção para que, muitos jovens rurais, também alçassem como protagonistas das mídias sociais em eventuais elaborações de vídeos para convite de festas de comunidade ou ainda outros com a criação de canais próprios mostrando para a sociedade as perspicácias da vida no campo. Com isso, há uma valorização da cultura da roça, um reforço positivo sobre a identidade dos agricultores do campo ou ainda apresentando as perspicácias do dia a dia, remetendo-se ao lazer e diversão. Esse novo movimento também pode, eventualmente, aguçar em oportunidades de empoderamento do jovem rural na forma de ter voz no campo ou ainda abrindo uma oportunidade de empreender no meio rural através de sua imersão nas mídias sociais.
- f) A vulnerabilidade e o vício no meio rural – em que pese o acesso as tecnologias digitais e a intensificação da comunicação rural há, em decorrência disso, uma série de vícios latentes e

emergentes que se transformam em problemas sociais para a família rural, tais como o vício a internet (*ciberviciados*) em redes sociais, jogos, sites de entretenimento e lazer, os vícios estimulados pelo aumento da comunicação como o acesso as drogas e bebidas alcoólicas no campo. Apesar das pesquisas em curso, há um campo oportuno de estudos e para a formulação de estratégias mitigadoras que podem causar a desestruturação do núcleo familiar e das comunidades rurais em questão.

- g)** O crédito para a juventude rural – foram criadas uma série de políticas públicas para a juventude rural considerando que os mesmos não possuem autonomia dentro da unidade de produção para inovar; sendo que uma das alternativas foi a criação do Pronaf Jovem Rural, bem como uma série de iniciativas para que se estimulem atividades rurais e o aumento do empoderamento deles diante do seio familiar e da comunidade. Cabe, nessa questão, avaliar os impactos dessas ações subsidiadas pelo Estado brasileiro. Há experiências que foram possíveis de se materializar, bem como, há outras que não foram possíveis operacionalizar o crédito aos jovens por uma série de questões ou ainda que a própria estrutura familiar não propiciou condições para que isso acontecesse.
- h)** A formação de líderes protagonistas na política local – a participação e o engajamento de jovens rurais em organização social de juventude, espaços celebrativos em torno da comunidade e da igreja, a organização de times de futebol, participação em associações de

água, tiro ao alvo, cancha de bocha, em movimentos pela melhoria de estradas ou construção de ginásios esportivos em localidades, participação em fóruns de desenvolvimento e na busca de novos canais de comercialização coloca certos jovens como protagonistas no cenário político, o que podem fazer deles futuros líderes de associações de jovens, sindicatos, comunidades ou representantes no poder público municipal, estadual ou até federal.

Os oito movimentos mencionados são relacionados com as novas configurações seja na base produtiva ou na vida em comunidade, bem como nas relações de comunicação que se criam e se estabelecem nessa nova dinâmica do campo. No século XXI, a juventude rural vive uma intensa mobilidade social, entre o ir e vir, sair e ficar transitando entre o rural e o urbano de forma mais acentuada. Criam-se espaços de sociabilidade, educação, cultura, lazer e entretenimento e o jovem rural pode acessá-los em virtude das condições de desenvolvimento potencializadas para o meio rural, mas, há ainda fortes questões relacionadas aos baixos rendimentos da agricultura de base familiar que os ainda exclui da sociedade do consumo e do acesso a bens e serviços considerados essenciais para a qualidade de vida no campo.

Considerações finais

Neste texto, foi realizado um panorama das principais questões que circunscrevem a juventude rural em questão, trazendo as reflexões já realizadas e as reflexões vindouras a

partir de um novo processo metamorfose e transformação social em nosso meio rural brasileiro. Com isso, o papel das entidades representativas – associação de jovens, sindicato dos trabalhadores rurais, cooperativas agrícolas, organizações de assistência técnica e extensão rural, gestão pública municipal, conselhos de desenvolvimento, diversas representações de setores produtivos, entre outros – estimulam, em certa medida, a criação de um campo de luta para transformar uma realidade de exclusão, porém, eximem-se, nesse cenário, conflitos, utopias de mudança social ou ligação partidária e debate com o Estado. O movimento da juventude rural, estimulada, incide diretamente ou indiretamente em questões como a migração do jovem rural, a sucessão familiar, a sociabilidade do campo, a qualidade de vida, a formação cidadã, a qualificação do jovem no campo através das entidades representativas que movimentam a juventude rural em suas práticas sociais, às vezes, com maior grau de autonomia e identidade própria, em outras, de forma tutelada, construindo um cenário a parte, angariando experiências e contribuições importantes para suscitar a juventude rural em movimento.

As ações em prol de transformações na vida da juventude rural, tratando de estabelecer um campo de luta, buscando igualdade de condições entre todos os jovens como, por exemplo, educação superior no campo, acessibilidade de informações, lazer, cultura e incentivos a autonomia do jovem na unidade de produção passa pela ação do Estado, ente regulador das condições de cidadania, que tem a capacidade de estimular e promover certa igualdade nas relações de gêneros, inclusão produtiva, acesso a mercados, bem como incitar ações

que promovam condições econômicas atrativas para o meio rural.

Por fim, a juventude rural em movimento representa o principal elo do processo de desenvolvimento social das comunidades rurais e as escolhas individuais dos jovens rurais são difíceis de categorização, porque uma escolha individual reflete em diversas questões que ultrapassam os intentos da comunidade ou da família, pois representam os anseios e as ambições em prol de um projeto de vida. Por isso, são relações complexas, ambíguas e contraditórias. A permanência, retorno ou a escolha pelo projeto camponês, podem estar ligados a diversos fatores que, nem sempre, são escolhas, mas que pela falta de possibilidades de escolhas, assumem essa condição, seja por um fator familiar, social, econômico ou cultural. Por vezes, são forçados a assumir uma condição de herdeiros e sucessores e serão os principais agentes de continuidade das tradições e heranças produtivas e também da preservação dos vínculos históricos da comunidade em que participam. O laboratório de observação da juventude rural é antagônico, rico pela sua complexidade, no momento, que pese as diversas características que compõem uma experiência que nem sempre podem ser generalizadas de modo *sui generis*.

Referências

BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. *In*: BOURDIEU, P. (Org.). *Questões de sociologia*. Lisboa: Fim de século Edições, 2003. p. 151-162.

BOURDIEU, P. *El baile de los solteros*. Barcelona: Anagrama, 2004.

BOURDIEU, P. Uma vida perdida. In: BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. 7. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 437-449.

BRUMER, A.; CORADINI, L.; PANDOLFO, G. C. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na região Sul do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO – Corpo, Violência e Poder, 8., 2008, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (Texto para Discussão nº 621). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 243-262.

CASTRO, E. G. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural. 2005. 427 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em

Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, E. G. As jovens rurais e a reprodução social das hierarquias. *In*: WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R. Margarida Alves *Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 245-277.

CHAMPAGNE, P. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. *Cahiers d'économie et sociologie rurales*, n. 3, p. 73-89, déc. 1986.

CGI.BR. COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Disponível em: <http://cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2015/>. Acesso em: 22 fev. 2019.

LA CRUZ, L. A. H. Formas de habitar el mundo rural entre los jóvenes em México. *Extensão Rural*, Santa Maria, v. 22, n. 2, p. 09-23, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/16571/>. Acesso em 23 fev. 2019.

LIMA, S. M. V. *et al.* Juventude rural e as políticas e programas de acesso à terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013.

MARIN, J. O. B. Juventud rural: una invención del capitalismo industrial. *Estudios Sociológicos*, v. XXVII, n. 80, p. 619-653, mayo/ago. 2009.

MARIN, J. O. B.; REDIN, E.; COSTA, F. F. Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, v. 19, p. 159-193, 2014. Disponível em: http://relet.iesp.uerj.br/Relet_31/7%20-%20Juventude%20rural%20e%20trabalho%20no%20cultivo%20do%20tabaco%20-%20RELET%2031%20-%20WEB.pdf. Acesso em 19 fev. 2019.

REDIN, E. *et al.* O jovem rural, perspectivas e desafios no enfrentamento ao êxodo: o caso da Associação da Juventude Rural de Arroio do Tigre - AJURATI. *In: PINTO, M. L.; PACHECO, J. K. (Org.). 2º Encontro Juventude, Consumo & Educação. 2.ed. Porto Alegre: Núcleo de Editoração e Criação - Gráfica UFRGS, 2008. v. 2, p. 113-129*

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. Juventude rural: experiências e perspectivas. *In: FLORES, V. F.; VELA, H. A. G.; SILVEIRA, P. R. C. (Org.). Educação rural no mundo contemporâneo. 1.ed. Santa Maria: UFSM, 2012. v. 1, p. 175-208.*

REDIN, E. *et al.* Juventude rural e as novas formas de sociabilidade mediadas pelas TICs. *RDE. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador*, v. 15, n. 28. p. 154-163, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/2738/2136>. Acesso em 20 fev. 2019.

REDIN, E. O futuro incerto do jovem rural. *Informativo Técnico do Seminário, Pombal*, v. 8, n. 1, p. 37-43, jan./dez. 2014. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/view/2969/2665>. Acesso em 19 fev. 2019.

REDIN, E. O jovem rural conquistando o seu espaço: um [re]olhar sobre as questões sociais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 4, n. 2, p. 3768- 3771, nov. 2009. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9246/6437>. Acesso em: 19 fev. 2019.

REDIN, E. Família rural e produção de tabaco: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS. 305 f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3822/REDIN%2c%20EZEQUIEL.pdf>. Acesso em 19 fev. 2019.

REDIN, E. Políticas educacionais e juventude rural no Ensino Superior. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 63, p. 237-252, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/44861/31747>. Acesso em: 19 fev. 2019.

REDIN, E. Jovem rural em questão. *Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 25, n.1, p. 123-139, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/index.php/sociaisehumanas/article/view/2894/3786>. Acesso em 19 fev. 2019.

REDIN, E.; SANTOS, V. F.; SILVEIRA, P. R. C. Juventude rural em ação. *In: GUIMARÃES, G. M.; BALEM, T. A.; SILVEIRA, P.R.C.; ZIMMERMANN, S. A. (Org.). O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades*. 1ed. Ijuí: Unijuí, 2015, v. 1, p. 171-186.

REDIN, E. *et al.* Juventude rural e as novas formas de sociabilidade mediadas pelas TICs. RDE - *Revista de desenvolvimento econômico*, Salvador, v. 15, n. 28. p. 154-163, dez. 2013. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/2738/2136>. Acesso em 19 fev. 2019.

RENK, A. A.; DORIGON, A. *Juventude rural, cultura e mudança social*. Chapecó: Argos, 2014.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil Rural Meridional. *Extensão Rural*, Santa Maria, v. 21, n.2, p.94-116, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/10453>. Acesso em 28 fev. 2019.

SCHNEIDER, I. Êxodo, Envelhecimento Populacional e Estratégias de Sucessão na Exploração Agrícola. *Indicadores Econômicos*, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 259-268, 1994.

SPANVELLO, R. M. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. 2008. 236 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, V. L. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

WEISHEIMER, N. *A situação juvenil na agricultura familiar*. 2009. 331 f. Tese. (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WEISHEIMER, N. *Juventudes rurais*: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

CAPÍTULO IV

ESTUDO DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE DE UMA UNIDADE FAMILIAR

*Natália Coimbra da Silva
Karoline Arguelho da Silva
Dinik Osel da Silva*

Introdução

O modelo de produção agrícola adotado entre as décadas de 60 e 70 era voltado ao consumo de capital e tecnologia externa, fornecidos por grupos especializados. Através da facilitação do acesso ao crédito rural, o produtor também teria facilidade na aquisição deste “pacote tecnológico”, aumentando a dependência da agricultura com relação a outros setores industriais e financeiros (BALSAN, 2006).

A sustentabilidade pode ser conceituada como o meio termo entre o social, que compreende a organização dos produtores de forma coletiva, o econômico, garantindo a sustentação familiar e disposição de recursos financeiros, e ambiental através do manejo adequado de recursos naturais (KHATOUNIAN, 2001). Dentro desta temática a sustentabilidade diz respeito à capacidade de um sistema de produção (agroecossistema) em sustentar níveis adequados de produtividade ao longo do tempo e melhorar as suas condições econômicas, sociais e ambientais de forma contínua (MOREIRA, STAMATO, 2009).

O manejo de agroecossistemas, no ponto de vista sustentável, utilizar de maneira racional os recursos naturais e envolve maior compreensão do ambiente. Segundo Deponti (2002) e Gliessman (2005), “indicadores são instrumentos que permitem mensurar as modificações nas características de um sistema”, medindo as condições específicas do agroecossistema que são necessárias à sustentabilidade de forma a determinar o nível ou condição que esses parâmetros devem manter para funcionar de maneira sustentável. Para isso, a utilização de indicadores visa apontar as características de um sistema produtivo e monitorar os impactos socioeconômicos e ambientais provenientes das atividades agrícolas (EPAMIG, 2009).

Os indicadores auxiliam no processo de tomada de decisão, sendo de fácil mensuração, abrangendo os três pilares da sustentabilidade e os princípios da agroecologia para detectar mudanças no sistema e permitir o cruzamento com outros indicadores, relacionando as variáveis, além de advertir sobre potenciais perturbações (GUIMARÃES e FEICHAS, 2009).

De acordo com Maser et al. (1999), o Marco para Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS), é uma ferramenta que colabora na avaliação da sustentabilidade de sistemas de manejo de recursos naturais, com ênfase no contexto da agricultura familiar e no âmbito local, desde a parcela até a comunidade. Além disso, busca entender de maneira integral os fatores limitantes e as possibilidades para a sustentabilidade dos sistemas de manejo que surgem da intersecção de processos ambientais com o âmbito social e econômico (VERONA, 2008).

O MESMIS, por definição, é um conjunto de técnicas e ferramentas que, em linhas gerais, é realizado com o intuito de

conhecer o funcionamento de um determinado sistema, seus pontos críticos, suas potencialidades e os objetivos do agricultor, informações que por sua vez embasarão as etapas de planejamento e intervenções na propriedade (VERDEJO, 2006).

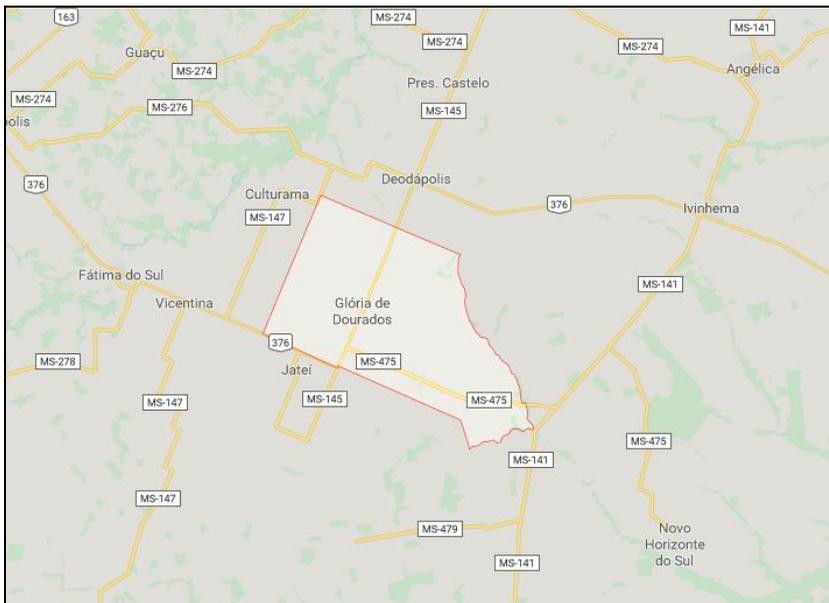
Dessa forma o MIESMIS tem como principais objetivos promover a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais, por meio da produção sustentável, do respeito às questões ambientais, econômicas e sociais e, sobretudo, na busca por melhorias na eficiência produtiva das propriedades e da qualidade da produção, por meio da adoção de práticas agrícolas sustentáveis e gestão da unidade produtiva, uma vez que é utilizado para identificar, levantar e avaliar os indicadores de sustentabilidade (SOUZA, 2009).

Neste contexto, o trabalho tem como objetivo realizar uma análise social, econômica e ambiental no conjunto de Indicadores de Sustentabilidade, em uma unidade familiar, buscando uma matriz de valores observáveis a campo com foco na agricultura familiar.

Metodologia

O estudo foi conduzido em uma propriedade rural familiar, no mês de outubro de 2014, localizada em Glória de Dourados no estado do Mato Grosso do Sul, Lon 54°13' e Lat 22°25' S, Alt 400 metros (Figura 1). O clima de ocorrência da região, segundo a classificação de Köppen, é do tipo Aw, com estação quente e chuvosa no verão e moderadamente seca no inverno (SEMADE, 2016).

Figura 1 - Imagem da localização do município Glória de Dourados, estado de Mato Grosso do Sul.



Fonte: Aplicativo MapasApp.com pela plataforma do Google Maps (2019).

O município apresenta região de Floresta Estacional Semidecidual com predomínio da agropecuária e pastagem e regiões de tensão ecológica de contato Cerrado/Floresta estacional, com solo classificado como Argissolo Vermelho de textura arenosa.

O trabalho foi embasado na aplicação de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, utilizando-se de questionários semiestruturados, com questões abertas e fechadas, sendo este aplicado ao avaliador. Na entrevista foram abordados

questionamentos sobre histórico do agricultor e da propriedade, principais culturas, práticas agrícolas e de conservações adotadas, caracterização da mão de obra, comercialização, uso de crédito rural, além de procurar compreender a relação entre as propriedades com a comunidade local e com outras instituições.

Para avaliar o grau de sustentabilidade da propriedade foram aplicados os procedimentos do método MESMIS, “Marco para Avaliação de Sistemas de Manejo de Recursos Naturais Incorporando Indicadores de Sustentabilidade”, sendo elaborado uma tabela adaptada do modelo proposto por Masera et al. (1999), contendo indicadores e parâmetros, abordando aspectos ambientais, econômicos e sociais.

Foram avaliados 67 indicadores de sustentabilidade da propriedade suinícola, cujos pontos abordados para compor o questionário e formação do diagnóstico participativo. Diante disso, os principais pontos abordados foram os seguintes: organização rural, acesso a tecnologias e linhas de crédito, nível de escolaridade, manejo sanitário das lavouras e de animais, tipo de mão de obra, diversificação de cultivos, disponibilidade de água potável, manejo de recursos naturais, uso da terra, acesso à saúde e educação e consciência ambiental.

Para o processo de avaliação com base nos indicadores de sustentabilidade as seguintes etapas foram executadas: 1) visita as propriedades; 2) seleção dos indicadores a serem utilizados; 3) levantamento dos indicadores; 4) tabulação dos dados.

Para que os diferentes indicadores pudessem ser integrados em uma mesma unidade de avaliação, foram estabelecidos parâmetros com valores de referência para cada indicador. Para a construção dos indicadores, utilizaram-se parâmetros em função do item analisado.

A avaliação se deu através de notas de 1 (um) a 3 (três), onde: 1 (um) representa uma condição não desejável, 2 (dois) representa uma condição regular e 3 (três) representa condição desejável, de acordo com as premissas do desenvolvimento rural sustentável. Desta forma, quanto maior o número de indicadores do nível 1, maiores são as dificuldades em alcançar resultados em conformidade com a sustentabilidade econômica e socioambiental; os pontuados com 3 representaram as melhores condições de sustentabilidade na unidade produtiva familiar (VERONA, 2008).

Visando facilitar a leitura e interpretação da pontuação de cada um dos indicadores utilizados na avaliação, os mesmos foram representados por gráficos no formato radial. Foram considerados como pontos críticos os parâmetros avaliados que apresentaram pontuação igual a 1.

Com o uso desse método, foi apresentada uma descrição detalhada do local estudado, determinando seus pontos críticos. Através da construção de gráficos radiais, no programa Microsoft Office Excel 2010, onde as linhas em azul corresponde à avaliação realizada pelo avaliador, possibilitando avaliar a unidade agrícola em uma forma integrada, apresentando seus níveis de sustentabilidade, partindo da concepção de sustentabilidade identificada pelo avaliador e pelas referências teóricas que fundamentaram o estudo.

Resultados e discussão

Com base nos dados primários coletados e nas observações registradas foi sugerido 42 indicadores considerados confiáveis e fáceis de serem obtidos e de suma importância para entender a sustentabilidade do ambiente em

estudo. Os resultados obtidos a partir dos indicadores de sustentabilidade utilizados na avaliação da unidade produtiva familiar estão apresentados no Quadro 1.

Os indicadores de sustentabilidade indicam se a unidade de produção estudada foi ou não considerada alterada, apresentando alguns pontos críticos que devem ser mitigados para que se alcance maior sustentabilidade do sistema (KEMERICH et al., 2013).

Os pontos críticos identificados na unidade produtiva avaliada foram os seguintes: baixa adoção da prática de conservação do solo, ocorrência de pragas e doenças em todos as culturas (Figura 1), acesso a serviços de agentes comunitários ineficiente e /ou ausente (Figura 3) e não há comercialização de produtos na forma bruta (Figura 4).

A identificação dos pontos críticos é fundamental na busca do equilíbrio pleno do agroecossistema estudado, pois, a partir deste levantamento, é feita a proposta de práticas mitigadoras aos aspectos menos sustentáveis. Os pontos críticos são aspectos ou processos que limitam a capacidade dos sistemas de sustentar-se no tempo (DEPONTI et al., 2002). Assim, para tais pontos crítico foram apresentadas algumas medidas que visam minimizar eventos adversos que se apresentam com potencial para causar impactos ambientais adversos ao meio natural, as quais podem ser verificadas na sequência.

Em relação à adoção da prática de conservação do solo (Figura 2), o estudo evidencia a importância em adotar os princípios conservacionistas de solo, como por exemplo o não revolvimento do solo, uso de plantas de cobertura e sistemas integrados que possibilitem maximizar o uso da terra. Dessa forma, melhorias em termos de qualidade do solo, através das práticas conservacionistas, contribuem para elevar a resistência às mudanças climáticas (PARAJULI et al., 2016).

Em relação ao ponto crítico acesso a serviços de agentes comunitários ineficiente e /ou ausente na propriedade (Figura 3), recomenda-se que o produtor busque um contato mais próximo com empresas destinadas a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Quadro1 - Indicadores de sustentabilidade ambiental, econômica e social utilizados para a avaliação da unidade produtiva familiar.

		PARÂMETROS			
INDICADORES		0	1	2	3
ECONÔMICA	Tamanho total da propriedade	1 ha	2 a 10 ha	20 a 30 ha	< 30 ha
	Tipo de mão-de-obra	Familiar	Trabalhador temporário	Trabalhador permanente	Contratado permanente
	Planejamento agrícola	Não realiza	Agenda	Caderno	Planilha de computador
	Participação em associações e cooperativas	Não tem	Atuação parcial	Atuante	Exerce função
	Utilização de linhas de crédito	Não utiliza	PRONAF	Financiamentos parciais	Financiamentos totais
	Número de produtos comercializados	Não tem	Até 2	2 a 5	Mais que 5
	Forma de comercialização	Não realiza	20%	70%	100%
	Fonte de renda na propriedade	Não há	Externas	Externas e internas	Interna
	Forma de venda - atravessadores	100%	70%	20%	Não realiza

	Culturas comerciais	Não há	Grãos	Pastagem	Silagem
	Culturas de subsistência	Não há	Frutas	Hortaliças	Frutas e hortaliças
AMBIENTAL	Matéria orgânica	Não há	50% da área	75% da área	100% da área
	Cobertura do solo	Solo exposto	Apenas com cultivos	Cobertura o ano todo	Cobertura e cultivos
	Consórcio	0% da área	< 20% da área	20% da área	> 20% da área
	Ocorrência de pragas e doenças	Todas as culturas	Pequenas culturas	Grandes culturas	Orgânicos
	Métodos de controle de plantas daninhas	Herbicidas	Capinas + herbicida	Capina	Cobertura
	Tipo de manejo	Convencional	Tradicional	Orgânico	Agroecológico
	Adubação orgânica	Todas as culturas	Pequenas culturas	Grandes culturas	Faz
	Adubação verde	Não tem	≤ 0,5 ha	> 0,5 ha	> 1,0 ha
	Fonte de água com origem na propriedade	Nascente	Rio	Poço escavado	Poço artesiano
	Emissão de contaminantes nos corpos d'água pela propriedade	> 90% produzida	< 90 ≥50% produzida	≥ 50% produzida	Não tem
	Tratamento da água	Não tratada	Filtrada	Tratada	Filtrada e tratada
	Aspecto nutricional dos animais-alimentação oriunda da propriedade	0%	<50% produzida	< 90 ≥50% produzida	≥90% produzida

	Manejo do pasto dos animais	Não tem	Extensivo	Confinamento	Rotacionado
	Melhoramento da fertilidade dos pastos	Não há	Consortiçamento	Adução orgânica	Reforma de pastos
SOCIAL	Pessoas que residem na propriedade	2 pessoas	De 3 a 4 pessoas	De 4 a 6 pessoas	Mais de 6 pessoas
	Meios de informações dos fatos atuais	Nenhum	Menos de 2 meios	Menos de 4 meios	Menos de 5 meios
	Perspectivas dos jovens permanecerem no campo	Não há	Moram na propriedade	Exercem funções	Permanece e exerce função
	Acessibilidade das estradas para a propriedade	Péssimo	Ruim	Bom	Ótimo
	Acesso à energia elétrica	Não há	20% da propriedade	70% da propriedade	100% da propriedade
	Acesso à educação	Não há	Ruim	Regular	Boa
	Acesso a serviços médicos	Não há	Ruim	Regular	Boa
	Acesso a serviços odontológicos	Não há	Ruim	Regular	Boa
	Acesso a serviços de agente comunitário	Não há	Ruim	Regular	Boa
	Infraestrutura do lar-moradia	Nenhum	Ruim	Regular	Boa
Infraestrutura do lar-acesso a água	Fonte sem proteção	Poço escavado	Posso artesiano	Fonte protegida	

Infraestrutura do lar-encaminhamento de esgoto	Nenhuma	Fossa negra	Fossa seca	Fossa séptica
Infraestrutura do lar-destino do lixo orgânico	Joga em terreno/rio	Enterra	Coleta pública	Recicla
Infraestrutura do lar-destino do lixo comum	Joga em terreno/rio	Enterra	Coleta pública	Recicla
Qualidade da assistência técnica	Não há	Ruim	Boa	Ótima
Infraestrutura da propriedade	Não há	Ruim	Boa	Ótima

Fonte: Elaborado pelos autores.

Segundo Dias (2008), os serviços de assistência técnica para a agricultura são essenciais no processo de inovação produtiva, pois esses serviços estão historicamente associados a importantes mudanças nos modos de produção agropecuária, estabelecendo, a partir de sua intervenção, canais de comunicação entre produtores rurais e centros de pesquisa e de ensino. A ATER assume, ainda, a responsabilidade pela difusão de tecnologia aos pequenos e médios produtores, através de assistência técnica direta, palestras, dias de campo e projetos de extensão rural que, em geral, são satisfatórios (FIRETTI, 2001).

Indicadores ambientais

Em relação à utilização de matéria orgânica faz-se em 75% da área, adubação verde é realizada em mais de 0,5 há e é feito compostagem orgânica, tais indicadores são essenciais na

agricultura orgânica, posto isso a unidade rural estudada está em condição regular, pois faz pouco uso desses métodos.

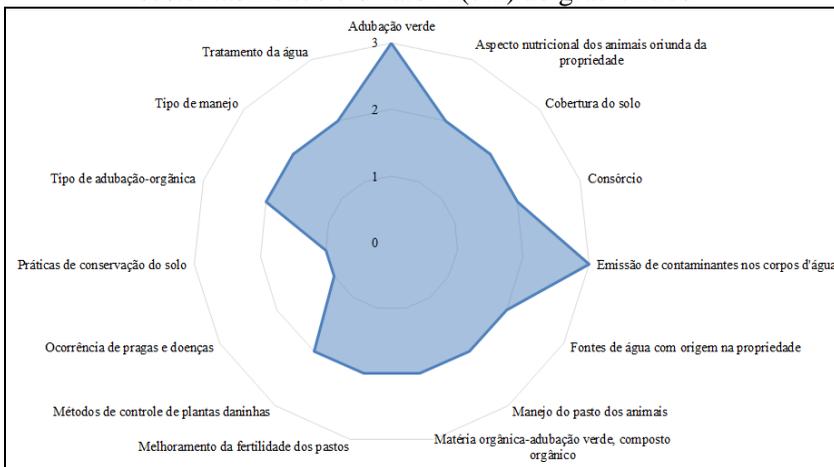
A utilização de matéria orgânica, adubação verde e composto orgânico melhoram as características físicas, químicas e biológicas dos solos, tornando-se indiscutivelmente necessária à recuperação e/ou manutenção de potencial produtivo de qualquer sistema agrícola (COSTA, 1994).

Referente a práticas de conservação do solo foi possível observar o início de erosão visível tipo laminar. Dessa forma, atribui-se grau aceitável de sustentabilidade, podendo ser adotado o sistema de plantio direto, curvas de nível, adubação verde. A conservação do solo envolve grande número de ações e atividades voltadas à manutenção e à melhoria das propriedades do solo, de modo a torná-lo fértil e potencializando atividades lucrativas, sem promover danos ao ambiente (CASSOL et al., 2007).

As áreas de estudo avaliadas apresentam uso adequado do solo respeitando sua aptidão agrícola, entretanto, é frequente o uso de implementos agrícolas no preparo do solo que a médio e longo prazo podem interferir na resiliência das propriedades químicas, físicas e biológicas do solo.

Analisando a Figuras 2, nota-se que a unidade familiar, apresenta grau regular de sustentabilidade. A unidade em geral apresenta um relevo suavemente ondulado, são adotadas práticas de conservação de solo como, quebra vento e curvas de níveis sendo está a principal prática conservacionista adotada.

Figura 2 - Pontuação dos indicadores de sustentabilidade ambiental da unidade de produção familiar. O valor 3 (três) corresponde ao grau desejado de sustentabilidade, o valor 2 (dois) ao grau aceitável de sustentabilidade e o valor 1(um) ao grau crítico.



A cobertura de solo se mostra de extrema importância para os sistemas de produção agrícola, pois traz diversos benefícios ao solo, dentre eles a produção de grandes quantidades de biomassa, cultivadas quer em condição solteira ou em consórcio com culturas comerciais (NASCENTE et al., 2014), outros benefícios são a conservação da umidade por um maior período de tempo, minimizando o impacto dos raios solares diretamente sobre o solo e o impacto das gotas de chuva sobre o solo (EMBRAPA, 2003).

A prática de consórcio de culturas é adotada, porém o agricultor utiliza essa prática como uma forma de aproveitar melhor cada extensão de terra.

Como prática agroecológica, os consórcios podem controlar ervas espontâneas e aproveitar melhor os nutrientes reciclados de horizontes mais profundos do solo. O sistema de

cultivo consorciado tem sido apontado como fator fundamental na manutenção de pequenas propriedades agrícolas, sendo considerado componente de sistemas agrícolas mais sustentáveis (BALASUBRAMANIAN e SEKAYANGE, 1990).

Em relação à ocorrência de pragas e doenças nas culturas, notou-se um número significativo de presença desses dois itens, tendo um grau crítico de sustentabilidade na unidade familiar em estudo. Como método de controle a unidade familiar utiliza os métodos convencionais, como a capina e herbicida.

Quanto a textura do solo na unidade é predominantemente arenosa, com relação à utilização de matéria orgânica, adubação verde e composto orgânico, essenciais na agricultura orgânica, essas são escassas, atribuindo-se grau crítico de sustentabilidade.

A unidade de produção entrevistada possui fonte de água oriunda da própria propriedade, visto que é abastecida por um sistema de poço escavado.

Indicadores sociais

Diante dos resultados da pesquisa descritos na Figura 3, verifica-se que o nível de escolaridade do entrevistado atinge o grau de sustentabilidade aceitável em relação ao número de pessoas que residem no local. Observa-se que na unidade familiar o grau é crítico de sustentabilidade, visto que nesta residem mais de seis pessoas.

O grau de instrução do produtor pode ser uma barreira séria para o desenvolvimento agrícola. Se este não possui um bom nível de escolaridade, torna-se difícil o desenvolvimento de práticas agrícolas mais adequadas, bem como a implementação de inovações tecnológicas.

Os principais meios de informações utilizados na unidade familiar são os telejornais, rádio, e possui auxílio da internet

como uma fonte a mais de informação, atingindo assim um grau aceitável de sustentabilidade.

Figura 3 - Pontuação dos indicadores de sustentabilidade social da unidade de produção familiar. O valor 3 (três) corresponde ao grau desejado de sustentabilidade, o valor 2 (dois) ao grau aceitável de sustentabilidade e o valor 1(um) ao grau crítico



O agricultor é de origem rural sul-mato-grossense. A infraestrutura do lar caracterizada pela moradia apresenta grau regular de sustentabilidade, por possuírem fonte de água oriunda da propriedade.

Os agricultores possuem filhos residentes em áreas urbanas, no entanto a condição boa é aquela que os filhos não moram na propriedade, mas há uma tendência positiva para que continuem na atividade dos pais, se enquadrando nessa realidade (OLIVEIRA, 2007). De modo geral nota-se que há possibilidades dos jovens permanecerem em suas propriedades, porém é necessário que as famílias se organizem em relação às

atividades de suas propriedades, buscando alternativas para a permanência dos jovens no campo e evitando o êxodo rural. Outra maneira de manter os jovens no campo é através de incentivos do governo, como o auxílio do crédito fundiário e outras políticas públicas.

De acordo com a entrevista observa-se que as condições das estradas são ótimas, atingindo assim grau de sustentabilidade desejável para acessibilidade das estradas para a unidade familiar. A questão de acesso à energia elétrica obteve um grau desejado de sustentabilidade e o grau de sustentabilidade ao acesso à educação é aceitável. Avaliou-se os serviços médicos como situação regular, de acordo com a avaliação do agricultor o acesso aos serviços é classificado como grau regular de sustentabilidade.

Referente ao destino final dado ao lixo reciclável, a propriedade não realiza o reaproveitamento ou reciclam, simplesmente deposita-se o lixo em um determinado local da propriedade, assim atribui grau crítico de sustentabilidade.

Em relação ao lixo comum a propriedade descarta por meio da coleta pública do material realizada a cada 15 dias para facilitar tanto para o produtor quanto para a coleta pública prestada pela prefeitura, portanto obtendo grau regular de sustentabilidade.

A reciclagem do lixo orgânico tem papel fundamental na preservação do meio ambiente, diminuindo a extração de recursos naturais, devolvendo para a solo uma parte de seus nutrientes por meio da compostagem (CASSA, 2001).

Indicadores econômicos

Ao analisar os dados apresentados na Figura 4, verifica-se que o tamanho total das propriedades é regular, com grau de

sustentabilidade aceitável. Assim, se as unidades de produção possuísem maior extensão territorial possibilitaria um melhor desenvolvimento das propriedades. A mão-de-obra dessas propriedades é oriunda da própria família, no entanto, notou-se que a unidade familiar atingiu o grau aceitável, de sustentabilidade, visto que são pessoas com faixa etária um pouco avançada.

Se tratando de planejamento agrícola, um assunto de extrema importância para uma unidade de produção no desenvolvimento de suas atividades do dia-a-dia, o planejamento é realizado recebendo grau aceitável de sustentabilidade econômico.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) a utilização de ferramentas gerenciais pelos produtores é fundamental para administrar uma propriedade rural, em especial o planejamento em suas atividades diárias. Os benefícios da administração para o desempenho econômico das propriedades rurais são muitos e significativos, como aumento da capacidade de produção.

O nível de participação dos agricultores em entidade coletiva é crítico, visto que não participa de associações, observa-se então a necessidade de criação de novas entidades coletivas como cooperativas e associações para uma melhor organização entre os agricultores, mas independente das necessidades de melhorias a participação dos agricultores em organizações coletivas atinge o grau desejado de sustentabilidade.

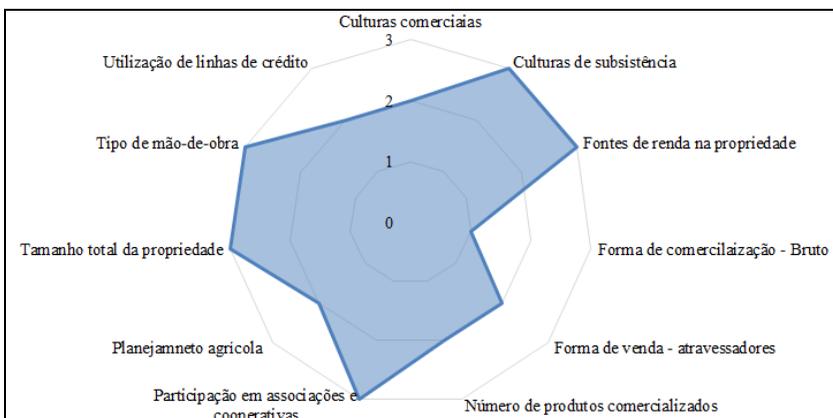
O fortalecimento das comunidades rurais por participações em organizações sejam cooperativas ou associações é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos interagindo com o ambiente social em que estão inseridos. Nesse processo cabe aos seus membros um papel

ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis as suas comunidades.

Em uma Associação, os produtores fomentam os processos que visem à organização dos agricultores de base ecológica relacionados com a produção, transformação, acondicionamento, transporte e comercialização dos produtos, apoiando a organização dos agricultores familiares na reivindicação de melhorias estruturais para o meio rural e promovendo a inserção dos debates sobre os princípios da Agroecologia como um instrumento de organização nos territórios (ASSIS, 2002).

A mão de obra na unidade familiar é do tipo familiar e contratada efetivamente na atividade suinícola, e do tipo familiar na atividade da produção de leite, atingindo grau aceitável de sustentabilidade.

Figura 4 - Pontuação dos indicadores de sustentabilidade econômica da unidade de produção familiar. O valor 3 (três) corresponde ao grau desejado de sustentabilidade, o valor 2 (dois) ao grau aceitável de sustentabilidade e o valor 1 (um) ao grau crítico (ponto crítico).



As fontes de financiamentos adquiridas pela unidade familiar até o momento foi o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste). É um Fundo de crédito, criado pela Constituição Federal de 1988, voltado para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste. As empresas e os produtores rurais que desejam iniciar, manter ou aumentar atividades produtivas na Região podem contar com apoio do FCO, para o financiamento de seus empreendimentos, com longo prazo de pagamento e taxas de juros menores que os aplicados no mercado (Governo de Mato Grosso - Mais por você).

As propriedades não possuem um número elevado de produtos para comercialização. A comercialização de seus produtos é feita de forma bruta gerando assim um grau aceitável de sustentabilidade. O ideal seria processar para obter uma maior agregação de valor a seus produtos.

A determinação dos preços dos produtos produzidos pelos agricultores é atribuída pelos atravessadores, reduzindo assim a margem de lucros para o agricultor familiar. Como a comercialização dos produtos é feita pela forma de venda a atravessadores, atinge o grau crítico de sustentabilidade. Isso se dá, pela falta de incentivo dos órgãos públicos em dar condições de maior autonomia ao produtor, que se apresenta refém de um número reduzido de empresas agroindustriais que dominam o mercado de produtos de origem agropecuária. Quanto maior a dependência de insumos externos, maior é a vulnerabilidade do agricultor, pois não há controle sobre os preços desses insumos (RASUL & THAPA, 2004).

O cultivo de culturas comerciais só foi possível ser detectado com grau aceitável de sustentabilidade, já as culturas de subsistência o grau apresentando é desejado, de sustentabilidade na unidade familiar em estudo.

Observa-se que na unidade avaliada, um indicador considerado como grau crítico de sustentabilidade, foi o cultivo de culturas comerciais, como a silagem. Também nota-se que a produção de culturas de subsistência como frutas e hortaliças se enquadra em desejável como nível de sustentabilidade.

Considerações finais

A partir deste estudo foi possível destacar os pontos fracos e fortes do agroecossistema familiar.

Acredita-se que a sustentabilidade econômica dos sistemas pode ser incrementada pela diversificação dos canais de comercialização, podendo contribuir para o desempenho dos agroecossistemas visando níveis elevados de sustentabilidade, uma vez que a venda direta as empresas integradoras reduzem a autonomia das propriedades.

O agricultor se mostra organizado em relação ao planejamento de suas atividades agrícolas, já no processo de participação em organizações rurais há uma necessidade de fortalecimento.

Referente aos aspectos ambientais de sustentabilidade concluiu-se que, as propriedades necessitam aderir práticas de conservação de solo, como a aplicação de adubação verde, curva de nível, pousio e/ou cobertura de vegetal.

Referências

ASSIS, R. L. de. *Agroecologia no Brasil: Análise do processo de difusão e perspectivas*. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 2002. 150p. Tese de Doutorado.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura BRASILEIRA. *Revista De Geografia Agrária*, V. 1, n.2, p 123-151, 2006

CASSA, J. C. S. *Reciclagem de entulho para produção de materiais de construção*. Salvador: EDUFBA; Caixa Econômica Federal, 2001.

CASSOL, E. A.; DENARDIN, J.E.; KOCHHANN, R.A. *Sistema plantio direto: evolução e implicações sobre a conservação do solo e da água*. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIA DO SOLO (Org.). *Tópicos em ciência do solo*. v. 1. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2007, p. 333-369.

Construção Participativa de Indicadores de Sustentabilidade. Jaguariúna, 2004. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/Ferraz_Young_Marques_Skorupa_construcaoID-8TiTlAx3nY.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

COSTA, M. B. B. *Nova síntese e novo caminho para a agricultura “adubação orgânica”*. São Paulo: Ícone, 1994. 102 p.

DEPONTI, C. M. *Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local*. Monografia (Especialização) – UFRGS. Programa de Pós – Graduação em Economia Rural, Porto Alegre. p. 155, 2002.

DEPONTI, C. M.; ECKERT C.; AZAMBUJA, J. L. B. *Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas*. *Agroecologia e*

Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.4, p.44-52, 2002.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. *Revista Perspectivas em Políticas Públicas*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.101-114, 2008.

EMBRAPA. Acre. *Práticas de Conservação do solo e Recuperação de Áreas Degradadas*. 2003. Disponível em <<http://iquiri.cpaufac.embrapa.br/pdf/doc90.Pdf>> Acesso em: 18 de fevereiro de 2019.

EPAMIG. *Workshop sobre Indicadores de Sustentabilidade em agroecossistemas*. Belo Horizonte, MG. 2009. 8 p

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia – Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 653p.

GUIMARÃES, R.P.; FEICHAS, S.A.Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. *Ambiente e sociedade*, v.12, n.2, 2009.

KEMERICH, P. D. C.; MARTINS, S. R.; KOBAYAMA, M.; BURIOL, G. A.; BORBA, W. F.; RITTER, L. G. Avaliação da sustentabilidade ambiental em bacias hidrográficas mediante a aplicação do modelo P-E-R. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, Cascavel, v.10, n.10, p.2140-2150, 2013.

KHATOUNIAN, C.A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.

MASERA, O. R.; ASTIER, M.; LÓPEZ, S. Sustentabilidad y manejo de recursos naturales: El Marco de evaluación MESMIS. *1. ed.* México: Mundiprensa, GIRA, UNAM, 1999, 190p.

MATO GROSSO. Governo de Mato Grosso - Mais por você: *Fundo Constitucional amplia oferta de crédito em Mato Grosso*. Disponível em: <<http://www.secom.mt.gov.br/editorias/economia-mercado/fundo-constitucional-amplia-oferta-de-credito-em-mato-grosso/116039>>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2019.

MOREIRA, R. M.; STAMATO, B. *Instituto Giramundo Mutuando/Programa de Extensão Rural Agroecológica - PROGERA*. Agroecologia. Botucatu/SP: Giramundo, 2009. 92p.:Il.; 19,5x26,5cm. (Cadernos Agroecológicos).

NASCENTE, A.S.; SILVEIRA, P.M. da; WANDER, A.E. Viabilidade agroeconômica de rotação de culturas e manejo do solo em áreas irrigadas por aspersão. *Revista de Ciências Agrárias*, Belém, v.57, n.1, p.72-79, 2014

PARAJULI, P. B.; JAYAKODY, P.; SASSENATH, G. F.; OUYANG, Y. Assessing the impacts of climate change and tillage practices on stream flow, crop and sediment yields from the Mississippi River Basin. *Agricultural Water Management* 18: 112-124, 2016.

RASUL, G.; THAPA, G. B. Sustainability of ecological and conventional agricultural systems in Bangladesh: an assessment based on environmental, economic and social perspectives. *Agricultural Systems*, n.79, p.327-351, 2004.

SOUZA, M. M. O. de. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/ rápido participativo (DRP). **Revista em extensão**, Uberlândia, v. 8, n. 1, p. 34 - 47, 2009.

VERDEJO, M. E. *Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático* DRP - Brasília, março de 2006.

VERONA, L. A. F. Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de base familiar e em transição agroecológica na região sul do Rio Grande do Sul. 2008. 192f. **Tese** (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

OLIVEIRA, T. M. B. F. Dinâmica da produção e comercialização dos produtos lácteos de Nossa Senhora da Glória, semiárido sergipano. 116p. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007

CAPÍTULO V

AGROBIODIVERSIDADE: USO E CONSERVAÇÃO DE SEMENTES CRIULAS EM UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR AGROECOLÓGICAS ASSESSORADAS PELO CAPA-ERECHIM

Deoner José Zanatta Junior
Joice Schneider Marmellini
Neusa Andreolla

Introdução

O trabalho anônimo de agricultores e agricultoras de todos os tipos, de todos os lugares, em seus territórios, e de acordo com os interesses de cada grupo, proporcionou um enorme tesouro chamado de agrobiodiversidade (GOMES, 2015). De acordo com Stella et al (2006, p.42), a agrobiodiversidade contempla os componentes da biodiversidade que são importantes para a agricultura, a alimentação e o agroecossistema, desde os animais até as plantas em suas mais variadas espécies.

A situação mundial de conservação dos recursos genéticos das espécies agroalimentares é preocupante. No período de 1500-1850, uma espécie era extinta a cada dez anos, já no período recente de 1990-2002, uma espécie é eliminada a cada hora (FAO, 1996).

A conservação das variedades crioulas é de suma importância, por serem reservatórios genéticos naturais, com potencial de utilização para a produção sustentável de espécies

agroalimentares, essenciais para a segurança alimentar e nutricional do planeta. No entanto, essas variedades encontram-se ameaçadas, diante do modelo convencional de agricultura praticado e da introdução de variedades modificadas geneticamente.

Das 250 mil espécies de plantas existentes no mundo, foram descritas e caracterizadas até o momento cerca de 50 mil apenas, e, dessas, aproximadamente, cinco mil foram caracterizadas como sendo de interesse econômico, mas somente 250 são utilizadas na alimentação.

Segundo Mazoyer (2010), 90% das calorias da dieta humana são representados por apenas 15 cultivos e 60% desses são representados pelo trigo, arroz e milho. Tal fato torna-se evidente nos supermercados, onde se encontra uma grande variedade de alimentos processados, feitos, entretanto, a partir de um número cada vez menor de espécies derivadas. No Brasil, não é raro encontrar prateleiras repletas de produtos diferentes, porém provenientes apenas de milho e soja transgênicos.

Dentre as consequências negativas, ressalta-se ainda a redução da autonomia das famílias e comunidades tradicionais. O modelo convencional de agricultura vem forçando-os à utilização de sementes híbridas e modificadas geneticamente, obrigando-os assim, a abandonar tecnologias de cultivo acumuladas por várias gerações. De acordo com Bermejo e León (1992), as variedades locais são aquelas que possuem a maior parte da variabilidade vegetal dentre as plantas cultivadas e, assim como tantos outros recursos naturais, o que se perde não se recupera mais. Dessa maneira, segue-se um caminho de perda de anos de experiência acumulada na conservação e seleção de sementes, e de exclusão de agricultores familiares e tradicionais dos meios de produção, através de um crescente êxodo rural.

Desta forma, o objetivo deste estudo é analisar o uso e a conservação das sementes crioulas ou tradicionais na região do Alto Uruguai do RS e SC, evidenciando, assim, a importância de cuidar, conservar, resgatar e recriar essa construção social chamada de agrobiodiversidade.

As sementes e os homens: o cuidado e o uso

Desde os primórdios da humanidade, os agricultores têm sido responsáveis pela manutenção da biodiversidade de cultivos, através da conservação, seleção e melhoramentos das sementes, dando origem a uma grande diversidade de cultivos e variedades na produção agrícola (NUÑEZ *et al.*, 2006 *apud* VOGT *et al.*, 2012).

A transição da agricultura nômade para a domesticação de espécies desenvolvida em determinado local ocorreu devido ao domínio das sementes. Conforme Beviláqua *et al* (2008 *apud* VOGT *et al.*, 2012), a posse e o domínio das sementes representaram a mudança do ser humano, de coletor e caçador, para agricultor sedentário.

Como prova disso, estudos desenvolvidos nos últimos anos destacam a importância da conservação de variedades tradicionais de sementes. Estas se constituem fundamentais e estratégicas na manutenção da diversidade biológica no campo e pela sua contribuição à segurança alimentar de muitas famílias camponesas e indígenas que vivem dentro do sistema ou modo de vida da agricultura familiar em pequena escala (BEVILÁQUA *et al.*, 2008; SANTILI, 2009).

De acordo com Bevilaqua (2008), os agricultores familiares, bem como as demais populações tradicionais e suas entidades representativas, são responsáveis pela manutenção de um patrimônio importante para a humanidade, por meio da

conservação das sementes crioulas, mesmo frente ao grande avanço da agricultura moderna nas últimas décadas.

Segundo a Lei 10.711/2003 (BRASIL, 2003), conhecida como a Lei de Sementes, as sementes crioulas são aquelas “desenvolvidas, adaptadas ou produzidas por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades”. Essa mesma Lei, no art. 48, proíbe o estabelecimento de restrições à inclusão de sementes e mudas de cultivar crioula em programas de financiamento ou em programas públicos de distribuição ou troca de sementes.

No entanto, o benefício do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), vinculado ao crédito agrícola através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), impede o uso de sementes crioulas, pois exige que estas estejam no Zoneamento Agrícola de Risco Climático do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

Conforme destaca Araújo (2006), a análise das normas definidas pela nova legislação de sementes induz à conclusão de que sua intenção é obrigar a um contínuo e recorrente processo de aquisição de novas sementes básicas ou certificadas, criando, assim uma dependência permanente entre os produtores de sementes, os agricultores e os detentores do material genético original.

Ao contrário das sementes “modernas”, as sementes crioulas contêm grande diversidade genética. Segundo Santilli (2009), essa heterogeneidade genética constitui um dos elementos fundamentais da chamada agrobiodiversidade, a qual engloba a diversidade de espécies, a diversidade genética dentro das espécies e a diversidade dos ecossistemas agrícolas ou cultivados.

Desta forma, a necessidade de recuperar esse patrimônio diz respeito à própria preservação da biodiversidade que existe no planeta. Para resgatar variedades crioulas e ampliar o seu uso na agricultura, torna-se necessário pensar estratégias que incentivem a conservação da biodiversidade atrelada ao uso destes recursos genéticos, sem distanciar a ação dos atores sociais da prática conservacionista.

A agrobiodiversidade é essencialmente um produto da intervenção do homem sobre os ecossistemas: de sua inventividade e criatividade na interação com o ambiente natural. Os processos culturais, os conhecimentos, práticas e inovações agrícolas, desenvolvidos e compartilhados pelos agricultores são um componente chave na agrobiodiversidade. (SANTILLI, 2009, p. 94)

Altieri (2002) afirma que o incremento e a manutenção da biodiversidade é a técnica principal para restaurar a autorregulação e a sustentabilidade na agroecologia. Outros autores também vinculam o livre acesso aos recursos da agrobiodiversidade à segurança alimentar das comunidades rurais (ALMEIDA; SCHMITT, 2010; SANTILLI, 2009).

Segundo Vogt *et al.* (2012), verifica-se que a conservação na localidade (*in situ*) e feita pelos próprios agricultores (*on farm*) vem se mostrando uma forma eficaz de manutenção de variedades tradicionais, pois, quando conservadas em bancos de germoplasma, as plantas tem sua evolução congelada no tempo e no espaço, não acompanhando as dinâmicas climáticas, ao contrário da sua manutenção em seus ambientes naturais. Somente nas suas localidades tradicionais é que elas podem evoluir e se adaptar às mudanças ambientais e socioculturais, confirmando-se uma interação entre o genótipo, o ambiente e os processos socioculturais.

Antigamente, o cultivo e disseminação das variedades crioulas aconteciam naturalmente, sem a necessidade de uma estratégia ou organização coletiva. Atualmente, diante da erosão genética já ocorrida e da tendência cada vez maior à especialização produtiva na agricultura familiar, necessitamos planejar e adotar estratégias coletivas para promover e manter o cultivo de variedades crioulas (MEIRELLES; RUPP, 2006).

É nesse contexto que se ressalta o papel dos chamados “guardiões da biodiversidade”, que são agricultores que manejam e conservam agrobiodiversidade e possuem grande conhecimento tradicional acerca dessas práticas (CORREA; MONTEIRO, 2004).

O Rio Grande do Sul é caracterizado por uma variada gama de espaços agrícolas e riqueza étnica, possuindo grande potencial no que se refere à manutenção das sementes e mudas (VERDUM *et al.*, 2004). Dutra (2005) associa a manutenção das sementes tradicionais no Estado à escala do sistema de produção gaúcho que, baseado em grande parte na forma de produção familiar, se constitui de propriedades com um tamanho de 20 hectares em média. Esta particularidade, segundo o autor, possibilita ainda certa dedicação à produção de sementes tradicionais por alguns agricultores.

Nos últimos anos, tem-se dado atenção especial às unidades de produção familiar agroecológicas (UPFA), não só como mantenedoras da diversidade biológica natural, em função de suas práticas agrícolas-ecológicas, mas também como guardiãs da variabilidade e biodiversidade das plantas cultivadas e do conhecimento associado a toda essa riqueza.

Na região do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, o trabalho de resgate e valorização das variedades crioulas, através dos grupos de agricultores agroecológicos, surge como resultado do empenho de famílias rurais e organizações em

promover uma agricultura baseada no respeito, no cuidado e na valorização da vida nas suas diversas formas de expressão. O trabalho nesta região conta com a assessoria técnica do CAPA e do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP), organizações não governamentais que trabalham com agricultura de base ecológica.

É a partir de encontros, reuniões dos grupos de agricultores e trabalhos realizados na prática com o propósito de promover a biodiversidade, que muitos agricultores se sensibilizam e voltam a descobrir a importância do resgate e preservação das suas sementes, costumes e conhecimentos tradicionais, e assim ir construindo uma agricultura onde não se tem como principal e único objetivo o lucro (LONGHI; SANTOS, 2003, p. 7).

A diversidade socioambiental das UPFA da região Alto Uruguai do RS e SC, motivaram o presente estudo, que objetivou realizar um diagnóstico da diversidade, quantidade e técnicas de manejo de sementes crioulas ou tradicionais mantidas pelos agricultores das propriedades assessoradas pelo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), unidade de Erechim, a fim de reconhecer a importância da conservação desse patrimônio genético mantido por estes agricultores.

Material e métodos

A pesquisa em questão foi realizada em unidades familiares de produção agroecológicas, no período de julho a outubro de 2017. Foram amostradas 24 Unidades de Produção Familiar Agroecológicas assessoradas pelo CAPA, que utilizam suas próprias sementes, em oito municípios, Erechim, Severiano

de Almeida, Marcelino Ramos, Áurea, Erval Grande, Paulo Bento, Alto Bela Vista e Concórdia, distribuídos na região do Alto Uruguai do RS e de SC (Figura 1).

Figura 1 - Localização dos municípios pesquisados na Região Alto Uruguai do RS e SC



Fonte: Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (2017)

O levantamento dos dados deu-se por meio da vivência com os agricultores agroecológicos, de entrevistas semiestruturadas e de análise de documentos relacionados com o tema. As técnicas de pesquisa utilizadas nesta pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas realizadas com os agricultores e teve por finalidade a coleta de informações a respeito do conhecimento, obtenção, importância, dificuldades e estratégias para a conservação das variedades tradicionais. Foi possível colher informações relevantes sobre o manejo das sementes e a

realidade socioeconômica das unidades familiares, constituindo-se, assim, em um momento de valioso aprendizado.

Relações socioeconômicas das unidades de produção familiares agroecológicas (UPFA)

A pesquisa identificou que a maioria dos entrevistados declarou ter vivido desde a infância no meio rural ou tem fortes laços com a agricultura. Muitos são descendentes de famílias com tradição agrícola, e, desta forma, apreenderam com os pais e avós os conhecimentos tradicionais praticados no campo, como é o caso do casal de agricultores residentes na UPFA I, os quais sempre trabalharam na agricultura, onde aprenderam a profissão com seus pais. Há mais de 25 anos são feirantes, produzindo olerícolas, frutas, grãos, ervas medicinais, entre outras. Inicialmente, começaram suas atividades no município de Itatiba do Sul e depois em Erechim, para onde se mudaram, contando com o apoio do filho e da nora, e, mais recentemente, dos netos, que demonstram gosto pela atividade.

Existem, também, alguns casos de agricultores que trocaram a vida urbana pela rural, como o do casal de agricultores residentes na UPFA II que moraram e trabalharam por muitos anos no meio urbano, mas decidiram mudar o modo de vida e trocaram a cidade pelo campo e, atualmente, são feirantes no município de Erechim. Como eles mesmos relataram, buscaram qualidade de vida não só para eles, mas também para os que consomem suas hortaliças, grãos, frutas e legumes.

Entre os novos agricultores, destaca-se o casal congolês-brasileiro, proprietários da UPFA III, sendo ambos possuem formação superior e mestrado, e implementaram a agricultura

agroecológica no município de Áurea, terra natal da esposa, onde cultivam principalmente grãos e hortaliças.

Grande parte dos entrevistados continua produzindo no mesmo local ou em terras próximas de onde suas famílias residiam, somando às práticas agrícolas tradicionais, o conhecimento a respeito do solo, clima e interações ecológicas locais. De acordo com os dados obtidos por meio das entrevistas, constatou-se que 66% das sementes crioulas encontradas nas propriedades são provenientes da troca com familiares, e 34% são oriundas da troca em encontros, amigos e vizinhos. Os entrevistados ressaltaram, entretanto, que existem poucos encontros e festas de troca de sementes, o que dificulta a manutenção da agrobiodiversidade.

Foi possível constatar, também, alguns aspectos socioeconômicos importantes das UPFA, como em relação à sucessão familiar, o qual é um dos maiores temores do meio rural. Apurou-se que 70,8% das propriedades terão um sucessor para dar continuidade às atividades desenvolvidas pela família, e que 75% delas possuem mais de três filhos para dar continuidade.

Ao traçar o perfil dos entrevistados, foi possível verificar que mais de 50% são de origem étnica italiana, contando ainda, com descendentes de origem alemã, brasileira, polonesa e congolosa, o que demonstra que o RS não é megadiverso apenas na biodiversidade de plantas, mas também na miscigenação dos povos, como europeus, africanos e indígenas, culminando numa enorme agrobiodiversidade.

No aspecto territorial, constatou-se que o tamanho médio das propriedades é de 13 hectares, ficando abaixo da média estadual que é de 20 hectares. Apesar do pequeno tamanho das áreas, averiguou-se que, em 75% delas, existem três ou mais atividades produtivas, como horticultura, fruticultura, produção

de grãos, criações de animais, e, em nenhuma delas, existia somente uma atividade. Em virtude da diversificação das atividades desenvolvidas, mantiveram um aspecto econômico interessante, pois se constatou que 87,5% das propriedades possuem renda mensal de um a três salários mínimos e 12,5%, de três a cinco salários mínimos, o que demonstra que a grande diversidade de espécies em pequenos espaços territoriais é capaz de gerar renda e manter a agrobiodiversidade.

Coleta, beneficiamento e acondicionamento das sementes

O levantamento realizado nas Unidades de Produção Familiar Agroecológicas, demonstrou algumas especificidades em relação às divisões de tarefa, no que diz respeito ao manejo, beneficiamento e acondicionamento das sementes e mudas. Na maior parte das amostras, correspondente a 54%, ficou exposto que não há divisão de tarefas, já, em 25%, a mulher é a responsável e, em 21%, os homens são os responsáveis pela maior parte das tarefas que envolvem o trato com as sementes. Alguns temas referentes ao planejamento, como época de plantio e manejo dos cultivos são decididos pela família coletivamente.

Em relação às atividades práticas no manejo das sementes, evidenciou-se que os agricultores utilizam soluções simples e eficientes, desenvolvidas para o beneficiamento e acondicionamento das mesmas, dependendo da espécie em questão. Na maior parte dos casos, os agricultores utilizam fontes naturais, como vento, sol, sombra para a secagem das sementes.

No caso de sementes como moranga, abóbora, melancia, melão, tomate, arroz são colocados sobre alguma superfície que facilite a secagem, como papel, e exposto a algum ambiente

sombreado e ventilado. Já no caso de sementes de milho, pipoca, feijão, fava, amendoim, ervilha, são dispostas em lonas ou sacos, a pleno sol, por certo período, evitando que a temperatura se eleve demais e inviabilize as sementes. No inverno, pela dificuldade de encontrar um clima ideal para a secagem, utilizam-se locais próximos ao fogão a lenha.

No que diz respeito ao acondicionamento das sementes, constatou-se que o crescente número de embalagens disponíveis nos últimos anos fez os agricultores abandonarem algumas práticas antigas e utilizarem as embalagens plásticas (garrafas pet) e potes de vidro para o armazenamento. Alguns ainda complementam o acondicionamento, colocando as embalagens no freezer, retirando o ar dentro da embalagem ou ainda colocando cinza misturada com as sementes, para evitar o desenvolvimento de carunchos.

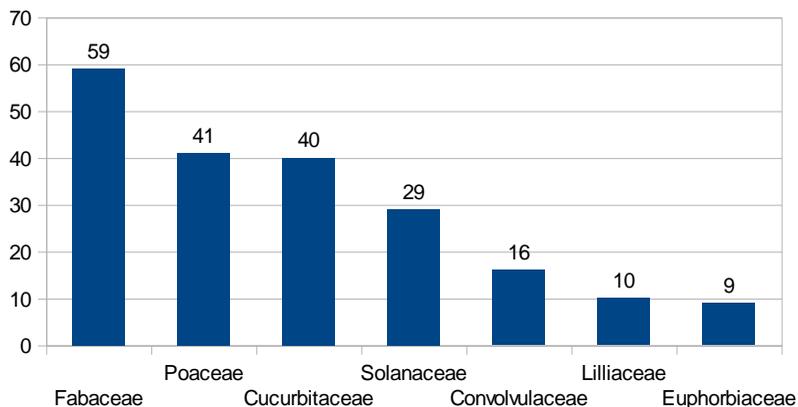
Algumas espécies de tubérculos como as mandiocas e as batatas possuem algumas particularidades para o armazenamento. Sendo o mais usual a seleção de ramas de mandioca na época adequada, anterior às geadas, e armazenamento em pé, abaixo de árvores de copa baixa e cobertas com palha, ou, ainda, dispostas em valas no solo e cobertas com palha e solo posteriormente. Já a batata “inglesa”, geralmente é espalhada no galpão, em local fresco e ventilado, até a época de plantio. Enquanto a batata doce, na maioria dos casos, é retirada as ramas do solo na época do plantio.

Diversidade de sementes e mudas crioulas de plantas cultivadas

O diagnóstico realizado determinou uma grande diversidade de sementes de plantas cultivadas pelos agricultores. Foram identificadas 204 variedades diferentes, dentro das 18

espécies pesquisadas, com uma média de 16 espécies, em cada uma das 24 unidades produtivas amostradas, distribuídas em 7 famílias botânicas (Figura 2).

Figura 2 - Número de variedades de sementes identificadas, por família.



Fonte: Autores (2017)

Dentre essas famílias botânicas, a que apresentou maior número de variedades foi a das Fabaceae, com 59 variedades, com destaque para 39 delas, que são variedades diferentes de feijão, com ênfase para os denominados feijões de “cor”, como os feijões Cavalo e Carioca, muito apreciados para o consumo das famílias e também no comércio em feiras.

A família Poaceae aparece em seguida, com 41 variedades, destacando as 20 variedades de milho, com várias características próprias, como as variedades Cunha, Branco Doce e Oito carreiras, de excelente palatabilidade para consumo in natura, bem como, as variedades Ferro e Catarina, de bom

rendimento para preparo de farinhas e, ainda, as peculiaridades do Palha Roxa e do Encapado, em relação ao seu recobrimento da espiga. Ressalta-se também as 13 variedades de pipoca, assim como as sete variedades de arroz, com grande importância na dieta alimentar humana e na culinária regional, as quais talvez fossem em maior quantidade, se não houvesse a grande dificuldade de encontrar moinhos para o descasque, como relatado pelos entrevistados.

A família Cucurbitaceae, aparece logo após com 40 variedades, com destaque para 13 tipos de abóboras, 14 tipos de morangos, utilizadas muitas vezes para o preparo de doces e compotas, mas com destaque de uso para complementar a alimentação das criações de animais.

Na sequência aparece a família Solanaceae, com 16 variedades, com destaque para os 20 tipos de tomates, de vários formatos, tamanhos e cores diferentes, com forte presença do tomate cereja e suas variações, com denominações de fruta, como o Guabiroba, o Pitanga, o Pêra e o próprio Cereja.

Ainda aparece a família Convolvulaceae com 16 variedades de batata doce, de uso múltiplo dentro das propriedades, desde a alimentação das famílias rurais e criações animais, até, ultimamente, a comercialização nos mercados e feiras para as dietas de academia.

A família Lilliceae aparece com variedades de cebola e alho, bastante utilizadas no tempero dos pratos na culinária regional. E a família Euphorbiaceae com nove variedades de mandioca, ressaltando-se também os seus usos múltiplos dentro das propriedades (Quadro 1).

Quadro 1 - Famílias botânicas, espécies agroalimentares e variedades de sementes encontradas

Família Botânica	Espécie Agroalimentar	Variedades
Fabaceae: Faboideae	Feijão	Carioca, Preto Graúdo, Azulão, Vermelho, 60 Dias, Graúdo, Rajado, Vagem, Preto Miúdo, Mouro, Cavalo Vermelho, Moiachi Verde, Chumbinho, Amendoim, Guaviju, Orelha de Mico, Vermelho Comprido, Soiteira, Olho de Cabra, Sopinha, Arroz Verde, De Corda, Branco, Vagem Amarela, Adzuki, Bico de Ouro, Enxofre, Vermelho Miúdo, Arroz Branco, Cavalo Cinza, Chileno, Cavalo Precoce, Mulato, Gordo, Vermelho Listrado, Taquara, Carioca Branco, Carioca Roxo, Cariocão
Fabaceae: Faboideae	Ervilha	Branca Miúda, Verde, Branca Graúda, Vagem Verde, Vagem Amarela, De Verão, De Inverno, Biz, Comum, Preta
Fabaceae: Faboideae	Lentilha	Comum
Fabaceae: Faboideae	Fava	Comum, Miúda, Graúda, Crioula, Doce, Amarga
Fabaceae: Faboideae	Amendoim	Vermelho Miúdo, Paraguai/Graúdo, Antigo Miúdo

Poaceae	Milho	Branco Doce, Cunha Melhorado, Palha Roxa, Amarelão, Estaqueta, Ferro, Catarina, Pixurum, Cunha Amarelo, Caiano, 8 Carreiras, Sol da Manhã, Cunha Rajado, Caiano Pintado, Encapado, Lohmann, Comum Rajado, Grão de Ouro, Preto, Criulo, Comum
Poaceae	Pipoca	Cinzenta, Azulada, Branca Graúda, Roxa Miúda, Amarela Comum, Preta Miúda, Preta Graúda, Amarela Graúda, Branca Miúda, Vermelha, Roxa de Espinho, Branca de Espinho, Roxa Graúda
Poaceae	Arroz	Agulhinha, Agulha Alto, Agulha Baixo, Cateto, Amarelão, Carapé, Amarelo Alto
Cucurbitaceae	Abóbora	Redonda Graúda Doce, De Pescoço
		Graúda, De Pescoço Miúda, Gigante, De Pescoço Berruga, Exposição, Redonda Carijó, Brasil, Menina, Amarela Cascuda, Comum, Malhada, Casca Dura
Cucurbitaceae	Moranga	Moranga, Marina, Graúda Acinzentada, Estrela, Moranguinha, Amarela, Exposição, Casca Cinza e Amarela, Verde e Amarela, 10 Mandamentos, Coração, Costela, Graúda Vermelha, Cabocla

Cucurbitaceae	Melão	Amarelo Comprido, De Neve, São Caetano, Comum, Gaúcho, Branco, Casca Grossa
Cucurbitaceae	Melancia	Vermelha Comum, Amarela Comum, Vermelha Redonda, Comprida Casca Listrada, Vermelha Comprida, Redonda Listrada
Solanaceae	Tomate	Dedo de Moça Vermelho, Cereja Comum/Caipira, Cereja Coração de Galinha, Cereja Miúdo, Pêra, Cereja Comprido, Cereja Redondo, Italianinho, Pitanga, Guabiroba, De Árvore, Cereja Comprido Doce, Gaúcho, Coração de Boi, Paulistinha, Chifre, Amarelo Grosso, Amarelo, Ovo de Galo, San Marzano
Solanaceae	Batata	Branca, Yacon, Casca Rosa, Amarela, Macaca, Camila, Bananinha, Salsa, Roxa
Convolvulaceae	Batata Doce	Polpa Branca, Polpa Roxa, Casca Roxa, Casca Rosa, Abóbora/Moranga, Cenoura, Amélia, Cuia, Brs, Folha Redonda, Casca Branca, Amarelinha, Cinco Dedos, PTB, Braço de Negro, Casca Preta
Lilliaceae	Alho	Poró, Casca Roxa, Amarelo, Branco Graúdo, Macho, Branco Miúdo, Casca Rosa Graúdo, Gigante da Serra
Lilliaceae	Cebola	Família Roxa, Roxa

Euphorbiaceae	Mandioca	Casca Roxa, 11 Horas, Casca Branca, Amarela, Manteiga, Casca Rosa, Chorona, Vassourinha
---------------	----------	---

Fonte: Autores (2017)

Foi possível determinar alguns fatores que explicam o aparecimento de algumas espécies agroalimentares dentro das unidades familiares de produção agroecológicas, a partir do atrelamento com as suas finalidades de cultivo e origem. É importante ressaltar que, em todas as espécies pesquisadas, foi encontrada, como uma das finalidades de cultivo, a alimentação própria da família agricultora, ficando evidente a importância das sementes para a continuidade e sobrevivência destas famílias no meio rural.

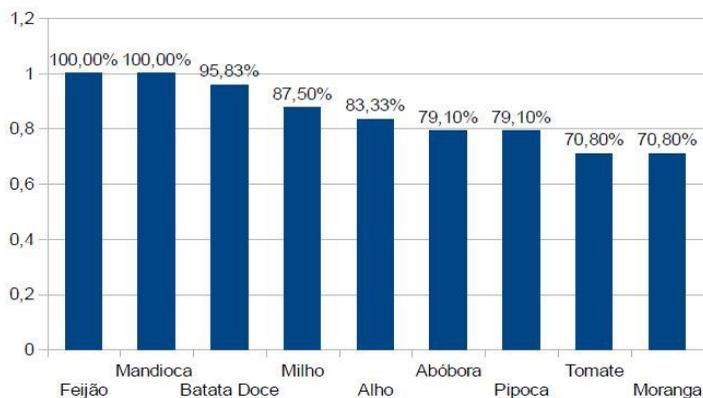
Em algumas espécies, é possível atrelá-las com questões familiares históricas, como é o caso da batata doce, mandioca, abóbora e moranga, as quais são lembradas pelos agricultores como sendo um tipo de “herança familiar”, provenientes de seus pais e avós. No momento de suas partidas de casa, principalmente em função do casamento, esses agricultores levaram as sementes e mudas para poderem iniciar seus plantios e garantirem sua subsistência. Isso fica mais evidente, no momento em que se verifica, com os agricultores, as idades destas sementes e mudas com mais de 90 anos, ou ainda, quando utilizam suas próprias idades como parâmetro para designar o tempo de existência das sementes.

A presença de variedades de feijão em todas as unidades de produção se justifica não só pelo uso na alimentação própria, mas, principalmente, pela finalidade de comercialização da mesma, a qual foi identificada em 66% das unidades familiares, já que é uma das principais culturas produzidas pela agricultura familiar.

O aparecimento de espécies como Mandioca em todas as propriedades familiares amostradas, a Batata Doce em 95%, o Milho em 87%, a Abóbora em 79% delas (Figura 3), explica-se pelo fato de serem culturas estratégicas e de múltiplas utilidades para o funcionamento da unidade de produção familiar, como a alimentação dos animais, comercialização e autoconsumo.

Constatou-se que, para a alimentação animal, utiliza-se, em 79% das unidades, o Milho; em 68%, a Abóbora; em 67%, a Mandioca; em 57%, a Batata Doce. Quando se trata da comercialização, emprega-se, em 72% das unidades familiares, a Batata Doce; em 71%, a Mandioca; em 63%, a Abóbora; e, em 54%, o Milho. A conservação, o manejo da agrobiodiversidade pelo agricultor e sua utilização, funcionam como chaves do desenvolvimento sustentável, que ocorre simultaneamente com a conservação da biodiversidade local (ALMEKINDERS; ELINGS, 2001; BOEF *et al.*, 2007).

Figura 3 - Espécies agroalimentares mais encontradas nas Unidades de Produção Familiar Agroecológicas.



Fonte: Autores (2017)

Importância e dificuldades na manutenção das variedades crioulas

A partir do conhecimento dos agricultores, exposto nas entrevistas realizadas, foram diagnosticadas algumas vantagens no cultivo de variedades crioulas conservadas nas propriedades. Dentre as quais, é possível ressaltar a adaptação das plantas às condições edafoclimáticas locais, perante as intempéries e também ao ataque de pragas. Cabe destacar, também, o baixo custo de produção nos cultivos, em relação aos elevados preços das sementes transgênicas, conforme mencionado por vários agricultores, os quais afirmam que as suas sementes são menos exigentes ao uso de adubação.

Entre outros benefícios, aparece a forte presença de algumas variedades na culinária local e na valorização dos costumes familiares, sendo que o alimento traz recordações e lembranças, além de uma alimentação nutritiva e saborosa.

Contudo, os agricultores ressaltam a preocupação em relação à manutenção e preservação das sementes crioulas no meio rural. Entre os motivos, foram mencionados a falta de espaços para troca ou obtenção das sementes e mudas. De acordo com eles, mesmo com as atividades e incentivos realizados pelas entidades na região, as feiras e programas de troca são raros e insuficientes perante as demandas e a importância das mesmas.

Foi relatada, ainda, pelos agricultores a grande dificuldade de conservarem “puras” variedades crioulas de milho e outras espécies de polinização aberta, devido ao cruzamento com espécies híbridas e transgênicas cultivadas na maioria das propriedades convencionais, sem controle algum da contaminação genética que estão causando. Houve alguns relatos de preocupação em relação à falta de interesse das

gerações mais novas em conservarem esta agrobiodiversidade, devido, também, ao intenso êxodo rural.

Embora não se conheça exatamente o número de espécies e tipos escolhidos pelos grupos humanos ao longo da história, sua grande diversidade provavelmente decorre do fato de que diferentes povos tiveram acesso a distintas espécies, pois viviam em diferentes regiões do planeta (NODARI *et al.*, 2015). Dessa forma, a diversidade genética ou de plantas cultivadas é o resultado de fatores de natureza histórica, ecológica, genética e cultural, da qual a segurança alimentar e nutricional é dependente até os dias atuais.

As 204 variedades de sementes e mudas tradicionais, dentro das 18 espécies analisadas, mantidas pelos agricultores entrevistados, revelou o enorme potencial de conservação existente na região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e especificamente dentro das Unidades de Produção Familiar Agroecológicas. A pesquisa serviu como forma de avaliar a diversidade de plantas dentro de uma pequena amostra, assim como incentivar novos estudos na identificação, valorização e fomento da conservação de sementes crioulas no Brasil.

A partir da análise dos dados, fica evidente que a responsável pela agrobiodiversidade é a agricultura de regime familiar, agroecológica e multifuncional, que combina sustentabilidade e reconhecimento dos saberes tradicionais. Fortalecendo, desta forma, o poder dos agricultores e das comunidades, na organização de agroecossistemas e na conservação de grande quantidade de espécies nas unidades de produção.

A obsessão pela produtividade tornou a agricultura moderna incapaz de reconhecer inúmeros ecossistemas e formas de produção (NIEDERLE, 2015). Em contraponto, a agricultura

familiar tem vocação para ser, além de produtiva, autossuficiente, e conservar os bens culturais e ecológicos que caracterizam a diversidade do espaço rural brasileiro.

Um debate polêmico e atual gira em torno do registro ou não das sementes crioulas no Sistema Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC). Acredita-se que o registro facilitaria a conservação e a disponibilidade das sementes crioulas aos agricultores, pelo fato da equiparação de direitos com as sementes formais, podendo receber, desta forma, os benefícios ligados aos programas de crédito.

Grandes avanços foram conquistados com a Lei de Sementes 10.711/2003 (BRASIL, 2003), entre os quais se destaca o art. 48, no qual é vedado o estabelecimento de restrições à inclusão de sementes e mudas de cultivares locais em programas de financiamento ou em programas públicos de distribuição ou troca de sementes, desenvolvidos em conjunto com os agricultores familiares. Soma-se ainda o art. 11, o § 6º, o qual menciona que “não é obrigatória a inscrição no RNC de cultivar local, tradicional ou crioula, utilizada por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas”.

Segundo Reis (2015), essas normatizações têm grande importância do ponto de vista jurídico, pois reconhecem a diversidade dos modelos de produção de sementes tradicionais, em contraponto ao setor formal em que as normas técnicas transformam a produção de sementes em uma atividade altamente especializada e cada vez mais desconectada dos agricultores. No entanto, ainda existem muitas melhorias a serem feitas no Cadastro Nacional de Sementes e nos programas de financiamento, os quais impossibilitam o emprego e acesso das sementes crioulas pelos agricultores, devido a exigências exageradas, como a obrigatoriedade de registro no RNC para acessar o seguro agrícola.

Segundo Niederle (2015), o rural, por sua vez, perde sentido enquanto lugar de vida, para converter-se em espaço de produção. Ao invés de um rural com gente, legitima-se socialmente a monótona paisagem dos monocultivos. As perdas de variedades tradicionais, como diagnosticado no levantamento, decorrem das dificuldades de obtenção de sementes crioulas, juntamente com falta de incentivo, compatível com a importância e a necessidade do tema e também do descontrole nos cultivos de variedades modificadas geneticamente, as quais resultam na contaminação de genes nas variedades tradicionais.

Outro fator relevante sobre a perda de diversidade é atribuído à redução de mão de obra dedicada à conservação das sementes, paralelamente às atividades agrícolas. Conforme os relatos dos agricultores, antigamente, as atividades eram divididas entre um grande número de integrantes familiares, diferentemente dos dias atuais, e assim, muitas das práticas tradicionais são perdidas gradativamente.

Segundo Gliessman (2000), a conservação realizada na propriedade agrícola envolve seleção e mudança genética contínua, ao invés de preservação estática. Esta forma de conservação requer que os agricultores sejam colaboradores permanentes, tanto do melhoramento genético, quanto do conhecimento cultural acumulado nos cultivos locais. E, de forma não intencional, naturalmente moldam-se variedades adaptadas e resistentes às condições edafoclimáticas locais, além de menos exigentes, como mencionam os agricultores. Segundo Nodari *et al.* (2015), na fase de transição para a agroecologia, ou mesmo em sistemas orgânicos de produção, o tipo de variedades é fator crucial, uma vez que as plantas selecionadas devem ser adaptadas ao ambiente, ao tipo de manejo e às preferências de cada agricultor.

Carvalho (2003) relata que desde o período colonial, a adaptação e o melhoramento genético do germoplasma exótico às distintas condições de clima e solo eram realizados pelos colonos, que utilizavam parte do conhecimento acumulado pelas populações indígenas sobre as espécies silvestres. As plantas cultivadas nativas ou mesmo exóticas são resultado da coevolução entre os vários fatores ambientais em que se desenvolveram e conjuntamente com seus melhoristas agricultores, os quais, durante as entrevistas, relataram “aprimorar” algumas variedades por mais de noventa anos em suas Unidades de Produção Familiar.

De acordo com Carneiro e Maluf (2003), a multifuncionalidade da agricultura rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais e, desta forma, deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Desta maneira, torna-se responsável pela otimização e conservação dos recursos naturais, do patrimônio natural e pela qualidade dos alimentos. A clareza em relação à importância da sustentabilidade e o aumento destes espaços rurais, geradores de igualdade social com responsabilidade ambiental, são capazes de remodelar a agricultura, de forma que se tenha um meio ambiente equilibrado, contemplando as esferas sociais, ambientais e econômicas.

Considerações finais

Por meio do estudo realizado, constatou-se a existência de grande agrobiodiversidade mantida nas unidades de produção familiares agroecológicas da região Alto Uruguai do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Evidenciou-se também que estas sementes e mudas tradicionais multifuncionais possuem uma grande importância

econômica para os agricultores. Além disso, têm fortes laços históricos e culturais em cada família e, que, assim como uma “herança”, acompanham várias gerações, de modo que cada geração tenha uma variedade adaptada e resistente ao clima de sua época.

Entre algumas problemáticas que envolvem a conservação das sementes crioulas, destaca-se a falta de incentivo e políticas públicas que promovam a inclusão social e a melhoria das condições de vida dos agricultores detentores do patrimônio genético, a imprudência em relação ao uso de cultivares transgênicas e seus cruzamentos não controlados, e ainda o desapego das novas gerações com a conservação de variedades tradicionais.

Pretende-se com as informações coletadas a partir das entrevistas, produzir um material didático, que sirva como facilitador de trocas de sementes entre os agricultores assessorados pelo CAPA e ainda, futuramente, dar continuidade ao estudo com a identificação botânica das variedades crioulas catalogadas.

Referências

ALMEIDA, P.; SCHMITT, C. *Construção de conceitos e marcos de referência de garantia dos direitos dos agricultores sobre a biodiversidade*. São Luiz: Associação Agroecológica Tijupá, 2010.

ALMEKINDERS, C. J. M.; ELINGS, A. Collaboration of farmers and breeders: participatory crop improvement in perspective. *Euphytica*, Wageningen, v. 122, n. 3, p. 425-438, 2001.

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Editora Agropecuária; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

ARAUJO, J. C. Algumas observações sobre a legislação de sementes e mudas. In: LONDRES, F. *A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar*. Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade Articulação Nacional de Agroecologia, 2006. Cap. 1, p 7 - 12.

BERMEJO, H.J.E; LEON, J. *Cultivos Marginados: otra perspectiva de 1492*. Jardín Botánico de Córdoba (España), Roma: FAO, 1992. 339p.

BEVILAQUA, G. A. P.; ANTUNES, I. F. *Agricultores guardiões de sementes e o desenvolvimento in situ de cultivares crioulas*. 2008.

BRASIL. *Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.711.htm> Acesso em: 05 out. 2017.

CARNEIRO, M. J. MALUF, R. S. (Orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230 p.

CARVALHO, H. (Org.) *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2003. 352p.

CORRÊA, C.E.; MONTEIRO, D. *O MST e a Campanha Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade*. In:

Agriculturas: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro: AS-PTA; Leusden: Ileia - v. 1, pp. 40-43, 2004.

DUTRA, O. *Importação de sementes de olerícolas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Setor de Importação de Sementes, 6,7 e 8 de junho, 2005.

FAO, Comission de Recursos Geneticos Para la Alimentacion y la Agricultura. *Documento Informativo de Estudios N/5*. 1996.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. 653 p.

GOMES, J. Prefácio. In: SANTILLI, J.; BUSTAMANTE, P.; BARBIERI, R. (Ed.)

Agrobiodiversidade. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

LONGHI, A.; SANTOS, M. S. *O CETAP e a biodiversidade*. Passo Fundo: 2003.

MAIA, A. S.; NUNEZ, P. B. P. Sementes crioulas: um banco de biodiversidade. *Revista Brasileira de Agroecologia, Associação Brasileira de Agroecologia*, v.1, n.1, p. 237-240, nov. 2006.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 568 p.

MEIRELLES, L. R.; RUPP, L. C. D. *Biodiversidade: passado, presente e futuro da humanidade*. Centro Ecológico, 2006.

NIEDERLE, P. A. *et al.* Agrobiodiversidade como recurso estratégico nos novos mercados agroalimentares. p. 53-76. In: SANTILLI, J.; BUSTAMANTE, P.; BARBIERI, R. (Ed.)

Agrobiodiversidade. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

NODARI, R. O. *et al.* As inovações e os benefícios do melhoramento genético participativo.

p. 83-98. In: SANTILLI, J.; BUSTAMANTE, P.; BARBIERI, R. (Ed.) *Agrobiodiversidade*. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

REIS, M. R. Políticas públicas de conservação da agrobiodiversidade motivadas pelo protagonismo dos movimentos sociais camponeses. p. 83-98. In: SANTILLI, J.; BUSTAMANTE, P.; BARBIERI, R. (Ed.) *Agrobiodiversidade*. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

SANTILLI, J. *Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores*. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2009. 520 p.

STELLA, A.; KAGEYAMA, P.; NODARI, R. Políticas públicas para a agrobiodiversidade. In: STELLA, A.; KAGEYAMA, P. (Ed.) *Agrobiodiversidade e diversidade cultural*. Brasília, DF: MMA, 2006, p. 41 – 46.

VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VOGT, S. P. C. *et al.* Estratégias para o resgate e conservação de variedades de milho crioulo e nativo: a experiência dos Guardiões da Agrobiodiversidade de Tenente Portela, RS. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 5, n. 1. Porto Alegre: p. 48-54, 2012.

CAPÍTULO VI

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ALGUNS APONTAMENTOS

Pedro Henrique Lopes dos Santos

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

O presente artigo tem o propósito de sistematizar pontualmente a temática do desenvolvimento sustentável, utilizando como suporte as leituras disponibilizadas durante o curso de graduação, bem como os debates sobre o tema realizados nos durante a mesma. Informamos ainda que, inicialmente, faremos um apanhado histórico acerca das modificações na percepção sobre a relação ser humano/natureza, identificando essas mudanças a partir das orientações, especialmente dos organismos internacionais, que dão conta de determinada concepção e projetos de desenvolvimento.

A partir da segunda metade do século XIX, a degradação ambiental e suas catastróficas consequências, em nível planetário, originaram estudos e as primeiras reações no sentido de se conseguir fórmulas e métodos de diminuição dos danos ao ambiente. Em 1948, autoridades reconheceram formalmente os problemas ambientais, na reunião do *Clube de Roma*, que constatou a falência dos recursos naturais e solicitou o estudo intitulado *Limites do Crescimento*, (Meadows et al., 1972), citado por Andrade (2001).

Esse diagnóstico de acordo com Andrade (2001), mostrou que a degradação ambiental decorre, principalmente, do

descontrolado crescimento populacional e da superexploração dos recursos naturais e que se não conseguíssemos estabilidade populacional, econômica e ecológica, o futuro da humanidade corria sérios riscos. Esses estudos lançaram subsídios para a ideia desenvolvimento aliado a preservação.

Com a intenção de discutir e encontrar soluções para esse problema a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a Conferência de Estocolmo, em 1972. Como resultado, houve a elaboração da *Declaração Sobre o Ambiente Humano*, que introduziu, na agenda política internacional, a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Ela sugeriu ao mundo que "tanto as gerações presentes como as futuras tenham reconhecido como direito fundamental a vida num ambiente sadio e não degradado".

A Conferência de Estocolmo e as reuniões preparatórias que a antecederam, conforme Sachs (2002 e 2007) e firmaram as bases para um novo entendimento das relações existentes entre o ambiente e o desenvolvimento e introduziram um novo conceito, apresentado por Maurice Strong, Secretário da Conferência, e largamente difundido, a partir de 1974, por Ignacy Sachs: o *ecodesenvolvimento*.

Na definição de Sachs, o conceito representa a capacidade humana de realizar um desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, capaz de responder à problemática de harmonização de objetivos sociais e econômicos com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do ambiente. A base da nova proposta situou-se na proposição ética de que o desenvolvimento deveria estar voltado para as necessidades sociais mais abrangentes, a melhoria de qualidade de vida, e para o cuidado com o ambiente como atos de responsabilidade com as gerações futuras.

Para Sachs, a idéia de *ecodesenvolvimento* trazia em si um convite para estudar novas modalidades de desenvolvimento. Esse autor definiu *ecodesenvolvimento* como “o desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente”.

O termo *ecodesenvolvimento* foi substituído pelo conceito de *desenvolvimento sustentável*, a partir de 1980, quando, (D’Amanto e Leis 1998, citado por Camargo, 2005), surge no documento sobre Estratégias Mundiais de Conservação, produzido pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e pelo Fundo para a Vida Selvagem (WWF, Worl Wildlife Fund), hoje, Worl Wide Funf for Nature, a pedido da ONU. A expressão torna-se mundialmente conhecida, em 1987, com o encerramento dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland, com a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, onde o critério de sustentabilidade aparece como argumento central para a formulação de novas políticas de desenvolvimento.

Dentre as definições de desenvolvimento sustentável presentes no relatório *Nosso Futuro Comum* destacam-se:

Desenvolvimento Sustentável é um novo tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. (1991, p. 4)

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. (1991, p. 46)

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos

recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (1991, p. 49)

Para isso, todas as formas de relação do homem com a natureza devem ocorrer com o menor dano possível ao ambiente. As políticas, os sistemas de produção, a transformação, o comércio, os serviços - agricultura, indústria, turismo, mineração - e o consumo têm de existir preservando a biodiversidade.

O *Relatório Brundtland* publicado com o título “Nosso Futuro Comum”, propôs integrar o desenvolvimento econômico à questão ambiental, surgindo não apenas um novo termo, mas uma nova concepção de desenvolvimento que implica necessariamente numa ruptura epistemológica, uma vez que a visão tradicional de desenvolvimento restringe-se à dimensão econômica, o debate sobre a sustentabilidade desse processo agrega as dimensões sociais e ambientais, chegando ao conceito de desenvolvimento sustentável, que é visto como um meio de obter qualidade de vida, respeitando as características culturais e os limites ecológicos.

Em 1992, como extensão dos encontros e trabalhos realizados desde Estocolmo, organizou-se, no Rio de Janeiro, o maior evento de caráter intergovernamental do gênero, a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)* ou *ECO 92*, que reuniu entidades de 178 países e contou com a participação de 100 chefes de Estado. O encontro originou diversos documentos, entre eles a Agenda 21. Considerada como o resultado mais importante da Conferência, a *Agenda 21* apresenta um plano de ação para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável, com base

nos documentos elaborados pelos diversos participantes do processo de discussão durante todo o período anterior.

Uma boa parte dos acordos firmados ficou comprometida porque as assinaturas de importantes chefes de governo, principalmente os Estados Unidos, não foram ratificadas ou porque os protocolos de ações simplesmente não saíram do papel. A prática não correspondeu à retórica contida em documentos e discursos públicos. Poucos países desenvolvidos (Escandinávia, Holanda e Alemanha) têm tomado medidas para incorporar tanto às restrições quanto às oportunidades ambientais nas políticas econômicas internas.

Feitas essas considerações passaremos agora a apontar, algumas divergências acerca do conceito de sustentabilidade. O conceito mais difundido de sustentabilidade, com origem nas Ciências Biológicas, aplica-se à exploração de recursos renováveis, em especial daqueles que podem ser exauridos pelo uso desordenado, e baseia-se no método de manejo como estratégia de compensação entre as espécies e preservação da vitalidade dos ecossistemas. Sachs (2002, p. 58), diz que “o desenvolvimento sustentável é um desafio planetário”.

Devemos apontar ainda que o termo ‘desenvolvimento’ está ligado à idéia de modernidade e transformação. Até os anos 70, o conceito de desenvolvimento esteve bastante associado ao aspecto meramente econômico. Nos anos 80 o conceito incorpora um caráter mais sócio-ambiental e, nos anos 90, passa a ser identificado com a idéia de sustentabilidade.

Ilustrando a primeira perspectiva, ainda muito presente no imaginário coletivo brasileiro, tomamos de Caporal (2004) a seguinte afirmação

[...] a corrida das sociedades distintas e heterogêneas em direção a um modelo de organização social e econômica considerado desenvolvido, ou seja, passar de uma

condição indigna, chamada subdesenvolvimento para um modelo de sociedade ocidental, capitalista e industrializada mediante estratégias geradoras de crescimento econômico (Esteve,apud Caporal et al.,p.81).

Para contrapor essa visão existem autores, como Sachs, citado por Becker que defendem seguinte a proposta:

Um novo tipo de desenvolvimento deve procurar a harmonia da sociedade com a natureza. Em ausência, a imbricação dos fenômenos de degradação ambiental e de decadência social levará fatalmente ao mau desenvolvimento. Numa ótica pró-ativa, um outro desenvolvimento não é apenas um critério de avaliação da trajetória da história, mas também um conceito normativo orientado para o futuro, procurando conhecer as estratégias de transição escalonadas em várias décadas, que permitem passar do círculo vicioso do mau desenvolvimento social e de degradação ambiental para o círculo virtuoso do desenvolvimento que responde à racionalidade sócio-ecológica (Sachs apud Becker, 2002, p.165).

Como podemos inferir a noção de desenvolvimento sustentável tem como premissa básica a insustentabilidade ou a inadequação econômica, social e ambiental do padrão hegemônico de desenvolvimento das sociedades na atualidade (SCHMITT, 1995 apud ALMEIDA; NAVARRO, 1997). Ainda diante disso é preciso referir que conceito de desenvolvimento sustentável é conflituoso, entre aqueles que disputam o seu conceito e suas práticas sociais e produtivas.

O que se pode, desde já deixar esclarecido, é que este novo modelo de desenvolvimento abriga várias concepções e

visões de mundo, mas a preservação dos recursos naturais é o ponto de união de todas as concepções e visões sobre o tema.

A sociedade enfrentará durante o século XXI, a tarefa de encontrar uma nova relação com o mundo natural. Deverá pensar em desenvolvimento, mas, desenvolvimento sustentável, sendo oportuno então apontar outra discussão realizado no transcorrer da disciplina, que diz respeito a compreensão da sustentabilidade na perspectiva da complexidade, o que implica, efetivamente, em rompermos com uma visão cristalizada e fragmentada da realidade, visão essa que, como consta no material instrucional acredita, equivocadamente, que a compreensão das partes possibilita a percepção do todo, esquecendo-se que uma coisa são as partes isoladamente, outra são elas no conjunto. Esta visão acabou por provocar uma leitura de sustentabilidade também fragmentada, que, com o paradigma da complexidade, deve ser superada, visto que temos uma infinidade de variáveis que devem ser levadas em conta quando falamos em sustentabilidade.

Referências

ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

ANDRADE, Sueli Amália de et al. *Educação Ambiental: Curso Básico à Distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas*. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ARRINGHI, Giovanni. *A Ilusão do Desenvolvimento*.
Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BECKER, Dinizar F. (org.) *Desenvolvimento Sustentável: necessidade ou possibilidade?* – 4. ed. – Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2002.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios*. 2. ed. Campinas, São Paulo, 2005.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A.. *Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. - Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável*. 2.ed – Porto Alegre: Ed.Universidade/UFRGS, 2001.

Rede de agricultura sustentável. Disponível em: <<http://www.agrisustentavel.com>>. Acesso em 15/10/2007.

PACHECO, Paula. *Sustentabilidade: uma equação difícil*. Revista Carta Capital, n° 463, p. 44, 26 de setembro de 2007. São Paulo: Editora Confiança

SACHS, Ignacy. *Rumo a Ecosocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento*. Ignacy Sachs Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. *Dicionário Desenvolvimento Regional*. 1º Edição, Santa Cruz: EDUNISC, 2006.

CAPÍTULO VII

CONDIÇÕES AMBIENTAIS E APROPRIAÇÃO DE TERRAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CAMAQUÃ, RS – BRASIL. ABORDAGEM HISTÓRICO- AMBIENTAL

Marluza Marques Harres

Introdução

Nesse texto⁶, abordamos as condições ambientais da região da Camaquã dentro de uma perspectiva histórica. Trata-se de uma história ambiental em que procuramos examinar a apropriação e as primeiras formas de aproveitamento das terras e das águas do baixo Camaquã, revelando como esses espaços eram apreendidos e configurados em termos físicos, econômicos

⁶ O texto aqui publicado teve sua origem nas pesquisas desenvolvidas e apresentadas nos relatórios técnicos do projeto: *Estudo de Viabilidade para a Implantação de Unidades de Conservação na Bacia do rio Camaquã(2001-2003*. Como historiadora participei da equipe desse projeto em suas diversas etapas e por isso trabalhei diferentes espaços dentro da bacia do rio Camaquã. Esse foi um amplo projeto de caráter interdisciplinar coordenado pelos professores Henrique Carlos Fensterseifer e Marco Antonio Fontoura Hansen, na época, professores do curso de Geologia da Unisinos. Cabe destacar que particularmente o estudo do Baixo Camaquã – integrando a perspectiva das *Áreas de Especial Interesse Ambiental* – contou com apoio do Programa Pró-Mar-de-Dentro, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA).

e sociais. Partimos de uma visão sintética sobre as origens das propriedades ali estabelecidas, o que remete para uma época na qual a terra era considerada não apenas um meio para o trabalho, mas, sobretudo, um indicador de reconhecimento e prestígio social, sendo concedida aos homens de influência e cabedais, ou apropriada e mantida pela força. Isso significa que a apropriação do território inscreve-se numa rede de relações envolvendo a população local e o Estado, particularmente os concessionários, os apossadores e as instituições estatais. Devemos ter presente que a propriedade sobre a terra formou-se a partir do patrimônio público e a ele vinculada, desde que se considere a Coroa Portuguesa como expressão do Estado e da nação portuguesa, cuja ação colonizadora esforçava-se por configurar legitimidade à conquista do território brasileiro.

De modo amplo, vamos enfocar a costa ocidental da Lagoa dos Patos, a planície integrada ao município de Camaquã, interessando particularmente a área do baixo Camaquã. Através da seleção e análise de alguns documentos históricos nos quais essa área aparece referida direta ou indiretamente, evidenciaremos as transformações que o ambiente natural veio sofrendo na medida em que a apropriação, paulatinamente, concretizava-se através da organização de unidades produtivas. A relação com a natureza, fundamental para a formação e sobrevivência dos homens, assume, na maior parte do tempo, o caráter utilitário. É como recurso que a natureza é apreendida e apropriada e tal perspectiva pode ser delineada nos mais antigos registros sobre essa região. A escolha, adaptação ou mesmo criação de métodos de produção está diretamente relacionada com as condições naturais e com a tecnologia disponível em cada época. Contudo, os ritmos e os condicionamentos que caracterizaram a capacidade de intervenção e modificação da natureza pelos homens apresentam especificidades que somente

estudos detalhados podem demonstrar. Inicialmente os mananciais de água, os pântanos e banhados característicos dessa região, representaram uma limitação ao aproveitamento dessas terras, utilizadas especialmente na atividade pecuária, essas somente adquiriram plena valorização econômica ao longo do século XX, quando passaram a ter um papel cada vez mais destacado nas atividades de orizicultura ali introduzidas. Além do destaque físico e econômico conferido pela nova atividade produtiva, observar-se uma mudança no ritmo de desenvolvimento para o município, expresso especialmente pelo exame de sua produção e pela sua evolução demográfica.

Propriedades e caminhos

O município de Camaquã antes chamava-se *São João Baptista do Camacuam* e foi originariamente uma pequena povoação, *São João Velho*, distante cerca de dez quilômetros do local onde surgiria a sede definitiva. Do ponto de vista administrativo, esteve por longo tempo subordinado a Porto Alegre na condição de distrito⁷ e somente em 1864, foi reconhecido como vila e sede de município.⁸ A população

⁷ Durante os anos de 1831 a 1846, São João Batista foi distrito da vila de Triunfo. Conforme: CIBILIS, Luis Alberto. Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro. 1959.p. 80, 85 e 87.

⁸ Decreto lei 569 de 19 de abril de 1864. Apud. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803 –1950. Porto Alegre: FEE. 1986. p. 13. Antes de obter autonomia, a localidade de São João disputou com Dores do Camacuam a prerrogativa de se constituir em sede da Vila. Há indicações de que as duas povoações disputaram a liderança sobre a região. Dores do Camaquã teve sua autonomização interrompida por três vezes, ou seja, a Câmara Municipal funcionou nos períodos 1857-1861 e 1875- 1911, sendo definitivamente restabelecido como município em 1913. Em 1929 a sede de Dores de Camaquam foi transferida para o povoado de

registrada nas listas paroquiais de 1846 era de 1.288 habitantes, constando como freguesia de Porto Alegre; já no recenseamento de 1890 aparece com 6.729 habitantes, o que revela um incremento expressivo da população neste período.⁹

Localizado nas proximidades do delta do rio Camaquã, na costa oeste da Lagoa dos Patos, precisamente no encontro da planície lacustre com a serra do Herval, o município de *São João Baptista do Camacuam* desenvolveu-se entre dois ambientes. De um lado, sua expansão se fez desbravando a encosta da serra, que vamos encontrar ocupada, principalmente por pequenas propriedades dedicadas à policultura; de outro, a costa da lagoa, formando um grande baixio, foi apropriada e deu lugar às grandes fazendas, dedicadas, inicialmente, a criação de gado. A ocupação da encosta da serra esteve relacionada com projetos de colonização administrados por empresas particulares, que introduziram na região contingentes expressivos de alemães e poloneses. Estes projetos se desenvolveram no início do século XX e estão na origem dos distritos de Santa Auta e São Brás, bem como de localidades como Bonito e Bandeirinha.¹⁰ Conhecemos muito pouco sobre estas iniciativas particulares de colonização, contudo é importante retermos esta configuração que assumiu a ocupação da área - pequena propriedade colonial de um lado e latifúndio do outro - em função do direcionamento da mão de obra

Tapes, junto à Lagoa dos Patos, decretando-se a mudança do nome do município para Tapes, neste mesmo ano.

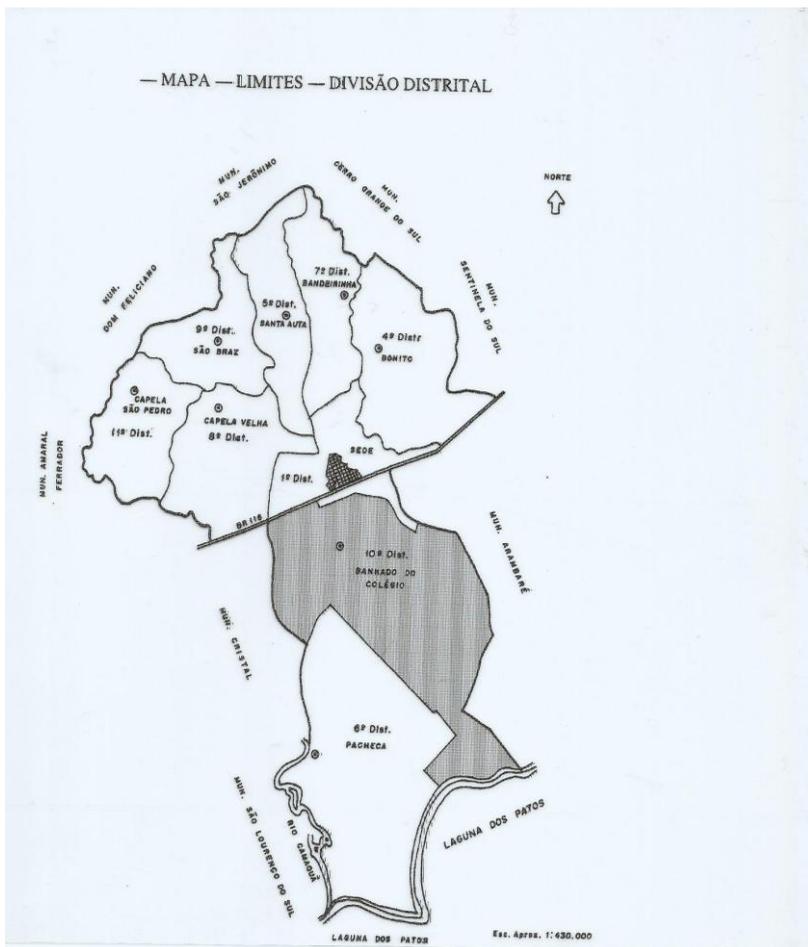
⁹ FEE. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803 – 1950. P 60 e 94. Também aparece citado em CIBILIS, Luis Alberto. Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro. 1959.p. 45 e 49 com uma discrepância em relação ao número da população em 1890 onde consta 6.340.

¹⁰ CIBILIS, Luis Alberto.1959. p.321

disponível e da demanda por terras. O mapa¹¹ da figura 1 apresenta a divisão atual do município e permite uma visualização desta configuração, observável através dos nomes dos distritos e também tomando-se a sede e a rodovia ali assinaladas como linha intermediária entre a serra e a planície. Nesta parte do trabalho, nossa atenção estará voltada para a apropriação da planície lacustre, compreendendo atualmente o 6º distrito e 10º distrito do município. O 6º distrito da Pacheca integra as localidades de Charqueada, Areal, Capororoca, Esquina da Pacheca, Peixe, Pontal, Canjica, Capão da Cinza, Aguada, Ilha Quebra Mastro e Ilha Santo Antônio. O 10º distrito do Banhado do Colégio é formado por grandes propriedades e por um assentamento rural de pequenos produtores, cuja origem foi um projeto de reforma agrária implementado durante o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Fazem parte deste distrito a Fazenda da Coxilha, a Fazenda Invernada, a Fazenda da Figueira, a Fazenda do Canjica, o Açude do Pesqueiro e o Banhado do Colégio.

¹¹ Mapa obtido junto à prefeitura de Camaquã. Divisão distrital do município de Camaquã conforme lei municipal N. 001 de 03 de fevereiro de 1997.

Figura 1: Divisão distrital do Município de Camaquã em 1997



Estudando um mapa antigo, datado de 1876, *Mapa Geographico da Província de São Pedro do Sul organizado pela Comissão do Registro Geral e Estatístico das Terras Públicas*,

pode-se ter uma idéia acerca da rede de comunicações utilizada pelos moradores de *São João do Camaquã* na segunda metade do século XIX.

A localidade de *São João do Camaquã* aparece situada junto ao arroio Duro, que, correndo no sentido oeste-leste, descia da encosta da serra do Herval, atravessava a pequena vila e desaguava num extenso banhado, o qual aparece no mapa demarcando uma longa faixa na costa da Lagoa dos Patos, que principia na altura da freguesia de Dores de Camaquã e vai até as margens do rio Camaquã. Além do Duro, outras correntes de água aparecem como contribuintes desta grande área de banhados, como o arroio Passo Grande, o Velhaco, o arroio dos Órfãos e o Medina, seu tributário. Desses apenas o arroio Velhaco destacava-se em termos de navegabilidade, dando saída para a Lagoa dos Patos e tendo inclusive um porto, distante 25 km de São João.

O acesso à lagoa dos Patos também era facultado pelo rio Camaquã, que corre no sentido oeste-leste, entre as serras do Herval (ao norte) e de Tapes (ao sul), indo desembocar na lagoa através de três barras designadas por Barra-Grande, Barra Funda e Barra-Falsa, sendo estas passagens perigosas formadas por meio de várias ilhas que demarcam a foz. Conforme o Dicionário de Domingos de Araújo e Silva editado em 1865, eram oito ilhas, duas grandes e seis pequenas.¹² O indicativo das atividades e da circulação de embarcações na foz do rio encontra-se na descrição, feita em 1821, da presença nestas ilhas de estaleiro, charqueada, curtume, ferraria, olaria, casa de negócios, roçados e povoado.¹³ Transcrevemos abaixo a relação

¹² Domingos de Araújo e Silva, 1865. Apud. CIBILIS, Luis Alberto. Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro. 1959.p. 39

¹³ Correspondência da Câmara de Rio Grande apud. CIBILIS, Luis Alberto. Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro. 1959.p. 38

dos ocupantes e atividades desenvolvidas nestas ilhas no início do século XIX.

Relação das Ilhas de Camaquã e dos moradores que tem nelas (...) Ao norte da barra Grande ILHA denominada RAZA está de posse José Thomaz com casa e roças. Na mesma mora Antônio Roiz da Fonseca com casa e roças. Na mesma José Franco Figueiredo com roças, todos pretendem obter títulos, porém não os tem. Ilha denominada ESTALEIRO mora Antônio P. dos Santos com casas, roças e um pequeno estaleiro. Na mesma José Feles Brito com casas e fabrico de cortume. Na mesma José Franco de Figueiredo com casa e ferraria. Na mesma Franco das Chagas Guimarães. (...). Na mesma Antônio José de Castro com negócio de Molhados. Na mesma José Antônio da Costa com casas e roças. Na mesma Antônio Gomes de Farias Me. de Ribeira nenhum destes tem títulos pretendem obter.

Ilha denominada de FURADINHO concedida por títulos a Franco de Paula Bueno, pertence a Nicolau Lopes Soares por transação que lhe fez o do Paula tem três agregados com ranchos e plantações. Anrique Cardoso, José Xanxos, espanhol, José Roldam, espanhol cultivados do mesmo Lopes e ilhota pequena.

Ilha denominada TRÊS BARRAS pertence Afonso Prado pardo concedida por título e a metade desta ilha pertence a Nicolau Lopes por transação que lhe fez o dito Afonso como se poderá ver no mesmo título e a metade que pertence ao Lopes é da parte do este tem o do Lopes agregados na metade Mel de Souza com casa e roças, Ignácio Ascoronhaga com casa e roças Simão Sirineo Alves com casa e roças Gabriel Soares com casa e roças.

Ao norte desta denominada das três barras há duas ilhas grandes uma concedida ao S. M. Boaventura José

Sentena e a outra ao mesmo comprada a Euzébio Franco Ribeiro a qual foi concedida por título.

Ilha denominada a oeste da Barra mora Lourenço Cardoso com casa e roças e não tem títulos afinal. Na mesma mora João Gonçalves da Silva com casas e charqueadas e roças com títulos comprados a viúva Paula Maria e tem um agregado Mel. José.

Mais a oeste uma ilha denominada BARRINHA concedida por título a Patrício José com casas e roças e por ser estéril o terreno e matos do qual é procurador Nicolau Lopes Soares.

Ao norte desta a uma ilha denominada a PRIMEIRA concedida por títulos a José Monge espanhol com casas e roças.

Ao norte desta no interior do Camaquã a uma ilha denominada a do QUILOMBO concedida por títulos a Nicolau Lopes Soares com grandes plantações e antigos cultivados.

Ao norte desta a uma ilha pertencente ao Cap. José Bernardes Rois por título e a tem povoado com casas e olaria e cultivados de roças

Capela. de N S da Conceição, 10 de julho de 1821

(as.) Melor. Carv. de Oliveira, Comandante Int. do Distrito.

Essas indicações são sugestivas de uma intensa utilização das ilhas. Do rio Camaquã as embarcações saíam para a lagoa dos Patos, podendo alcançar Pelotas e Rio Grande, dois centros culturais e comerciais da época, que exerciam forte

influência sobre a região e com os quais os fazendeiros de *São João* mantinham contatos.

Interessante registrar que a família de Bento Gonçalves da Silva, o expressivo líder da revolta Farroupilha, possuía propriedade em uma das ilhas e estâncias nas proximidades do delta do rio Camaquã e na região de Cristal, no ponto de deságue do arroio Cordeiro. Uma das estâncias, situada próxima ao delta, serviu como estaleiro para a construção da frota dos revolucionários. As memórias e biografias de José Garibaldi são ricas em referências ao uso desta área como abrigo para a frota republicana por ele chefiada.

Era também nas estâncias da família de Bento Gonçalves que Garibaldi se refugiava quando açoitado por navios imperiais. Para refugiar-se, sem ser encontrado ou perseguido pelos grandes navios do Império, fazia uso de características próprias da região, como os baixios ou bancos de areia que formavam canais navegáveis apenas para pequenas embarcações. Collor em obra sobre a Guerra dos Farrapos descreve estes baixios por onde refugiavam-se os lanchões republicanos:

Entre a foz do Arroio-Grande, assinalada por um bosque de jerivás, e o delta do Camaquã, cuja barra principal podia ser identificada por uma enorme figueira brava, existe uma espécie de península baixa, coberta, aqui e ali, de rasteira vegetação. É o “pontal dos barcos”. Em toda a costa ocidental da lagoa e mesmo no litoral do Guaíba, esses “pontais”, bancos arenosos que vieram lentamente emergindo das águas, representam esconderijos de inestimável alcance tático. As manobras de contorno daquela ponta alargam desmesuradamente a viagem entre os dois desaguadouros. Aproveitando as depressões dos bancos de areia ainda cobertos d’água, poder-se-ia com algum esforço encurtar a viagem e fugir à perseguição do

inimigo, saltando a tripulação à lagoa e empurrando os lanchões através dos baixios. E adotou-se o recurso, que se foi tornando habitual.¹⁴

Usando o rio Camaquã a frota revolucionária conseguia escapar das perseguições das forças Imperiais.

A navegabilidade do rio Camaquã sempre foi bastante limitada, não se constituindo uma via de penetração para o interior. Um estudo de 1888 atestava que, dos seus 468 km, apenas 119 Km, a partir da foz, podiam ser usados por embarcações de pequeno calado.¹⁵ Ao final deste percurso, chegava-se a São José, um povoado pequeno e pobre, situado à margem esquerda do rio Camaquã, que era, na época, ponto de confluência dos caminhos que seguiam seja em direção à serra de Tapes, seja em direção à serra do Herval.

Com relação aos caminhos, o mapa de 1876 mostra a presença de uma estrada que, costeando a planície lacustre, fazia a ligação entre São Lourenço, *São João Batista do Camacuam*, *Dores do Camaquã*, e *Pedras Brancas*.¹⁶ De modo mais detalhado, podemos considerar que, partindo de São João Batista de Camacuam rumo ao sul, após mais ou menos 30 km, essa estrada cruzava o Passo do Mendonça no rio Camaquã e bifurcava em duas direções. Uma seguia para o interior, subindo em direção à serra de Tapes chegando até Canguçu. A outra seguia até a *Colônia de São Lourenço*, localidade que desde

¹⁴ COLLOR, Lindolfo. Garibaldi e a Guerra dos Farrapos. 4ª ed. Porto Alegre: Fundação Paulo Couto e Silva, 1989. p. 161.

¹⁵ RODRIGUES, José Antonio da Fonseca. Estudos sobre a navegabilidade do rio Camaquam. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1888.

¹⁶ Citada como estrada – real em Luís Alberto Cibilibis. 1959. p. 316. Não aparece no trabalho de MACEDO, Francisco Riopardence. História das profissões da área tecnológica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CREA/RS, 1993.

1856 vinha recebendo contingentes de imigrantes alemães, num empreendimento privado de colonização organizado por Jacob Rheingantz. Este movimento colonizador, estendendo-se para o interior em direção à Canguçu, foi ocupando terras florestais na encosta da Serra de Tapes, onde eram negociados lotes de cem braças de frente por mil de fundos. Em 1877, a freguesia de São Lourenço já contava com 6.000 habitantes, dedicados principalmente à produção de gêneros alimentícios, sendo os excedentes comercializados nos mercados de Pelotas e Rio Grande.¹⁷ De São Lourenço, a estrada seguia até Pelotas, cruzando no caminho vários arroios.

Havia ainda uma estrada que seguia para o interior da bacia do rio Camaquã, chegando até o povoado de São José. Deste ponto, cruzando o rio, havia caminhos que levavam até Canguçu. Também era possível seguir para o norte e, por caminhos tortuosos que percorriam o alto da serra do Herval, chegar à Encruzilhada do Sul, povoação antiga fundada por lagunistas, elevada à vila em 1849. Pertencia a este município o distrito de D. Feliciano, pequena localidade situada na encosta leste da serra do Herval, que, apesar do extremo isolamento, teve seu povoamento intensificado a partir de 1890 com a chegada de imigrantes poloneses.

Com relação às estradas a maior dificuldade era sem dúvida a travessia do rio Camaquã e dos numerosos arroios existentes nesta região. A solicitação de barcas e de pontes, os orçamentos para tanto e os esforços políticos aparecem, segundo Cibilis, com frequência na documentação da Câmara das vilas de Dores do Camaquã e de São João do Camaquã. Este mesmo autor informa que a elaboração de plantas para a ponte no passo

¹⁷ A respeito da colonização de São Lourenço e dos conflitos de terras que ali ocorreram ver o livro: KLIEMANN, Luiza S. Terra e Poder. História da questão agrária. 1986.

do Mendonça, no Camaquã, apareceu autorizada em 1846, mas a construção só veio a ocorrer cem anos depois.¹⁸

Situada numa posição destacada do ponto de vista das comunicações pela proximidade da lagoa dos Patos, São João do Camaquã foi se desenvolvendo a partir dos influxos econômicos de Pelotas e Rio Grande e acabou se configurando um centro regional, exercendo influência sobre as freguesias e vilas adjacentes.

Com relação à apropriação do território, encontramos referências sobre concessões de sesmarias no final do século XVIII. Examinaremos algumas delas chamando atenção especialmente para sua delimitação, pois interessa visualizarmos as referências ao ambiente natural descrito.

Boaventura José Centeno foi agraciado com uma sesmaria em 1790 com as seguintes justificativas e delimitações:

Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que atendendo a representar-me Boaventura José Centeno, soldado da Cavalaria Auxiliar morador do Continente do Rio Grande de São Pedro do Sul que ele suplicante não tinha campo de sesmaria para povoar e cultivar e porque na costa da lagoa dos Patos junto a barra do Camaquã se achavam devolutas uma que pela parte **norte**, se dividem com um pântano com José de Barros e pela parte **sul** com mencionada lagoa dos Patos e pelo **leste** com João Francisco de Medeiros Braga e pelo **oeste** com o rio Camaquã onde tinha suas benfeitorias e três mil animais, que possuía, queria se lhe concedesse por título de sesmaria na sobredita paragem

¹⁸ CIBILIS, Luís Alberto. 1959, p. 293.

três léguas de fundos por uma de frente.¹⁹ (o grifo é nosso)

As delimitações, apesar de imprecisas, indicam claramente que estava sendo requisitada uma área devoluta na costa oeste da lagoa dos Patos, junto ao rio Camaquã, sendo que um de seus limites aparece indicado por um pântano. A área doada, “três léguas de fundos por uma de frente”, equivalia a 13.068 hectares e correspondia a uma sesmaria de campo.²⁰ O tamanho do rebanho referido pelo suplicante, três mil animais, é indicativo de que se trata de um criador de posses.²¹ Uma área contígua foi concedida neste mesmo ano de 1790 a Joaquim de Oliveira Leite, conforme podemos observar

Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem que atendendo a representar-me Joaquim de Oliveira Leite, morador do Continente do Rio Grande de São Pedro do Sul que ele suplicante não tinha campo para o povoar e cultivar, e porque na costa da Lagoa dos Patos se achavam um devolutas que pela parte **norte** se divide com um arroio chamado Jacaré e com a viúva de Manoel Durões de Farias e pela parte **sul** com a mencionada

¹⁹ Carta de sesmaria concedida em 11 de setembro de 1790 a Boaventura José Centeno. Inspeção de Terras Públicas de Camaquã.

²⁰ Cf. ESPARTEL, Lesli e LÜDERITZ, João. Caderneta de campo. Porto Alegre: Ed. Globo. 1968. p. 171.

²¹ Helen Osório analisa o censo de 1784 considerando quatro importantes distritos do Rio Grande do Sul, no caso Encruzilhada, Cachoeira, Santo Amaro e Serro Pelado. Nestes apenas 15,3% dos proprietários detêm entre 1001 a 5000 cabeças de gado, o maior número de proprietários, 24,4% possui de 201 a 500 animais. In OSÓRIO, Helen. “Estancieiros e lavradores: Rio Grande do Sul, século XVIII. V Jornadas Interescuelas Departamentales de Historia e I Jornadas Rioplatenses Universitárias de História. Montevideo, setiembre de 1995.

lagoa dos Patos, e pela parte **leste** com João Francisco Braga e pela parte **oeste** com Boaventura José Centeno, e o suplicante tinha animais dispersos pelos campos alheios queria que lhe concedesse por sesmaria na dita paragem três léguas de fundo por uma de frente.²²

Outro campo devoluto estava sendo reivindicado para criação de gado. O exame de outra concessão da mesma época revela que as terras já estavam sendo negociadas, pois o suplicante Joaquim Gonçalves da Silva alegou que “era senhor e possuidor de uma fazenda de campo denominada Santo Antônio do Paraíso, que terá três léguas de comprimento e uma de largo, a qual houvera por compra feita a Antônio Lopes Duro.” Indica como confrontações:

(...) pelo norte com a serra do Herval, pelo **sul** com um tremedal que deságua no rio Camaquã, pelo **leste** com um arroio que divide com Domingos Meireles e pelo **oeste** com outro arroio que divide com Agostinho Cordeiro e os campos denominados dos Órfãos

(...)²³ Novamente encontramos os pântanos, banhados e córregos citados como limite das apropriações. A criação de rebanhos aparece como fundamento nas três concessões, tornando-se as fazendas com sua sede e complexo de edifícios próprios, os currais, as mangueiras, as casas dos posteiros no

²² Carta de sesmaria concedida em 21 de agosto de 1790 a Joaquim de Oliveira Leite. (Inspetoria de Terras Públicas de Camaquã).

²³ Carta de sesmaria concedida em 16 de fevereiro de 1799 a Joaquim Gonçalves da Silva. Inclusa nos autos de medição da sesmaria Santo Antonio do Paraizo. (Transcrição encontrada na Inspetoria de Terras Públicas de Camaquã).

fundo dos campos, os elementos característicos da paisagem nesta área.

No período colonial, sob vigência do regime sesmarial, não havia limitações para a apropriação dos cursos ou mananciais d'água. Ao contrário, a proximidade em relação aos cursos d'água e a presença de mananciais eram importantes tanto para facilitar as comunicações e o transporte, como para as atividades econômicas.²⁴ A reserva encontrada surge através de uma cláusula nas cartas de sesmaria, nas quais consta: “(…) descobrindo-se nela rio caudaloso, que necessita de barca para se atravessar ficará reservado de uma das margens dele meia légua em quadro para a comodidade pública(…)”, o que não chega a representar uma restrição efetiva, ou seja, dar passagem era a função pública a ser garantida. Além desta falta de restrições no próprio sistema de concessões daquilo que podia ser considerado propriedade eminente do Estado, e que diz respeito às doações em qualquer parte do território brasileiro, devemos ressaltar as condições nas quais ocorreu a apropriação do território rio-grandense. O interesse da Coroa em ocupar o território entre o rio Jacuí e o rio Camaquã, que reconhecidamente passara a pertencer a Portugal a partir do Tratado de Santo Ildefonso em 1777, havia intensificado as doações. Como demonstram as pesquisas de Helen Osório, no contexto do Edital do governador Marcelino de Figueiredo, de

²⁴ Gilberto Freire em um artigo de 1954, destaca a importância de considerarmos as relações dos homens com as águas, sejam rios, lagoas ou mares, na abordagem sobre o período Colonial. Chama atenção para os múltiplos aspectos desta relação sem, contudo, deixar de apontar, inclusive, para a degradação e as alterações na paisagem ocasionadas pelas instalações dos engenhos e da monocultura da cana, para o caso nordestino. FREIRE, Gilberto. Homens, terras e águas na formação agrária do Brasil: sugestões para um estudo de interrelações. In Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife. 3: 3-12. 1954.

1780, as doações foram feitas sob exigências mínimas e, inclusive, sobre áreas pouco conhecidas, como era o caso da própria bacia do rio Camaquã.²⁵ Além disso, face às características de ocupação tardia, litígios fronteiriços frequentes e, conseqüentemente, ampla militarização da região, militares, negociantes, pessoas com relações e influência junto aos Comandantes Militares facilmente conseguiam legitimar suas apropriações, mesmo que fossem em parte impróprias para as atividades agrárias, como é o caso de grande parte da costa oeste da lagoa dos Patos. O que tornava a ocupação possível é que, em meio aos banhados, existiam pequenas elevações, coxilhas, que eram usadas para as edificações e para criação dos rebanhos.

Esclarecedora da dinâmica que caracterizou o processo de apropriação do território no período colonial, são as colocações de Helga Piccolo:

A iniciativa privada antecipara-se ao poder público na exploração/reconhecimento do território, tornando-o conhecido e revelando suas potencialidades/possibilidades econômicas.

A atuação da iniciativa privada foi aproveitada pelo Estado Português, uma vez que os povoados garantiam a posse de áreas paulatinamente conquistadas.

(.....)

Se houve um encontro de interesses da esfera privada e da esfera pública na conquista, posse e exploração do território, o desenvolvimento e o confronto ocorreram quando o Estado quis submeter os chefes locais que fortaleciam seu poder estruturado na apropriação de terras, na economia de base criatória e nas relações de

²⁵ A este respeito ver OSÓRIO, Helen. Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço Platino. (A legalização das terras ao sul do Jacuí: o Edital de 1780) Dissertação de Mestrado.UFRGS.1990. p. 159.

subordinação impostas à ‘sua gente’ (peões, agregados).
26

Durante todo o regime sesmarial, as concessões estavam condicionadas à “cultura efetiva e morada habitual”, devendo essas exigências serem cumpridas, sob pena de as terras retornarem para o domínio da Coroa e serem novamente objeto de doação. A partir do início do século XVIII, aparecem as exigências de confirmação das cartas de sesmarias, bem como da medição e demarcação das terras concedidas, tratando-se de regulamentações raramente seguidas pelos sesmeiros e posseiros. Apesar dos dispositivos legais, o controle sobre as apropriações foi sempre extremamente precário, dando margem às mais diversas irregularidades e injustiças.

Na transição da propriedade condicional típica do regime sesmarial para o regime da propriedade plena, em cujo processo teve papel fundamental a Lei de Terras de 1850, já em plena vigência do Império, os concessionários foram chamados a regularizarem as suas apropriações, o que comportava a medição, a demarcação e o registro das propriedades. As pesquisas de Lígia Osório Silva sobre o assunto revelam a resistência que a aplicação da lei enfrentou, inviabilizando ao Estado controlar as apropriações e as transações com as terras.²⁷ Entre os objetivos da lei de Terras de 1850, estavam justamente a identificação e demarcação das terras devolutas e a normalização do acesso à terra pelos particulares. Sua implementação exigiria um esforço da burocracia para criar mecanismos de controle sobre a apropriação já efetivada e por

²⁶ PICCOLO, Helga I. L. Os Confrontos nos encontros: a dinâmica do processo de colonização no sul do Brasil. In Raízes da América Latina. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp. 1996. P. 347.

²⁷ A respeito da Lei de Terras de 1850 ver SILVA, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850. 1996.

efetivar em cada Província do Império para, deste modo, tomar conhecimento e separar as terras reconhecidamente sob domínio particular das que eram do domínio público. A instabilidade institucional é um indicativo das dificuldades enfrentadas na aplicação desta lei. Pelo regulamento de 1854, foi criada a Repartição Geral das Terras Públicas, extinta em 1861 com resultados insignificantes; em 1874 foi criada a comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas, também logo extinta; em 1876 foi criada a Inspetoria de Terras e Colonização que se manteve em funcionamento até o final do Império.²⁸

A partir da análise de Lígia Osório Silva, vemos que, apesar da intenção de conhecer e controlar as terras devolutas, que estava imbricada com outra intenção não menos problemática, da atração de imigrantes para o país, a forma a partir da qual o Estado determinou fazer o reconhecimento das terras públicas dependia das declarações e legitimações executadas pelos particulares. Isso significa que o desencadeamento do processo e o seu andamento dependiam dos grandes proprietários. É fácil perceber por que a aplicação da lei foi tão problemática e seus resultados tão exíguos. Mesmo o poder local tendo sido contemplado com a possibilidade de intervenção neste processo, os resultados foram insignificantes. Essa possibilidade de intervenção estava implícita na medida em que as autoridades envolvidas na “medição e demarcação das sesmarias ou concessões do governo Geral ou Provincial, sujeitas à revalidação, e das posses sujeitas à legitimação”, eram o Presidente da Província e os Juízes Comissários por ele nomeado em cada município. Cabendo ainda ao Juiz Comissário nomear os seus escrivães e os agrimensores para os

²⁸ Idem p. 180 e 181.

trabalhos.²⁹ De modo concreto, a medição e a demarcação somente poderiam ocorrer a partir da sua solicitação por parte do sesmeiro ou posseiro, os quais deveriam arcar com os custos deste serviço. Concluídos os trabalhos, os autos da medição eram enviados ao Presidente da Província, para avaliação e encaminhamento a fim de que fosse fornecido o título da propriedade. A proposta contida na lei significava que neste momento, se revalidavam as doações realizadas durante o período colonial e instituía-se a plena propriedade do imóvel apropriado. Nenhuma mudança na estrutura agrária adviria da sua aplicação, ao contrário, em meio à consolidação de uma nova ordem política para a nascente sociedade independente, a legislação elaborada sancionava a grande propriedade como modalidade de apropriação territorial.

A lei também era condescendente com os posseiros, ou seja, aceitava e se propunha a legitimar as posses, forma de apropriação que havia se expandido a partir do século XVIII e tornara-se a forma por excelência de apropriação com a extinção do regime sesmarial em 1822. Estancar este mecanismo pelo qual grandes extensões territoriais passavam do domínio público para o privado era imperativo para que a lei funcionasse. O seu primeiro artigo determinava que as terras devolutas somente poderiam ser adquiridas através da compra, quer dizer, a posse como fundamento para aquisição de domínio estava proibida por lei. Em meio às controvérsias jurídicas e concretas que tal restrição acabou gerando, pode-se afirmar que não foi cabalmente cumprida. Pressões e resistências dos concessionários e posseiros levaram a uma flexibilização dos prazos determinados pelo Governo Provincial para realização das medições e demarcações. Com isso, ficavam a medição e a

²⁹ Decreto N1318 de 30 de janeiro de 1854. Art. 30 e art. 34. Legislação de Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Coletânea. 1961. P. 13.

demarcação das terras devolutas a cargo de funcionários indicados e submetidos ao governo imperial, indefinidamente proteladas.

Segundo Lígia Osório da Silva, o Rio Grande do Sul apareceu como uma exceção neste contexto, nas palavras da autora:

Foi a Província que apresentou às autoridades maiores informações sobre o Serviço de Terras. Os relatórios dos presidentes da Província apresentaram resultados desde a década de 1870. Provavelmente, o fato de ser uma Província que atraía mais a atenção das correntes imigratórias levou os possuidores de terras a se interessarem mais pela legalização de suas propriedades.³⁰

Pode-se dizer que houve um maior empenho na aplicação da lei de Terras no território sulino ou, pelo menos, uma resposta dos proprietários, manifestando-se através de um número expressivo de processos de legitimação e revalidação na segunda metade do século XIX, como indica Silva, contudo não se deve inferir disso mudanças no padrão de apropriação. A autora ressalta que também no Rio Grande do Sul a lei de 1850 foi transgredida no que se refere ao fim da posse. E mais, chama atenção que “as áreas das propriedades que estavam sendo regularizadas eram imensas, tanto no caso das posses quanto no caso das sesmarias”, ou seja, também aqui o padrão foi o da grande propriedade.

Em relação à área examinada neste trabalho, o baixo Camaquã, encontramos, para esta época algumas referências

³⁰ Idem. p. 200

sobre medições judiciais e processos de legitimação que merecem um pequeno exame.

Em 1889, uma área chamada Posto Novo com 2.753 hectares foi legitimada como posse de Antônio José Centeno. O peticionário, apesar de estar fora dos prazos estabelecidos pelo governo Provincial para proceder a medição e demarcação, obteve autorização deste para dar início ao processo em 1885. Justificou o atraso alegando que se encontrava ausente do município, administrando sua fazenda no estado Oriental do Uruguai nos dois últimos prazos concedidos aos posseiros para legitimarem suas posses. A posse alegada e requerida foi descrita no requerimento de 1885 nos seguintes termos:

Diz Antônio José Centeno, fazendeiro residente em São João Batista de Camaquã, que é senhor e possuidor de uma posse de terra de criação de gado, situada neste município no segundo distrito, no lugar denominado Posto Novo, a qual possui, na qualidade de primeiro ocupante desde o ano de 1852, com constante moradia habitual de gente sua, tendo mangueira de madeira de lei, poteiro tapado todo a arame, com açude, tudo isto junto a casa de moradia, havendo mais dentro dos limites da posse dois grandes açudes para abastecimento de água para a criação; *existem dentro da mesma posse e feitas pelo suplicante 1.900 braças de valo, sendo 1.500 ao rumo norte e 400 rumo de nordeste, servindo estes valos para desaguar grandes banhados nunca transitados antes do suplicante tomar ali sua posse.* Dentro dos limites da referida posse há 1500 rezes de criar, e mais 200 éguas, pertencentes ao suplicante, sendo todos esses animais costeados e vão ao rodeio de sua propriedade

situado na mesma posse, tendo uma extensão de três quartos de légua mais ou menos....³¹ (grifo é nosso).

O processo de medição e os rituais nele implicados foram conduzidos pelo Juiz Comissário do Município, Manoel José Ribeiro de Barros, e documentados nos autos. Inicialmente, foram lançados os editais avisando a data da verificação da posse e indicando os peritos responsáveis, depois foi realizada a diligência para verificação, da qual foi lavrada termo, e foram ouvidas as três testemunhas indicadas pelo suplicante. Em agosto de 1885, a medição foi suspensa a pedido do suplicante, pois as águas impediam sua realização, sendo acertadas às custas dos serviços.³² Dois anos depois, a medição foi retomada, tendo continuidade o preenchimento dos trâmites legais, com a fixação do edital com a data do início da medição e a notificação dos confrontantes. Em audiência, foram nomeados os árbitros indicados pelas partes envolvidas que, sob juramento, indicaram ao agrimensor os limites da posse. Em diversas passagens dos autos, a descrição da área e seus limites são repetidos com pequenas mudanças. Recorrente é a referência de que se trata de uma área de fortes banhados que foram transformados em campos em função dos valos construídos pelo posseiro. No auto de verificação redigido pelo escrivão, encontra-se:

³¹ Requerimento de 23 de junho de 1885 solicitando autorização para legitimação nos termos do art. 24 parágrafo 1º do decreto n. 1.318 de 30 de janeiro de 1854.

³² Requerimento de 17 de novembro de 1887 onde se lê: “Dizem Antônio José Centeno e sua mulher na medição requerida da posse denominada Posto Novo que divide as muitas águas, que impediam a continuação da medição requerida, requereram à Vsa. ficasse ela adiada por tempo indeterminado, e querendo agora darem andamento a ela...”

(....) verificaram existirem dois valos feitos em banhados incultos intransitáveis em tempos remotos, cujos valos serviram para tornarem em campo os ditos banhados...

(....) que esse campo hoje ocupado pela criação já referida (...) foi em outros tempos imensos e intransitáveis banhados.³³

A propriedade estava situada à margem direita do arroio Duro³⁴ e possivelmente integrava a área de deságue do referido arroio. Nos documentos que compõem os autos, ao mesmo tempo em que informam tratar-se de área alagadiça intransitável, afirmam que o peticionário tinha ali moradia, benfeitorias e gado. Esta não era a única propriedade do posseiro, ao contrário, a área que estava sendo legitimada fazia limite com fazendas suas e não era ocupada diretamente por ele, declarando uma das testemunhas³⁵ “que desde sua fundação tem sido sempre ocupada por gente do posseiro.” Ainda no auto de verificação constava:

³³ Autos de verificação de posse, morada habitual, benfeitorias existentes no lugar denominado Posto Novo, 25 de agosto de 1885. Uma das testemunhas, Bonifácio Santana de Oliveira, com 52 anos de idade, solteiro, brasileiro, lavrador, morador do município, declarou: “...cuja extensão de campo foi feita por valos para secar grandes banhados e tremedais que não davam entrada nem pastagem para animais vacuns e cavalares....”

³⁴ Conforme requerimento de 14 de agosto de 1885 ao Juiz Comissário. “O suplicante deixa de requerer a citação de D. Ana de Barros Leite e seus herdeiros, por achar-se dividida a posse do suplicante com os campos da mesma Senhora, por um forte e invadeável arroio, como seja o arroio denominado Duro, tanto que serve de limite entre o 1º e o 2º distrito deste Termo, ficando os campos daquela Sra. situados na margem esquerda do dito arroio e a posse do suplicante a margem oposta.”

³⁵ Bento José Ignácio Meireles, com 60 anos, viúvo, brasileiro, morador do município, terceira testemunha.

(...) declararam que o posseiro requerente Antônio José Centeno, tem morada (...) efetiva no lugar indicado aonde *tem pessoa sua como posteiro e encarregado da mesma posse* em a qual existe uma casa coberta de palha convenientemente fechada com paredes de pau a pique, com portas tendo a casa dois compartimentos...

A lei facultava este tipo de recurso, tanto na revalidação das sesmarias ou outras concessões, como na legitimação das posses, pois aceitava “morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o represente”, com isso a ocupação realizada por um agregado era aceita e fundamentava a posse.³⁶

Na medição, tanto na indicação dos limites pelos arbitradores como na descrição que acompanha a demarcação, aparecem referências ao banhado do Colégio e o reconhecimento de que ainda havia terras devolutas nos limites desta área que estava sendo medida.

Declararam mais que este terreno se divide no centro do banhado denominado do Colégio antigamente denominado os pântanos de José de Barros, por uma linha reta com a fazenda denominada “Coxilha” pertencente a viúva e herdeiros do finado José Custódio de Oliveira, e na mesma direção com terras por ora consideradas devolutas por fortes tremedais que partem igualmente do arroio Duro...³⁷ (grifo nosso).

A indicação do nome pelo qual o banhado limítrofe era conhecido - “pântanos de José de Barros” - também é sugestivo de sua apropriação. A medição levou 10 dias e por indicação do

³⁶ Lei n 601 de 18 de setembro de 1850. Art. 4º e art.5º Legislação de Terras Públicas do Rio Grande do Sul. Coletânea. 1961. p. 5.

³⁷ Termo da audiência em 18 de janeiro de 1888.

juiz o primeiro marco, ou marco pião, foi colocado na beira do banhado do Colégio, na divisa desta posse com a fazenda denominada Brejo e Sobras, encostado ao marco proveniente da medição desta fazenda realizada em 1870. Nas declarações conclusivas do agrimensor Júlio Delhães encontra-se:

Declarou que o terreno medido e demarcado sendo uma posse de criação pertencente a Antonio José Centeno e sua mulher D. Maria Angélica Gonçalves Centeno, tem configuração irregular, dividindo-se pelo nordeste com o arroio Duro o qual em parte forma(...) grandes lagoões até o capão do Lagoão, em parte formando tremedais fortíssimos até o décimo segundo marco das duas corticeiras grandes, as quais daí em diante formando os tremedais da Coxilha, os banhados da fazenda da Quinta vão desaguar na Lagoa grande dos Patos; declarou mais que esta posse se divide pelo noroeste, oeste e sudoeste com tremedais fortíssimos no princípio intransitáveis, (...) já aproveitados pela criação do posseiro requerente por um grande valo desaguadouro, cujos tremedais partem do arroio Duro e vão desaguar no rio Camaquam (...)

Declarou mais que esta posse *se divide a sueste desde o décimo segundo marco até o décimo terceiro marco por uma linha reta, em parte com banhado por ora considerados devolutos*, em parte com a fazenda da Coxilha judicialmente medida e demarcada no ano de mil oitocentos e sessenta e nove (...) *Declarou finalmente que o terreno medido e demarcado consiste na maior parte de banhados* porém contém também muitas coxilhas de pouca elevação; toda a extensão do terreno é aproveitado pela criação dos posseiros requerentes, só da parte do noroeste e nordeste os tremedais se tornam

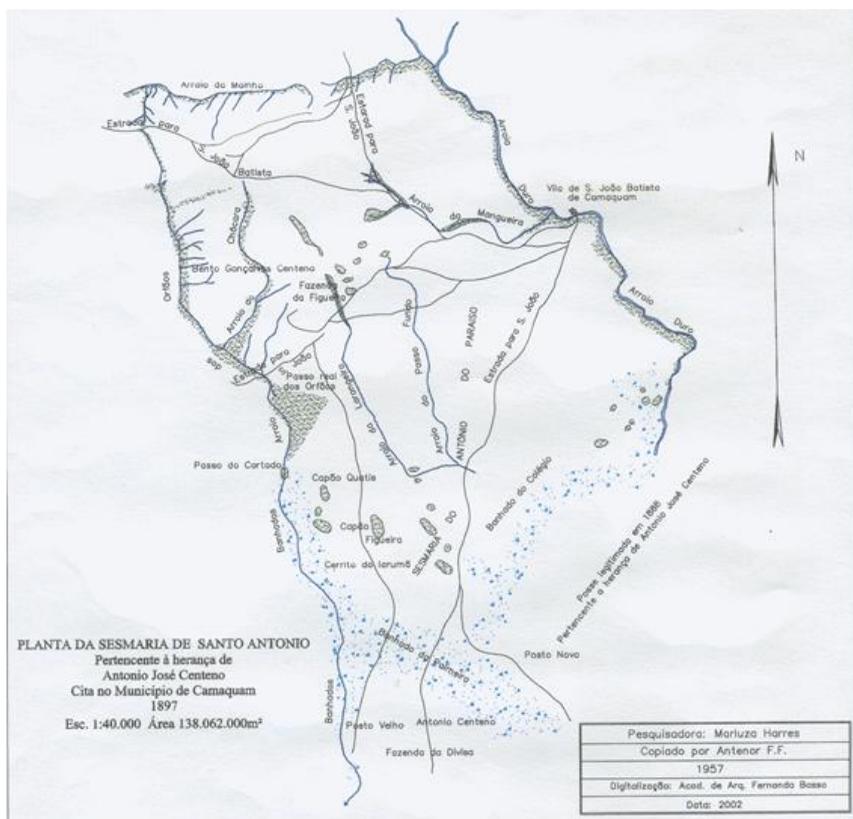
fortes e por ora intransitáveis que o gado neles não podem entrar.

Acompanhando a medição e demarcação encontra-se em várias passagens a descrição dos terrenos como área alagada. Dos treze marcos utilizados, dois não puderam ser colocados, valendo-se o agrimensor da inscrição da marca do fazendeiro em árvores próximas.

Pelo exame da planta e pela descrição fica evidente o aspecto que reiterada vezes ressaltamos, ou seja, estava sendo legitimado como propriedade de criação de gado uma área alagadiça, formada por banhados. O desenho incluso da medição da sesmaria Santo Antonio do Paraíso (Figura 2) ajuda na visualização da área apropriada com amplo destaque para os arroios e banhados existente na região.³⁸

³⁸ Reproduzido pela Divisão de Terras Públicas de Camaquã.

Figura 2: Planta da Sesmaria de Santo Antonio de 1879.



No registro do vigário as confrontações foram declaradas com mais objetividade, limitando-se a posse ao sul com terras do declarante, ao leste com a fazenda da Coxilha de propriedade de José Custódio d’Oliveira, pelo norte com imensos tremedais;

ao nordeste com o arroio Duro, afirmando-se, entretanto que toda extensão era ocupada com criação.³⁹

Cabe aqui fazer referência a uma outra indicação encontrada sobre a existência de terras devolutas nesta área, pois era também indício do interesse do Estado em assentar colonos ali, antes do referido apossamento, o que pode ser inferido pela disposição da lei n. 385, de 26 de dezembro de 1857, criando uma colônia agrícola de nacionais e estrangeiros nas terras entre os arroios Duro e Velhaco. A medida é sugestiva de que o governo ainda visualizava possibilidades de apropriação e ocupação desta área, tendo ou não conhecimento de suas condições ecológicas. A pronta ação dos proprietários ocorreu por meio da interferência da Câmara Municipal de Dores do Camaquã, que nesta ocasião vivia a primeira fase de sua emancipação. A Câmara recomendou a organização de uma colônia na serra, sendo sugerido como local apropriado o “Rincão do Ramires.”⁴⁰ Estas informações fragmentadas devem ser tomadas como indícios dos interesses contraditórios que acompanharam a apropriação das terras nesta área, dimensionando-se a dificuldade do Estado em fazer valer suas prerrogativas na regularização das apropriações do território.

A análise dos autos de medições revela como as áreas de banhado nas proximidades do rio Camaquã foram sendo apropriadas e estavam sofrendo as primeiras transformações para facultar o seu aproveitamento como campo de pastagem para o gado. As limitações destas áreas alagadas para a criação de gado apareceram referidas em algumas passagens da

³⁹ Registrado em 21 de fevereiro de 1888. Este registro das propriedades seguindo as declarações do proprietário e realizado junto aos Vigários das freguesias, era uma exigência do Regulamento de 1854, capítulo IX, mas não tinha valor legal.

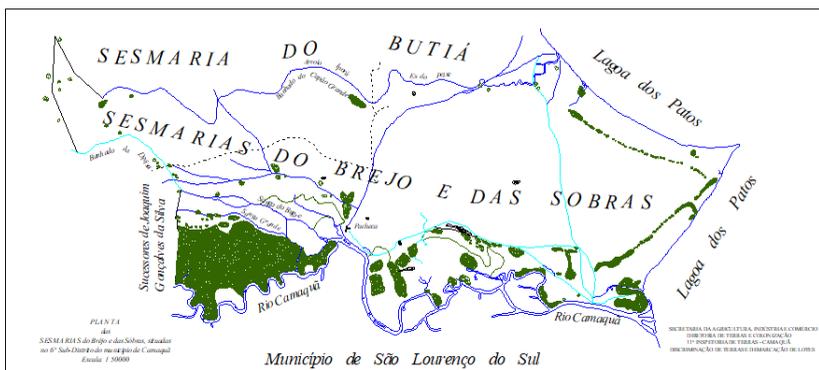
⁴⁰ Apud. Cibilis, Luis Alberto. 1959. p. 298 e 299.

documentação, mas não temos dados para uma avaliação quantitativa desta atividade pecuária declarada. O ambiente tal como descrito não parece o mais indicado para tal, cabendo, para corroborar esta linha de pensamento, referir um trabalho apresentado no IV Congresso Rural, realizado em Porto Alegre em maio de 1930, organizado pela Federação das Associações Rurais do Estado do Rio Grande do Sul, com o seguinte título “A drenagem dos banhados dos campos, das fazendas de criação.”⁴¹ Neste o autor alerta para o perigo e prejuízo ocasionado pelos banhados “que ocupam e embebem alongados tractos de campos”, discorrendo sobre a insalubridade e as armadilhas que estes representam para o gado, para ao final concluir de maneira alarmista: “E assim, dessa forma, milhares de cabeças de bovinos sucumbem, por este Rio Grande afora, mergulhados nos sumidouros, reduzindo de maneira assustadora os resultados de um ano inteiro de lide afanosa e rude.” Em contrapartida a esta visão tão calamitosa, apresentava e defendia práticas de saneamento dos campos através da construção de valos ou da drenagem a céu aberto.

Das sesmarias concedidas nesta região devemos citar a Brejo e Sobras, pois estava situada na margem esquerda do rio Camaquã, abrangendo a Vila da Pacheca, que aparece identificada na planta elaborada na década de 1870 para os autos de medição. (Figura 3) Em junho de 1870 teve início a medição e demarcação dessa sesmaria como parte do processo de legitimação e divisão da propriedade entre os herdeiros de Boaventura José Centeno.

⁴¹ Anais do IV Congresso Rural. Porto Alegre: Typographia Thurmann. 1930. p. 208 - 216.

Figura 3: Planta da Sesmaria do Brejo e das Sobras.



Acompanhando o trabalho realizado pelo agrimensor e auxiliares e registrado nos autos encontramos vários elementos de paisagem identificados como: a passagem por banhados; córregos; valos de drenagem em direção ao rio Camaquã; grandes extensões de matos na beira do rio; picada de tirar madeira cortando o mato; ilhas cobertas de matos; areais; barrancas altas; bancos de areia no meio do rio com formação de lagoas. Nos autos encontramos as indicações dos dois informantes, além da descrição da própria medição à medida que avançavam pelo terreno.

(...) que os informantes dissessem sobre a confrontação da fazenda do Brejo nesta situação. O que por eles ouvido, ambos disseram que do marco número oito fincado no dia anterior, se devia seguir pelo canal do banhado, até encontrar um valo antigo que vai dar junto aos matos de Camaquam, e

que daí se devia seguir por uma picada em continuação do mesmo valo, cuja direção vai a barranca do rio (...) ⁴²

Na beira do mato nas margens do rio Camaquã foi colocado o marco número nove, conforme acordo entre informantes e o agrimensor. O trabalho de medição vai margear a barranca do rio e, em alguns momentos, encontramos também informações sobre a outra margem. Em várias passagens as ilhas aparecem citadas e brevemente descritas. Dentre elas: ilha João Francisco; ilha Quebra Mastro; ilha da Fazenda, ilha da Tranqueira. Conforme podemos observar na planta inclusa – Planta das sesmarias do Brejo e das Sobras - o rio Camaquã tem um curso extremamente sinuoso, cheio de voltas, é um rio meandrante. Essas voltas também recebiam denominações como: volta do Simão; da Taramã; Volta da Barranca; da Cruz; do Calafate; do Garcia; dos Couros; Volta da Estância; entre outras. Muitas vezes os nomes das voltas e das ilhas coincidem e na descrição das linhas medidas vão sendo indicadas a presença de matos, capoeiras novas, cultivados, campos limpos, charqueadas, ranchos e casas. Também se encontram diversas referências a portos como: porto dos Couros; porto da Estrela; porto denominado Boaventurinha, “existente em umas capoeiras feitas por Boaventura José Centeno”. Em meio a bancos de areias e pequenas ilhas, rês barras aparecem referidas, ao norte a Barra do Potreiro, a Barra do Meio e a terceira Barra de Luis Martins. Abaixo transcrevemos parte da conclusão apresentada pelo agrimensor, onde elucida sobre o tamanho da propriedade e os procedimentos adotados na medição.

⁴² Autos de medição e divisão da sesmaria do Brejo e Sobras.1868-1871. Consultado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Descontando-se desta quantidade os terrenos de marinhas que o Juiz mandou reservar tanto na costa da Lagoa dos Patos, como na margem do rio Camaquam até a altura em que as suas águas se conservam sensivelmente salobras, isto é, descontando-se a área superficial de um estreito terreno de quinze braças ou trinta e três metros de largura medidas perpendicularmente a barranca da margem esquerda do dito rio desde o marco que existe no porto da Estrela até o marco da barra, e daí pela costa da Lagoa dos Patos até a barra do arroio do Peixe, medidos os ditos trinta e três metros, ou doze braças digo, as quinze braças perpendicularmente a linha bem assinalada das enchentes médias, e que forma uma extensão de (17.630 braças ou 38.786 metros), e corresponde à uma área superficial de (264.450 braças quadradas ou 1.279.938 metros quadrados), restam como área disponível para divisão (66.217.225 braças quadradas ou 320.491.369 metros quadrados). Neste cálculo da área superficial do terreno, tomou-se por limite do rio a barranca bem declarada de sua margem esquerda, de forma que os grandes areais existentes sobre a mesma margem assim como a lagoa denominada da Estancia, e outra pequena lagoa situada a pouca distância acima desta foram consideradas como pertencentes ao leito do mesmo rio e não entraram no cálculo da área superficial. A medição foi feita horizontalmente, servindo-se no campo de uma corrente de dez braças ou vinte e dois metros, no mato de outra cadeia de cinco braças ou onze metros para maior exatidão, e na medição do rio, de outra de cinquenta braças ou cento e dez metros, em ocasião que era

necessário medir-se por água, e que se fez com quatro canoas exatamente balizadas e fixadas na direção necessária, sendo bem esticada por cima delas a dita corrente e sustida na flor da água por meio onze baias de bastante resistência. Quando a medição se fez pelos areais, ela foi efetuada por uma cadeia de (10 braças ou 22 metros). Tomou-se a resolução de medir o rio dentro do seu leito, visto ele se achar no estado mais baixo para facilitar o trabalho e dar um desenho bem fiel do seu leito, das suas ilhas, areias, barrancas, cachoeiras e correntezas o que não era possível dar-se abrindo-se picadas sobre a sua margem, atravessando matos mui cerrados de taquarusus e unhas de gato e cortados de banhados fortes e lagoões fundos. (...)⁴³

Nos dois casos examinados, a legitimação da posse do Posto Novo e a medição e divisão da sesmaria do Brejo e Sobras, encontramos a descrição de expressivos mananciais de águas. Terra e água estavam sendo apropriadas sem restrições ou atenção especial. Nas duas propriedades a principal atividade era a criação de gado, contando a fazenda do Brejo com “11.280 reses de criar” além de novilhas, cavalos, potros, já o Posto Novo tinha “1.500 reses de criar e mais 200 éguas.” Ajustando-se a propriedade as demandas exigidas por essa criação extensiva.

Neste panorama sobre a área foco de interesse na pesquisa, podemos perceber que desde o século XIX o uso da área vinha impondo transformações ao meio ambiente, especialmente no que se refere ao regime das águas, drenagem

⁴³ Autos de medição e divisão da sesmaria do Brejo e Sobras.1868-1871. Consultado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

dos campos, retificação dos cursos dos arroios e córregos, desmatamento das margens, construção de pequenos represos entre outras iniciativas. Podemos afirmar que a apropriação das terras e das águas, aparecem imbricadas, o controle de uma e de outra estava inter-relacionado, contando os grandes proprietários, produtores ou arrendadores com o beneplácito dos poderes públicos locais.

Referências

CIBILIS, Luis Alberto. *Tapes, Camaquã, Guaíba e Barra do Ribeiro*. Contribuição para o estudo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ed. Tipografia Champagnat, 1959.

COARACY, Vivaldo. *A colônia de São Lourenço e seu fundador Jacob Rheingantz*. São Paulo: Oficinas Gráficas Saraiva, 1957

COIMBRA, José Ignácio. *Notícia sobre a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Mapa Geographico da Província de São Pedro do Sul organizado pela Comissão do Registro Geral e Estatístico das Terras Públicas. Rio de Janeiro: Imprimerie Imperiale de S. Sisson, 1876.

COLLOR, Lindolfo. *Garibaldi e a Guerra dos Farrapos*. 4^o ed. Porto Alegre: Fundação Paulo Couto e Silva, 1989.

COSTA, Alfredo R. da (org.). *O Rio Grande do Sul. Completo estudo sobre o Estado*. II volume. Porto Alegre. Livraria do Globo, Barcellos, Bertaso e Cia, 1922.

DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a história ambiental do Brasil? In: *Varia História*, Belo Horizonte: UFMG, n. 26, 2002. p.13-32.

ESPARTEL, Lesli; LÜDERITZ, João. *Caderneta de campo*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1968.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura. Diretoria de Terras e Colonização. *Coletânea da Legislação de Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas, 1961.

FEE. *De Província De São Pedro A Estado Do Rio Grande Do Sul*. Censos do RS: 1803 – 1950. Porto Alegre: FEE, 1986.

FREIRE, Gilberto. *Homens, terras e águas na formação agrária do Brasil: sugestões para um estudo de interrelações*. In Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1954.

GARIBALDI, Giuseppe. *Memórias*. Rio Grande: Oficinas d' O Intransigente, 1907.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. *Terra e Poder. História da questão agrária*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1986.

MACEDO, Francisco Riopardence. *História das profissões da área tecnológica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CREA/RS, 1993.

OSÓRIO, Helen. *Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço Platino. A legalização das terras ao sul do Jacuí: o Edital de 1780*. Porto Alegre, 1990.

Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OSÓRIO, Helen. Estancieiros e lavradores: Rio Grande do Sul, século XVIII. V *Jornadas Interescuelas Departamentales de História e I Jornadas Rioplatenses* Universitárias de História. Montevideo, setiembre de 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1980.

PICCOLO, Helga I. L. Os Confrontos nos encontros: a dinâmica do processo de colonização no sul do Brasil. In: *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp. 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAQUÃ. *Conhecendo Camaquã*. Secretaria Municipal de Educação. Gráficas Metrópolis, 1994.

RAMBO, Balduino. B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. 3ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

RODRIGUES, José Antonio da Fonseca. *Estudos sobre a navegabilidade do rio Camaquam*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

RÚDIGER, Sebalt. *Colonização e propriedade de terra no Rio Grande do Sul- séc. XVIII*. Porto Alegre: IEL, 1965.

SERRES, Michel. *O contrato Natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio. Efeitos da lei de 1850*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996.

CAPÍTULO VIII

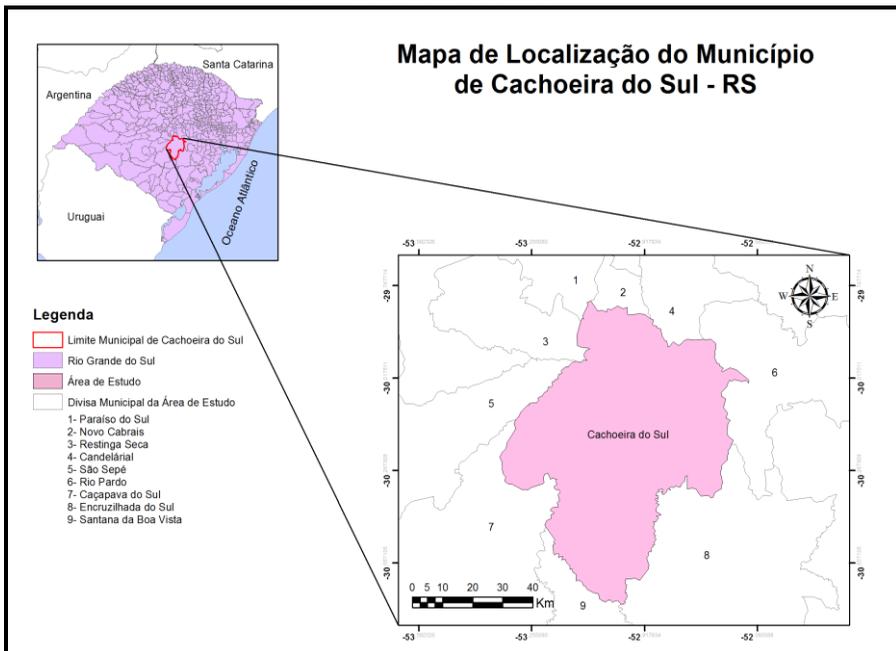
AS RUGOSIDADES DA PAISAGEM RURAL DE CACHOEIRA DO SUL/RS: MARCAS DE VALORIZAÇÃO ESPACIAL

*Lisane Regina Vidal Conceição
Eduardo Schiavone Cardoso*

Introdução

O trabalho busca discutir o processo de valorização do espaço a partir da permanência das rugosidades na paisagem rural. Dessa forma, tem-se por objetivo a construção de um inventário das rugosidades presentes na paisagem rural no município de Cachoeira do Sul (RS), quinto (5º) município criado no Estado do Rio Grande do Sul (Figura 1), caracterizado pela diversidade do espaço rural. Na porção sul do município ocorre o predomínio da grande propriedade, produção de monoculturas e de pecuária, em contrapartida, na porção norte tem-se o predomínio da pequena propriedade e produção para o autoconsumo, cujas características foram introduzidas na paisagem rural, respectivamente, durante o período colonial e período imperial, através das sesmarias e áreas de colonização.

Figura 1 – Localização do Município de Cachoeira do Sul no estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Malha do Municipal IBGE (2010).

As rugosidades foram definidas por Milton Santos (1978) no livro “Por uma Geografia Nova” como o que fica do passado como forma, como paisagem, como espaço construído. Nesse contexto, acredita-se que as rugosidades podem ser consideradas indicadores da transformação do espaço, pois através da sua materialização possibilitam análises que desvendam os agenciamentos necessários para o homem produzir seu espaço de vida. Portanto, elas são marcas espaciais pretéritas que permitem compreender como, por quem e para quem o espaço geográfico é criado. Sua materialização é o reflexo de relações

de poder que movem e transformam o espaço e entende-se que as rugosidades permitem compreender a complexidade espacial e o processo de valorização do espaço.

Em direção ao cumprimento dos objetivos propostos, a investigação fez uso do aporte teórico-metodológico da Teoria Social Crítica baseada na abordagem do Materialismo Histórico e no método Dialético, fundamentando-se em uma abordagem qualitativa, cuja delimitação temporal e espacial do fenômeno estudado é dada pelo espaço rural e pela datação da rugosidade nesta espacialidade, bem como da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo (aplicação de entrevistas e diário de campo) e de fotografias georreferenciadas para elaborar o inventário das rugosidades presentes na paisagem rural municipal.

Na elaboração do inventário das rugosidades primou-se em caracterizá-las, situá-las no contexto histórico de sua criação, compreender a origem e o desenvolvimento das formas e funcionalidades, bem como seu significado no presente. Na construção do inventário procurou-se evidenciar a importância das rugosidades na construção da espacialidade rural, uma vez que configuram heranças espaciais dos diferentes períodos da história, na tentativa de torná-las objeto de preservação patrimonial e fontes de reprodução social aos grupos sociais locais.

A valorização do espaço e as rugosidades

Santos (1986) ao fazer referência às “formas ecológicas” de Manuel Castells (1973) quando esse autor aborda a persistência das formas espaciais ecológicas geradas pelas estruturas sociais anteriores, utiliza a denominação “rugosidades.” As múltiplas inter-relações ao se materializarem

no espaço formam as rugosidades, denominadas por Santos (1986, p. 138):

As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos fornecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizado. (SANTOS, 1986, p. 138).

As rugosidades são marcas cristalizadas no espaço e representam um tempo histórico de uma sociedade. As rugosidades são produzidas através da incorporação nesta espacialidade do modo de vida do grupo social. Um grupo social ao apropriar-se de uma espacialidade transforma-a em sua morada de vida, em seu território.

As rugosidades designam as marcas do passado fixadas no espaço, a sua presença acaba condicionando o nosso cotidiano e, ao se projetar este raciocínio no tempo, pode-se dizer que o presente condiciona o futuro. As formas espaciais presentes têm um importante papel para as sociedades futuras (CORRÊA, 1986).

Assim, o espaço é um testemunho. Testemunha um momento de um modo de produção nas suas manifestações concretas, pela memória do espaço construído, das coisas fixas da paisagem criada. O espaço é uma forma durável que não se desfaz paralelamente as mudanças de processos, mas, ao contrário, faz com que alguns processos se adaptem às formas preexistentes e que outros criem novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 1986).

Santos (1986) destaca que os modos de produção se realizam através dos meios de produção, cuja longevidade somente é conhecida a posteriori, a qual pode durar vários

momentos ou a duração total do modo de produção. Os modos de produção se sucedem, enquanto os objetos sociais criados por eles continuam firmes e, muitas vezes, ainda com uma função na produção ou, simplesmente, sua presença acaba por influenciar os movimentos subsequentes da produção. As formas persistem, mesmo quando perdem sua função anterior, cuja lógica de vida da sociedade presente cria novas funções ou até mesmo recria funções passadas.

Neste contexto, para compreender as rugosidades, deve-se ter clara a noção de temporalidade. Apreender a temporalidade é compreender o espaço como fruto de diversas divisões territoriais do trabalho ao longo da história da humanidade. A temporalidade possibilita a compreensão das diversas dimensões que compõem o espaço. Permite compreender quais atores e como estes construíram o espaço, e possibilita, também, entender como as sociedades atuais se relacionam com o espaço já criado, herdado.

Quando um novo modo de produção, um novo momento, substituiu outro, ele encontra formas preexistentes, as quais devem adaptar-se para determinar-se. Portanto, o modo de produção presente deve adaptar o antigo a sua lógica de produção e, quando não o faz, o capital tende a abandonar este espaço, tornando-o um subespaço de acordo com sua lógica. Em cada lugar, o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. E, assim, para o tempo atual, os restos do passado formam uma espécie de “escravidão das circunstâncias anteriores” (SANTOS, 2012).

As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. A rugosidade é o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de

supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares (SANTOS, 2012).

As rugosidades só são rugosidades a partir do presente. Os espaços preexistentes decorrem de uma divisão de trabalho antiga, passada, e só entra em desuso sob uma nova lógica de compreender este espaço, a qual se adapta ou o adapta, o transforma, cria ou recria novas funções a estas formas espaciais pretéritas.

Assim, Moraes e Costa (1984) enfatizam que as sociedades humanas para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem relações vitais com o seu espaço, cujo trabalho é o mediador universal dessa relação. Sendo o trabalho a fonte do valor, tal relação do ponto de vista marxista, é um processo de valorização.

A sociedade, em qualquer época ou lugar, na sua própria existência valoriza o espaço. Neste contexto, é importante salientar que a valorização do espaço possui movimento próprio, elementos específicos que a caracterizam e resultados histórico-concretos particulares. As formas criadas por uma sociedade revelam a estrutura econômica que ali domina, entretanto, esse processo possui uma realidade específica em cada modo de produção, portanto, cada modo de produção possui seu modo particular de valorização (MORAES e COSTA, 1984).

O processo de valorização do espaço deve ser explicado através das categorias valor e trabalho, pois a relação sociedade-espaço é uma relação valor-espaço, substantivada pelo trabalho humano. A apropriação dos recursos do espaço, a criação de formas humanizadas, a perenizarão (conservação) desses constructos, as modificações dos substratos naturais ou das obras humanas, representam a criação de valor. Cabe ressaltar que ao analisar o processo de valorização do espaço deve-se ter

clara a distinção de valor do espaço e valor no espaço (MORAES e COSTA, 1984).

Seguindo as ideias dos autores, que primam pelo modo dialético de captar o processo de valorização, ao considerarem o espaço e tudo que contem nele, uma condição universal e preexistente do trabalho, sendo desde sempre, uma condição de valor de uso, um bem de utilidade geral, mencionam que a produção sempre se realizará sobre formas preexistentes, sejam elas naturais ou sociais, herdadas de trabalhos pretéritos, tornando o espaço uma condição à produção, com valor intrínseco, uma riqueza natural. Também consideram o espaço um receptáculo do trabalho morto, cujo desenvolvimento histórico resulta de uma progressiva e desigual acumulação de trabalho na superfície terrestre, portanto, e tal acumulação ao mesmo tempo em que desnaturaliza o espaço, também vai complexá-lo (MORAES e COSTA, 1984).

O valor do espaço se expressa na qualidade, quantidade e variedade de recursos naturais disponíveis em uma porção do espaço terrestre, denotando a singularidade natural dos lugares, consistindo, assim, numa parcela de valor do espaço, seja como primeira ou segunda natureza. A segunda parcela de valor do espaço é obra principalmente do trabalho, à medida que o desenvolvimento das forças produtivas tende a criar formas mais duráveis sobre o espaço. Assim, Moraes e Costa (1984, p. 125) fazem referência às contribuições de Milton Santos:

Milton Santos, de forma brilhante, expõe a essência desse processo de produção do espaço. Para ele, os modos de produção criam formas espaciais que duram mais que os processos que as engendrou. Denomina a essas formas de rugosidades, e aponta a sua inércia dinâmica sobre os processos sociais posteriores. Por inércia dinâmica, entende uma sobre determinação do espaço na vida

econômica. As construções antigas tornam-se qualidade do lugar. A partir daí estabelece a possibilidade de uma Geografia como “história territorial”. (MORAES e COSTA, 1984, p, 125).

Ressalta-se que o processo de produção de valor do espaço se move, fundamentalmente, pelos condicionantes da estrutura econômica na qual está inserido. Por isso as construções espaciais expressam os conteúdos das relações espaciais que as engendrou. No sistema capitalista, a cristalização do trabalho morto em meios de produção surge como capital fixo ou a fixação de capital no espaço. Enquanto qualidade do lugar, o capital morto aparece na composição orgânica do capital como um capital constante, assim, infere-se que o próprio espaço físico necessário à produção é contabilizado como valor do espaço, um valor previamente acumulado (MORAES e COSTA, 1984).

Neste contexto, o valor do espaço, em todas as suas formas de manifestação aparece como um valor contido, o lugar e seus recursos naturais ou construídos, ou seja, o espaço concreto tal como ele se apresenta para a produção. Entretanto, por ser o espaço concreto também um valor de troca, define-se também a possibilidade de um valor no espaço, cujo espaço não ultrapassa a função de mero palco dos processos que nele ocorrem, um substrato da vida material. Desse modo, desenvolve-se sobre ele uma teia complexa de relações sociais de produção dotadas de espacialidade (MORAES e COSTA, 1984).

O processo de valorização no espaço envolve questões mais complexas que a valorização do espaço. O valor no espaço corresponde a uma virtualidade da circulação e uma imanência do espaço real (a distância) participando de um processo social específico. Em um mundo globalizado, o que interessa é a

intensidade do fluxo e não a localização absoluta dos lugares, cuja distância é relativizada pela escala da produção. O valor no espaço reporta-se as condições espaciais universais de reprodução dos modos de produção e não se prende às singularidades dos espaços. O valor no espaço é definido como “a própria espacialidade contida nos modos de produção. Ele nos revela mais a especificidade das formas de valorização em geral do que propriamente a da produção do espaço” (MORAES e COSTA, 1984).

Outro aspecto a se considerar é que o espaço possui qualidades intrínsecas que o colocam numa posição especial frente aos processos sociais. Também é considerado uma matéria finita, com qualidade de raridade relativa, impondo limite a sua reprodução extensiva. Além disso, o espaço não aparece perante a produção como um objeto homogêneo, ele é intrinsecamente desigual, cujo trabalho preexistente determina quadros naturais diversificados como também nele se acumula desigualmente. Assim, o espaço concreto para a produção concreta, sendo uma condição universal, é sempre singularidade, ou seja, condições únicas de cada lugar surgem para o processo produtivo como condições desiguais de produção (MORAES e COSTA, 1984).

Para Moraes e Costa (1984) o consumo do espaço se dá através de qualidades próprias e seu uso não implica a sua destruição, apenas modificação. Assim, as construções sobre o espaço apresentam a característica de durabilidade que se acentua no decorrer da história, e seu consumo também não as destrói pelo menos no mesmo ritmo que outras mercadorias. O que ocorre é o consumo destrutivo de certos atributos desse espaço como, por exemplo, alguns recursos, mas isso não implica na destruição dele próprio. E, finalmente, o espaço é considerado o depositário universal da história, pois nele se

acumulam trabalhos de tempos remotos, num permanente ciclo de criação, reposição e transformação de objetos sobre a superfície terrestre, resultando na sobreposição dos resultados dos processos naturais e sociais que coexistem na contemporaneidade, criando marcas espaciais, as rugosidades.

Neste contexto, acredita-se que se deve pensar o espaço em sua complexidade e simultaneidade, ou seja, um mundo globalizado que apresenta uma multiplicidade de fenômenos que ocupam uma mesma espacialidade, criando formas contraditórias e desiguais, no tempo e no espaço, marcadas por relações de poder decorrentes do sistema de desenvolvimento a qual estão inseridas, e que contribuem para a reprodução e continuidade da sociedade.

O inventário das rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul

A utilização do inventário como ferramenta de pesquisa tem sua origem na constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII, no contexto da construção dos Estados Nacionais. Surgiram como modos de produzir um novo saber, através da coleta e sistematização de informações, obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, constituindo-se como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural. Assim, na trajetória das práticas de preservação, o conceito de inventário deve ser considerado chave, pois sempre remeterá à própria conceituação do que seja o patrimônio cultural. (MOTTA e REZENDE, 2016).

No caso do patrimônio cultural, inventariar os bens significa produzir um conhecimento que, necessariamente, parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais. O processo de

inventariar é permeado por juízos de valor, uma vez que se destina à construção de narrativas sobre determinados grupos sociais e/ou determinada história. Ressalta-se que o essencial em qualquer uma das perspectivas de inventariar é o objetivo do trabalho a ser desenvolvido. Portanto, o que e como documentar dependerá de qual patrimônio se pretende construir. Além disso, dependerá, também, dos bens a serem identificados, dos dados registrados e comparados, dos sujeitos envolvidos na investigação e, também, quais pesquisas vão orientar a delimitação dos territórios e dos períodos a serem abordados, das características a serem documentadas e, assim por diante. Portanto, em última análise, de quem faz a seleção, por que e para quem a faz. (MOTTA e REZENDE, 2016).

Salienta-se que o inventário construído neste trabalho busca produzir conhecimento sobre as rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul, produzidas pelos grupos sociais ao se reproduzirem no espaço, as quais nem sempre possuem valor arquitetônico ou paisagístico para serem salvaguardadas como patrimônio cultural, mas que merecem ser resguardadas do esquecimento. Portanto, entende as rugosidades como as marcas do passado que viraram paisagem, as quais podem ou não ter função social na reprodução da sociedade atual, através de processos de ressignificação, mas que revelam os modos de vida das sociedades pretéritas e pela simples permanência exercem influência na sociedade.

Ao entender a complexidade do espaço rural e na tentativa de produzir conhecimento sobre temas pouco desenvolvidos na academia como as rugosidades, optou-se por sistematizar e estruturar o inventário em tipologias, assim definidas: *O Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas* (pontes, estações férreas, posto de combustível, posto telefônico, balsas, correio e porto); *O Sistema de Produção* (estâncias, charqueada, granjas,

fazendas, engenhos, banheiro de imersão bovino e venda); *O Sistema de Interação Social* (igrejas, escolas, salão de baile, casas antigas, taperas e cemitérios familiares).

No Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas foram inventariadas quatorze (14) rugosidades, no Sistema de Produção dezesseis (16) rugosidades e no Sistema de Interação Social foram inventariadas dezesseis (16) rugosidades. Entretanto, a fim de elucidar como elaborar um inventário sobre rugosidades, elege-se uma rugosidade de cada sistema para demonstrar como cada forma é criada pelo trabalho humano num processo de construção e desconstrução de formas e funções sociais, podendo ser ressignificadas, incorporando-se a paisagem e valorizando o espaço.

Dessa forma, a rugosidade Ponte de Pedra elucidada o Sistema de Circulação de Mercadorias e Pessoas, a rugosidade Charqueada e Estabelecimento Paredão elucidada o Sistema de Produção e a rugosidade Casas Antigas elucidada o Sistema de Interação Social, apresentando parte das marcas pretéritas e da diversidade das formas presentes na paisagem rural de Cachoeira do Sul.

Rugosidade – Ponte de Pedra “Ponte do Imperador” (1832)

A história da Ponte de Pedra (Figura 2) sobre o rio Botucaraí inicia em 1832, através da sessão da Câmara Municipal, sob a presidência de José Custódio Coelho Leal, quando foi feito o registro da determinação do Presidente da Província, Desembargador Manoel Antônio Galvão, para que fosse elaborada a planta da ponte.

Em 1847, Lopo de Almeida Henriques Botelho e Mello encaminhou a planta e orçamento da ponte ao Presidente da Província, Manoel Antônio Galvão, a qual deveria ser construída no passo ou pouco acima do Passo Real do

Botucaraí. No ano seguinte, em 10 de janeiro de 1848 foi realizado o contrato com a empreiteira, cujo contrato estipulava que:

“A Ponte de Botucaraí será construída de alvenaria, revestidas as arestas dos talhamares de pedra lavrada a picão. Os arcos serão do melhor tijolo e a argamassa nela empregada será de cal e areia na razão de 1:1, isto é, tanto de cal como de areia e igual argamassa se empregará em todos os reboques e parapeito que também era de tijolo. A argamassa empregada no interior dos maciços será de cal e areia na razão de 1:2, isto é, o duplo de areia. O pavimento da ponte será todo calçado de pedra própria para este emprego assim nas dimensões como na qualidade. Porto Alegre, 25/1/1848. Lopo Almeida Henriques Botelho e Mello, Arquivo Histórico do RS, fundo obras.” (ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL, 2017).

Figura 2 - Ponte de Pedra no município de Cachoeira do Sul (2016).



Fonte: Arquivo particular da autora, 2016.

Em 28 de outubro de 1848, um ofício foi remetido a Francisco Jose de Souza Soares de Andrea, Presidente da Província, oficializando que o arrematante concluiu a Ponte de

Pedra e, ainda, afirma que ela parecia sólida, pois por ela já havia passado carretas e tropas de gado e não apresentou nenhum problema de rachaduras. (ARQUIVO HISTÓRICO DE CACHOEIRA DO SUL, 2017).

Assim, a Ponte de Pedra, construída durante o Império, foi a primeira do tipo construída no estado do Rio Grande do Sul, em 1848. Segundo o historiador Aurélio Porto *“até então a navegação do Jacuí era feita unicamente por canoas de tolda, sendo a maior parte do comércio por via terrestre, havendo no Botucaraí uma ponte de pedra, a primeira que se fez no Rio Grande do Sul.”* (Relatório do Intendente Isidoro Neves da Fontoura, 1910, p. 7). Ela representava a principal via de acesso e passagens de tropas entre a Vila de Cachoeira e os municípios de Rio Pardo e Porto Alegre.

A Ponte de Pedra, construída sobre o rio Botucaraí, além de ser um elemento arquitetônico, reúne técnicas de construção da primeira metade do século XIX. Sua construção ocorreu no contexto histórico da Revolução Farroupilha, cujo principal objetivo era servir de ligação entre a então Vila Nova de São João da Cachoeira e a Vila de Rio Pardo e, por conseguinte, a Porto Alegre. Além disso, representou por muito tempo ponto de encontro das famílias cachoeirenses, contribuindo para formar no imaginário popular que ela teria sido construída para dar passagem ao Imperador Pedro II, pois de acordo com a história ele já a teria atravessado. Assim, a Ponte de Pedra era vista como símbolo de orgulho e ponto de encontro dos moradores locais. Símbolo de modernidade e beleza ligava a vila com a capital da província, por ela eram escoados os principais produtos produzidos bem como chegavam mercadorias e pessoas, além de ser ponto de encontro para as famílias se refrescarem e pescarem nos finais de semana (Figura 3).

Os dados levantados através do trabalho de campo mostram que a Ponte de Pedra deixou de ser utilizada na década de 1950. Entre os motivos para o seu desuso pode-se destacar que os carros batiam o assoalho na elevação da pista, as enchentes decorrentes das chuvas torrenciais que associada ao relevo relativamente plano, ao entorno, contribuía para as sucessivas quedas de cabeceiras da ponte e a deterioração dos bueiros que cobriam as sangas ao longo da estrada de acesso à ponte e, principalmente com a construção da nova estrada que liga a cidade de Cachoeira do Sul a Rio Pardo através do Capão do Valo, atual RS 403, estrada de 62 quilômetros, que somente foi asfaltada parcialmente no ano de 2010.

O seu desuso contribuiu para a deterioração e abandono da ponte. Contribuiu para que a mata ciliar tomasse conta da estrada ao entorno, bem como as sucessivas enchentes do rio Botucaraí destruíram suas cabeceiras e estrutura em geral. Desta forma, a Ponte de Pedra, desde sua construção passou por inúmeras reformas, as quais decorrem, especialmente, da ação do tempo e das intempéries climáticas, sendo a última reforma ocasionada pelo desabamento da cabeceira causada pelo excesso de chuvas em janeiro de 2010.

Figura 3 – Ponte de Pedra (1951-1955).



Fonte: Arquivo Histórico Municipal, foto de Alvino Friedrich (1951-1955).

No ano seguinte, mais precisamente no primeiro semestre de 2011, ganhou força um movimento pró-Ponte de Pedra, liderado pelo arquiteto Osni Schroeder e apoiado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico-Cultural (COMPAHC), cujas ações visavam à recuperação da Ponte de Pedra. Assim, em 2011 foi realizada a última reforma da ponte, que teve ajuda da comunidade e do Exército Brasileiro (Figura 4).

Figura 4 – Ponte de Pedra (2010-2011).



Legenda: A - Registro feito com o ultraleve da COLORTEC em novembro de 2010; B – Visita e vistoria do Departamento de Engenharia e Construção de Porto Alegre/RS e do 3º Batalhão de Engenharia e Combate de Cachoeira do Sul, em março de 2011; C – Registro das Obras em 1 de Junho de 2011 pelo Sargento Vanderlei Rauber; D – Registro das Obras em 15 de Junho de 2011 pelo Sargento Vanderlei Rauber.

Fonte: Blog da Ponte Pedra. Acesso em 2017 e disponível em:
<https://pontedepedra.blogspot.com.br>

A Ponte de Pedra passou por várias transformações, as quais afetaram tanto sua estrutura original como sua função. Misturou sua originalidade caracterizada por uma arquitetura do século XIX, a qual a transformou na primeira na modalidade no estado, com uma arquitetura contemporânea ao ser reformada. Deixou de ser ponto de encontro entre cidades, pessoas e mercadorias para ser tornar ponto de encontro com o passado, ao revisitar a memória da comunidade local e, também atrativo turístico municipal.

A Ponte de Pedra, considerada monumento histórico de Cachoeira do Sul tornou-se patrimônio estadual tombado pelo Instituto do Patrimônio e Artístico do Estado (IPHAE), portaria nº 34/2013, de 17 de maio de 2013, cuja inscrição no livro tomo data de 16 de dezembro de 2013. Seu tombamento se deve por ser uma ponte a base de pedra, construída ainda no século XIX, que resistiu ao tempo, considerada marco referencial e atrativo turístico em seu município (Figura 5).

Figura 5 – Ponte de Pedra (2012-2016).



Legenda: A – Vistoria das obras na Ponte de Pedra em 2012; B – Vista da Ponte de Pedra a montante do rio Botucarai em 2016;

Fonte: Blog da Ponte de Pedra acesso em 2017 (foto A) e Arquivo pessoal da autora (foto B).

O tombamento trouxe motivação aos integrantes do COMPAHC e aos colaboradores do grupo que se mobilizaram pela restauração da ponte. Como projeto de ressignificação da ponte, o COMPAHC defende a existência de uma lei específica para criar um parque municipal na área da Ponte de Pedra.

Outro aspecto que merece destaque é a preservação da mata nativa no entorno do rio Botucarai, especialmente da preservação das trilhas ao longo das suas margens. Além disso, é ponto de encontro para quem procura descanso e contato com a natureza, destacando-se a pescaria e servindo de balneário para famílias e comunidade local.

Sua ressignificação na contemporaneidade e função na reprodução social está intimamente ligada ao turismo, entretanto, observa-se o mau aproveitamento de sua potencialidade turística, à medida que não há preocupação de cuidado com o lugar, por parte do poder público municipal, pois suas vias de acesso encontram-se em precárias condições.

Um fator que poderia potencializar a atividade turística do local, além de transformá-la em parque municipal, seria agregar às vias de acesso a modalidade de estradas parques⁴⁴, devido à beleza cênica do lugar onde se encontra, alicerçada a uma política que privilegia a sinalização e infraestrutura de acesso à mesma, proporcionando a integração do homem com a natureza e a promoção de novas fontes de recursos aos moradores locais, através de um desenvolvimento sustentável do lugar.

Neste contexto, a rugosidade Ponte de Pedra ou Ponte do Imperador como também é conhecida, datada de 1832, cujo principal objetivo de sua construção era viabilizar as rotas de circulação entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo. Construída durante o Período Imperial no Brasil, quando a circulação se dava através do uso da força animal, sua construção representou o meio para transpor as adversidades naturais decorrentes da presença dos acidentes geográficos, como os rios, considerados intransponíveis para a época. Sua técnica era bastante

⁴⁴ De acordo com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC – Decreto nº 34.256/1992, regulamentado pelo Decreto nº 38.814/1988, que cria e regulamenta as Unidades de Conservação do Estado, a Estrada Parque fazia parte das Unidades de Manejo Sustentado/Categoria de Uso Direto e, é assim definida: parques lineares, sob administração pública, de alto valor panorâmico, cultural, educativo e recreativo. As margens, em dimensões variadas, são mantidas em estado natural ou seminatural, não sendo necessária a desapropriação mas, somente, o estabelecimento de normas quanto ao limite de velocidade, pavimentação, sinalização e faixa a ser protegida. (SEMA, 2018).

rudimentar, construída por blocos de rochas, através do trabalho e engenharia humana, com auxílio da força animal e capital público.

O Estado é o seu agente criador e usa seu poder de organizador espacial para materializar formas no espaço. A Ponte de Pedra perde função na reprodução social a partir da criação das estradas de rodagem, criadas na segunda metade do século XX para atender a necessidade de circulação mais rápida, promovida pela implantação de estruturas modernas. Durante a permanência de sua função e depois da extinção dela passou por várias reformas, as quais modificaram sua estrutura inicial. Atualmente, está tombada pelo IPHAE como patrimônio cultural estadual por representar a primeira de seu estilo construída no Rio Grande do Sul. Encontra-se ressignificada e considerada ponto turístico municipal e, por conseguinte, lugar de lazer dos moradores locais.

Rugosidade- Charqueada E Estabelecimento Paredão (1878)

A Charqueada do Paredão (Figura 6), de acordo com o Museu Municipal de Cachoeira do Sul, é considerada a primeira indústria de grande porte de Cachoeira do Sul e, provavelmente, a primeira neste porte fora do grande centro charqueador de Pelotas.

Figura 6 – Charqueada e Estabelecimento do Paredão, município de Cachoeira do Sul, em 1920.



Fonte: O Rio Grande do Sul de Alfredo R. da Costa (1920).

Fundada em 1878, à margem esquerda do rio Jacuí, a Charqueada e o Estabelecimento Paredão. A Charqueada foi a primeira a ser instalada na região central do Rio Grande do Sul. Em seu entorno, mil hectares estavam tomados por gado destinados ao abate e à produção de charque, sendo considerada a responsável pelo incremento da criação de gado no município de Cachoeira. Ao seu redor se formou uma numerosa vila, onde residiam os trabalhadores da Charqueada que chegavam de todos os cantos do estado (Figura 7).

Figura 7 – Charqueada e Estabelecimento Paredão, sem data.



Legenda: A, e B – instalações da Charqueada e estabelecimento Paredão; C – vila dos trabalhadores da Charqueada.

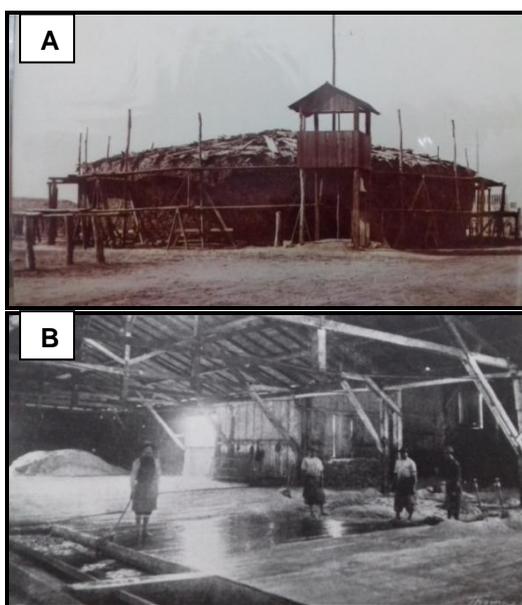
Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2016.

Inicialmente a Charqueada foi administrada pela Casa Viúva Claussen por quase uma década e, em 1887, a firma Inglesa Brazilian Extract of Meat and Hyde Factory Ltda, adquiriu a indústria, modernizando-a e promovendo maior aproveitamento da carne, passando a produzir linguiça em conserva, extrato de carne e graxa refinada.

Apesar de ter mudado de mãos, os novos proprietários mantiveram estreitas relações comerciais com os antigos proprietários, realizando suas transações através da Casa Claussen de Porto Alegre e mantendo Jorge Claussen no cargo na gerência em Cachoeira. Entre os principais motivos para a instalação da Charqueada em cachoeira destacam-se a relativa proximidade com as regiões produtoras de gado como as Missões, Campos de Cima da Serra e da região da Depressão Central. Desta forma, a precariedade dos meios de comunicação determinava que a proximidade com a matéria prima fosse fator primordial, e Cachoeira encontrava-se localizada, exatamente, na metade do percurso, visto que a distância até Pelotas acarretava perda de peso, extravio e acidentes com os animais. (CABEDA, 1998).

Outro fator importante era a proximidade com os meios de transporte para o escoamento da produção do Charque (Figura 8), e novamente Cachoeira assumia papel de destaque devido à navegabilidade do rio Jacuí até a cidade, bem como a presença da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana e da Ponte do Passo Geral do Jacuí.

Figura8—Produção do charque na Charqueada e Estabelecimento Paredão, em 1891.



*Legenda: A – Empilhamento de Charque;
B – Lavagem do Galpão de Abate.*

Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2016.

O ano de 1896 foi um ano ruim para a produção municipal, por ter ocorrido uma das maiores enchentes do rio Jacuí. A enchente foi tão grande que chegou até as instalações da Charquedada, causando grande prejuízo. A Charquedada do

Paredão era conhecida por pagar muito bem a arroba do boi. Entretanto, alguns maus negócios, realizados fora do estado, fizeram com que atrasasse alguns pagamentos aos fornecedores, pecuaristas. Tal fato se alardeou e desencadeou a falta de matéria-prima para a produção do charque em 1900-1901. A produção foi retomada na safra de 1902-1903 e, novamente, em 1903-1904, suspendeu a produção. (CABEDA, 1998).

De acordo com o Museu Municipal de Cachoeira do Sul (2016), no relatório realizado pela Brazilian Extract and Hide Factory Limited Company – Paredão, de 1906, o estabelecimento do Paredão foi assim descrito:

Na frente da casa, onde se vê diversos bancos de jardim, existem duas grandes figueiras que proporcionam, no verão, uma sombra agradabilíssima e onde geralmente se reúnem as pessoas que vão ao Paredão. Logo em seguida estão os grandes galpões do estabelecimento, onde numa ordem inglesa se veem: 1º - o depósito de conservas e extratos, compartimento de acondicionamento, rotulagem, selagem e encaixotamento, esta primeira repartição é frequentada por mulheres que, sob a direção do Sr. Luiz Eidelwein, executam todos os trabalhos; 2º - depósito de garras, material para confecção das latas, etc; 3º - o grande galpão frigorífero, ao lado do qual se acha o grande depósito de carvão de pedra nacional que a empresa está fazendo para consumo das suas máquinas; 4º - galpão extenso onde se executa a matança e distribuição das carnes, graxas e mais partes das reses abatidas, enfim, em outros compartimentos, casas de máquinas, carpintaria e impressão de tábuas, etc. (MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL, 2016).

A Charqueada do Paredão promoveu em Cachoeira do Sul um impulso comercial e, representava para centenas de

moradores locais, o sustento familiar. A fábrica empregava cerca de duzentos e cinquenta (250) empregados fixos e em época de matança esse número chegava em torno de quinhentos (500) empregados. Para dar suporte ao escoamento da produção, bem como da chegada de matérias e suprimentos. A Estrada de Ferro Porto Alegre a Uruguaiana construiu um desvio férreo até as instalações da fábrica, contribuindo, significativamente, para o desenvolvimento da Charqueada.

De acordo com os relatórios disponíveis no Museu Municipal de Cachoeira do Sul, a excelente infraestrutura marcada pela presença de modernos equipamentos, cuja força era fornecida por duas caldeiras que moviam uma máquina de 60 HP e que alimentava todas as dependências da fábrica, três bombas aspirantes que forneciam água retirada do rio para limpeza, uma balança inglesa para pesagem do gado (importada em 1915) e um sistema de “autoclave” capaz de lacrar os produtos embalados de forma a garantir-lhes uma conservação indefinida e, o grande consumo da produção no exterior, como também no mercado nacional, atestam a excelência em qualidade e superioridade de sua confecção (Figura 9).

Destaca, ainda que, se não fossem os altos impostos que sobrecarregavam o preço dos produtos não alcançando o poder aquisitivo da maior parte da população, provavelmente a capacidade de comercialização dos produtos seria multiplicada. Para se avaliar o que foi a Charqueada Paredão, desde 1887 até 1906, basta dizer que teria abatido mais de 400 mil reses, o maior contribuinte de impostos municipais e, em períodos de falta de gado para abater, seu estoque chegava a 150 mil latas de conserva, considerada a maior consumidora de lenha da região. (MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL, 2016).

Figura 9 - Equipamentos e trabalhadores da Charqueada e Estabelecimento Paredão.



Legenda: A - Casa de máquinas; B - Trabalhadores.

Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 2016.

Em 1910, a Charqueada vivia sua maior crise o que provocou o encerramento das atividades do estabelecimento. Em 1920, passou para o Balthazar de Bem (médico, fazendeiro de Cachoeira do Sul e prócer do Partido republicano Rio-Grandense), na forma de sociedade, da qual ele era diretor. Sob o comando de Balthazar de Bem & Cia, a principal atividade da charqueada era o alimento FABINI, um granulado, enriquecido de glúten e cereais, comercializado em latas. (SCHUH e CARLOS, 1997).

A charqueada promoveu o desenvolvimento da economia municipal, colocando seus produtos tanto no mercado interno como no mercado externo. Projetou Cachoeira do Sul através da exportação de seus produtos. Sendo, talvez, uma das primeiras indústrias a utilizar mão de obra de antigos escravos⁴⁵, os quais vinham de toda a parte do estado do Rio Grande do Sul (Figura 107), e mão de obra feminina. (SCHUH e CARLOS, 1997).

⁴⁵ De acordo com o Museu Municipal de Cachoeira do Sul, os negros que trabalhavam na Charqueada Paredão, provavelmente trabalhavam por conta da “cláusula de indenização”, pela qual trabalhavam por 1 a 5 anos como indenização aos seus antigos senhores. (MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL, 2016).

A Charqueada e Estabelecimento Paredão comercializavam seus produtos especialmente com os estados do Amazonas, Pará, São Paulo e Rio de Janeiro, além dos municípios gaúchos. A Charqueada ficou sob o comando de Balthazar de Bem até seu trágico falecimento, no Combate do Barro Vermelho em 1924, quando da revolta do 3º Batalhão de Engenharia.

Após este acontecimento, a Charqueada operou sob várias razões sociais. Em 1927, passou à administração de Lima & Barcellos, dedicando-se, exclusivamente, à fabricação de charque. Em 1929, foi arrendada por Laudelino Barcellos & Cia e Osório & Terra e, no ano de 1930 foi adquirida pelo Coronel Marcial Terra. Neste mesmo ano, a Charqueada totalizou 2849 reses abatidas e, no ano seguinte, em 1931, encerrou suas atividades, quando a indústria do charque, no estado do Rio Grande do Sul, entrou em decadência (Quadro 1).

Quadro 1 - Charqueada e Estabelecimento Paredão em números (1878-1931).

Fundação	Década de 1870
Denominações	1878 – Casa Viúva Claussen; 1877 – Brazilian Extract of Meat & Hide Factory Limited; 1920 – Charqueada e Estabelecimento Paredão (Diretor: Dr. Balthazar de Bem e Orientador Técnico: Carlos Massiotti Silveira – Uruguaio); 1927 – Lima & Barcellos 1929 – Laudelino Barcellos & Cia e Osório & Terra; 1930 – Coronel Marcial Terra
Produtos	Carne e língua em conserva; Charque; Graxa

	refinada; Alimentos FABINI; Granulado de poupa de carne enriquecido de glúten de cereais
Subprodutos	Couros; Chifres; Ossos, etc.
Comercialização	Rio Grande do Sul; Amazonas; Pará; São Paulo; Rio de Janeiro
Capacidade	20.000 reses anuais; 40.000 reses em 1891
Encerramento	1931

Fonte: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, em 2016.

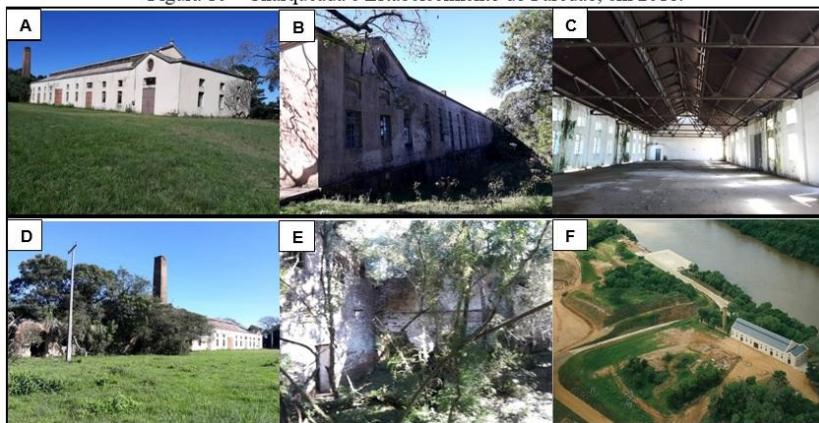
De acordo com o Inventário do Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul, realizado pelo COMPAHC, em 1989, a charqueada do Paredão encontrava-se em ruínas, abandonada, em precárias condições, não possibilitando a identificação do uso original. Sua estrutura era composta de alvenaria (tijolos), telhado de zinco, o portão com verga em arco pleno foi substituído por outro com verga reta.

O prédio da Charqueada do Paredão encontra-se abandonado e em ruínas (Figura 10). Infelizmente, isso não acontece apenas na infraestrutura do pavilhão, está presente na estrada de seu ingresso, cuja estrutura oferece boas condições apenas em parte do trecho, até o entroncamento da entrada à empresa Granol⁴⁶, sendo que o restante que leva à Charqueada e ao Porto de Cachoeira do Sul encontra-se em péssimas condições, com pouca ou quase nenhuma orientação. Portanto, verifica-se um total descaso por parte do poder público, à

⁴⁶ Empresa brasileira dedicada à comercialização de grãos, farelos, óleos vegetais e biodiesel para o mercado interno e externo, possuindo filiais espalhadas por todo o território nacional.

medida que realiza apenas ações paliativas de manutenção de acesso a Charqueada, como por exemplo, o patrolamento da estrada, a qual fica inacessível em períodos de chuva e de limpeza do pavilhão.

Figura 10 – Charqueada e Estabelecimento do Paredão, em 2018.



Legenda: A, B, Ce D – pavilhão da Charqueada; E – ruínas da antiga estrutura da Charqueada; F – foto aérea com o pavilhão da charqueada projetado com a restauração.

Fonte: Arquivo pessoal da autora (foto A, B, C, D e E) e Museu Municipal de Cachoeira do Sul (foto F).

Sua função foi extinta, restam apenas as ruínas, entretanto, apesar do estado em que se encontra o pavilhão, ainda domina a paisagem à margem esquerda do rio Jacuí. Suas paineiras, árvores centenárias, embelezam a grandiosidade de sua imagem e retratam memórias ali vividas. Suas ruínas portentosas representam o destino de muitos visitantes e estudiosos (alunos, pesquisadores) que se deslocam até Cachoeira do Sul para visitá-la. Por isso, mesmo que invisivelmente, detém um papel na reprodução social à medida que incrementa o comércio local.

Hoje, existe um projeto de restauração da Charqueada, visando transformá-la na administração do Porto de Cachoeira do Sul, o qual se localiza no entorno. A Charqueada e Estabelecimento Paredão pela história, beleza arquitetônica e desenvolvimento que trouxe a Cachoeira do Sul deve ser cuidada, salvaguardada do esquecimento e preservada como patrimônio cultural municipal, em respeito não apenas ao cachoeirenses, mas a todos os gaúchos.

Por fim, a rugosidade Charqueada e Estabelecimento do Paredão criada no final do século XIX, na margem esquerda do rio Jacuí, foi o maior estabelecimento deste modelo na região central do estado. Respondeu por vários nomes sociais e tinha como principal produto o charque. Sua construção foi em decorrência da grande demanda de fábricas para produzir charque, visto que a produção pecuária estava em expansão na região central do estado.

Produto de capital particular e com técnicas modernas de produção e de equipamentos para a época chegava a abater até 40.000 reses anuais. Com trabalho de ex-escravos, sendo que alguns trabalhavam em cláusula de indenização, vindos de todas as partes do estado e também de trabalho feminino, seus produtos eram de excelente qualidade e diversificados como, por exemplo, a carne, língua em conserva, charque, graxa refinada, granulado de carne, couros, etc. A Charqueada comercializava seus produtos com vários estados além do Rio Grande do Sul, especialmente com Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo e Pará.

Entretanto, a crise do charque no início do século XX impulsionou a decadência de sua produção, culminando na extinção de seus serviços em 1931. O prédio ficou abandonado e parte de sua estrutura se encontra em ruínas, sendo que o pavilhão principal apresenta-se em melhores condições, mas bastante destruído pela ação do tempo. Atualmente, pertence à

prefeitura de Cachoeira do Sul e está encampado pelo COMPAHC, o qual pretende restaurar o prédio principal da Charqueada e transformá-lo em sede administrativa para o Novo Porto de Cachoeira do Sul. A ressignificação da Charqueada permitirá que ela seja preservada e salvaguardada como patrimônio cultural do municipal.

Rugosidade – Casas Antigas

A existência de casas antigas, ainda habitadas, é marcante na paisagem rural do município de Cachoeira do Sul (Figura 11). Elas representam o local de moradia, de vida do homem do campo. Geralmente, são habitadas por pessoas de idade avançada, as quais se recusam a deixá-las. Pessoas que prezam pela valorização de construções antigas.

A forma das residências reflete o período em que foi construída, mas também revela o modo de vida do lugar, pois carregam memórias, utensílios e móveis de um tempo distante. As pessoas denotam motivos pelo apego à casa, por ela refletir a vida de quem vive nela.

A casa A, mostra uma residência na localidade de Pertile de estilo português, habitada, construída em 1944, em estado razoável de conservação. A casa B, mostra uma residência antiga no distrito de Ferreira, sem data, cuja peculiaridade está no seu interior, possui revestimento inteiriço de madeira, portanto, tem parede dupla.

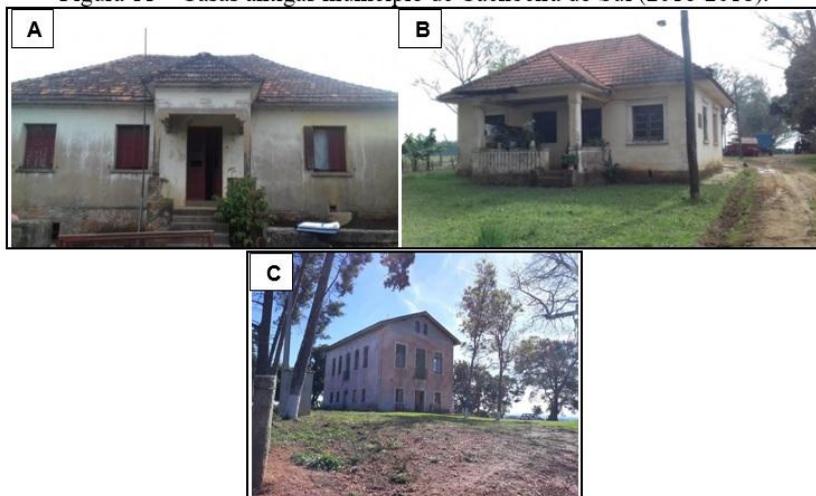
A casa C pertenceu ao Coronel David Barcellos, sem data, fazendeiro e político que mais dirigiu Cachoeira do Sul. O casarão da volta da Charqueada como comumente é reconhecido, era morada da família de Davi, com sua esposa e os 24 filhos. A maioria deles músicos, inclusive uma moça que faleceu, prematuramente, em 1903, era pianista, e, por isso,

muitas pessoas relatam já ter ouvido música de piano na casa, especialmente antigos moradores.

As casas antigas possuem a mesma função inicial e representam função social na atualidade, pois são utilizadas como moradia, portanto, são o lugar onde a vida humana acontece e onde os grupos sociais projetam a vida, mudando e transformando o espaço onde vivem.

Portanto, as rugosidades Casas Antigas mostram a forma de moradia dos grupos sociais, cuja permanência na paisagem rural enfatiza o tempo de ocupação do homem naquela área.

Figura 11 – Casas antigas município de Cachoeira do Sul (2016-2018).



Legenda: A – casa de 1944; B – casa de dupla parede, sem data;
C – casa de Davi Fontoura de Barcellos.

Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A forma arquitetônica mostra o estilo das construções da época, corroborando para a reconstrução dos gêneros de vida dos grupos sociais. Elas se encontram distribuídas irregularmente pelo território municipal, tanto que as rugosidades do Sistema Produtivo como as moradias das

estâncias, fazendas e granjas também podem ser classificadas como casas antigas. Mesmo as moradias antigas representando técnicas utilizadas no passado continuam a ser utilizadas no presente, pois a sua construção está permeada de simbologia e memórias que representam a vida do homem rural.

Considerações finais

As rugosidades, como marcas incorporadas ao espaço pelo trabalho humano, assumem valor espacial. Representam forma de trabalho morto que se configura como meios de produção. É através do trabalho morto que o homem projeta o trabalho vivo, condição necessária da reprodução e continuidade da sociedade.

Neste contexto, as rugosidades como objeto de análise possibilitam a compreensão de quem são os agentes que condicionam e legitimam a construção do espaço, os interesses que definem a organização espacial e principalmente para quem o espaço é criado. Estudar as rugosidades é estudar a forma como o homem cria espaço, se reproduz e deixa marcas concretas para que as sociedades futuras se reproduzam e se perpetuem no espaço.

Ao propor a construção de um inventário das rugosidades da paisagem rural de Cachoeira do Sul, busca-se difundir junto aos cachoeirenses as riquezas contidas nesta espacialidade, a fim de cultivar na população local a preservação de sua história, do espaço onde vivem, os quais merecem ser salvaguardadas do esquecimento através da ressignificação de suas funções, pois estas marcas construídas pelos seus antepassados mostram a vida do homem rural de Cachoeira do Sul, que ao se reproduzir cria marcas espaciais, as quais assumem valor espacial à medida que se materializam como recursos intrínsecos ao espaço, caracterizando-o como único na complexidade das relações

sociais estabelecidas para sua concretude. Portanto, as rugosidades como marcas pretéritas promovem a valorização do espaço à medida que representam o modo de vida do grupos sociais ao longo da história, as quais merecem ser salvaguardadas do esquecimento ou, ainda, podem ser reconhecidas como patrimônio cultural. Portanto, a valorização da história de um povo e do seu espaço de vida é condição necessária da reprodução, no tempo e no espaço, da sociedade.

As rugosidades devem ser entendidas como meios que possibilitam ressignificações e não como entraves ao desenvolvimento socioeconômico do lugar. A sua presença concreta valoriza o espaço e sua ressignificação possibilita aos grupos sociais do presente novas fontes de renda, de permanência no meio rural, contribuindo tanto para sua produção e reprodução como também para preservar do esquecimento e salvaguardar na memória as Rugosidades da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul.

Referências

Arquivo histórico municipal de cachoeira do sul. Disponível em: <http://arquivohistoricodecachoeiradosul.blogspot.com>. Acesso em 02 de Fevereiro de 2017.

Relatório sobre a construção da Ponte do Passo Real do Botucarái. Apresentado por Lopo Almeida Henriques Botelho e Mello em 10 de janeiro de 1848.

CABEDA, C. B. P. Júlio de Castilhos e a Charqueada Paredão. *Revista do IHGRGS*. Porto Alegre, 1998, n.133, 75-78 p.

CASTELLS, M. *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona. Editorial Gustavo Gilli: 1973.

CONCEIÇÃO, L. R. V. *Marcas Espaciais do Tempo Histórico: As Rugosidades da Paisagem Rural de Cachoeira do Sul/RS*. 2018. 318 p. Tese (Doutorado EM Geografia)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2018.

CORRÊA, R.L. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. *Geografia Crítica: A Valorização do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984

MOTTA, L.; REZENDE, M. B. Inventário. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. L. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário). ISBN 978-85- 7334-299-4.

MUSEU MUNICIPAL DE CACHOEIRA DO SUL. *Charqueada e Estabelecimento Paredão*. Cachoeira do Sul, 2016.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª Ed. São Paulo: Edusp, 2012.

Por Uma Geografia Nova. 3. ed. São Paulo: Editora Hecitec, 1986.

Por Uma Geografia Nova. São Paulo: Editora Hecitec, 1978.

SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (SEMA). *Unidades de Conservação*. 2002. Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/unidades-de-conservacao-2016-10>. Acesso em 17 de março de 2018.

SCHUH, A. S.; CARLOS, I. M. S. *Cachoeira do Sul em busca de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.

CAPÍTULO IX

CONFLITOS INDÍGENAS NO OESTE CATARINENSE⁴⁷

Tiago Arcego da Silva

Introdução

Propomos neste trabalho uma rápida abordagem sobre a situação dos conflitos envolvendo as terras indígenas no oeste catarinense, tentando situar o leitor sobre os territórios e seu histórico, bem como as perspectivas de resolução e andamento dos processos de demarcação. Para tanto, compreendemos ser necessário uma rápida contextualização da ocupação do Oeste Catarinense e dos grupos que se cruzam historicamente.

Percebemos seis comunidades indígenas em um recorte territorial que abrange o Extremo Oeste até o limite com a BR 153, em Irani⁴⁸. São povos das etnias Kaingang e Guarani. Compreendê-los em sua dinâmica social e interação com outros grupos que ocuparam os mesmos territórios é importante para traçar um panorama de toda a organização social do que vamos aqui chamar de Oeste Catarinense.

O Oeste Catarinense como amplo palco de disputas pelo território⁴⁹

⁴⁷ Este artigo é fruto de pesquisas referente ao assunto, a partir do ano de 2016.

⁴⁸ Conforme poderá ser observado no mapa da sequência do texto.

⁴⁹ É possível ampliar a discussão deste artigo em outro trabalho mais amplo. SILVA, Tiago Arcego da. *A práxis política da Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC (1970-1980)*. Erechim: AllPrint, 2018.

O Oeste Catarinense define-se para além de suas características físicas. Segundo Clovis Brighenti (2012, p. 49), os limites desse território “foram moldados em diferentes contextos por diferentes interesses de grupos humanos”. Entre estes, é preciso compreender a presença indígena, para projetar um olhar mais preciso sobre as situações de convivência, disputas, aproximações e conflitos que compõe a história desse território.

A ocupação indígena no sul do Brasil, inicia-se há, aproximadamente, 12.000 anos, embora, somente 9 mil anos depois é que ocorre uma presença mais densa, especialmente com grupos de agricultores, Jê (Kaingang e Xokleng) e Guarani, que ocupavam principalmente as margens dos grandes rios da região⁵⁰. Logo, quando ocorre o processo de colonização de origem europeia no Oeste Catarinense, a presença dos povos indígenas já era consolidada.

Até por volta de 1839 o povoamento não indígena no Oeste, era visto como necessário para o estabelecimento do caminho das tropas que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. Mais tarde, já com a delimitação entre Brasil e Argentina, o governo brasileiro entendi que era preciso estabelecer uma população mais consistente para garantir, de fato, o espaço, então houve um processo de divisão de grandes “fazendas de criação e extração de erva-mate, como principais suportes econômicos regionais dos primeiros tempos” (ROSSETO, 1995, p. 11). Já com a assinatura do Acordo de Limites entre Paraná e Santa Catarina, em outubro de 1916, no final da “Guerra do Contestado”, há uma intensificação na estratégia política de efetivação do povoamento branco no Oeste Catarinense.

⁵⁰ NOELLI, Francisco Silva, A Ocupação Humana na Região Sul do Brasil, 1999-2000.

Mesmo após a emancipação político-administrativa de Chapecó e Cruzeiro (atualmente, município de Joaçaba) ocorrida em 1917, a Região Oeste de Santa Catarina era considerada praticamente “despovoada”, pois os indígenas e caboclos, por possuírem modos de vida diferentes - não produzir excedentes para comercialização e não possuir títulos de propriedade - eram desconsiderados pelas autoridades. Para “povoar” o Oeste e garantir a posse das terras, o governo estadual de Santa Catarina distribuiu glebas de terras “aos que dominavam política e economicamente a região, e que tinham prestígio suficiente para influenciar essas concessões”. Os beneficiados com as concessões montaram empresas colonizadoras para comercializar as terras (PAIM, 1990, p. 125).

Se antes havia a presença indígena e dos caboclos, que sobreviviam da subsistência, agora eram as grandes empresas colonizadoras que coordenavam o fatiamento das terras, vendidas especialmente para os descendentes de europeus, oriundos principalmente do Rio Grande do Sul. As colonizadoras também vão ser decisivas em toda a organização política, econômica, social e cultural da região. Todo esse processo acaba por excluir e inibir a presença das populações indígenas que migram para fugir da política de “limpeza” das terras, vendidas aos grandes e pequenos proprietários que chegavam.

Os povos indígenas e os conflitos agrários no Oeste Catarinense

Atualmente, o Oeste catarinense ainda abriga a maior concentração de população indígena do estado de Santa Catarina. São aproximadamente 7 mil pessoas, grupos de resistência, em meio a uma história de extermínio, alianças e expulsões, distribuídas em áreas já demarcadas ou não. O território já demarcado, no entanto, é muito restrito ao tamanho das demandas dos povos indígenas. A ocupação, no Oeste, corresponde a apenas 0,2% do território do estado, o que também aflora reivindicações e conflitos por novas demarcações.

Os conflitos estão presentes em áreas que abrangem diversos municípios da região e contam com uma quantidade considerável de famílias de agricultores, o que dificulta o entendimento político e o avanço nas decisões e demarcações. Ocorre no Oeste Catarinense a presença das seguintes áreas: Terras Indígenas – TI, Xapecó (entre os municípios de Ipuacú e Entre Rios); Chimbangue (município de Chapecó); Toldo Imbu (município de Abelardo Luz); Toldo Pinhal (município de Seara); Aldeia Kondá (município de Chapecó); Toldo Araçá'i (município de Saudades e Cunha Porã).

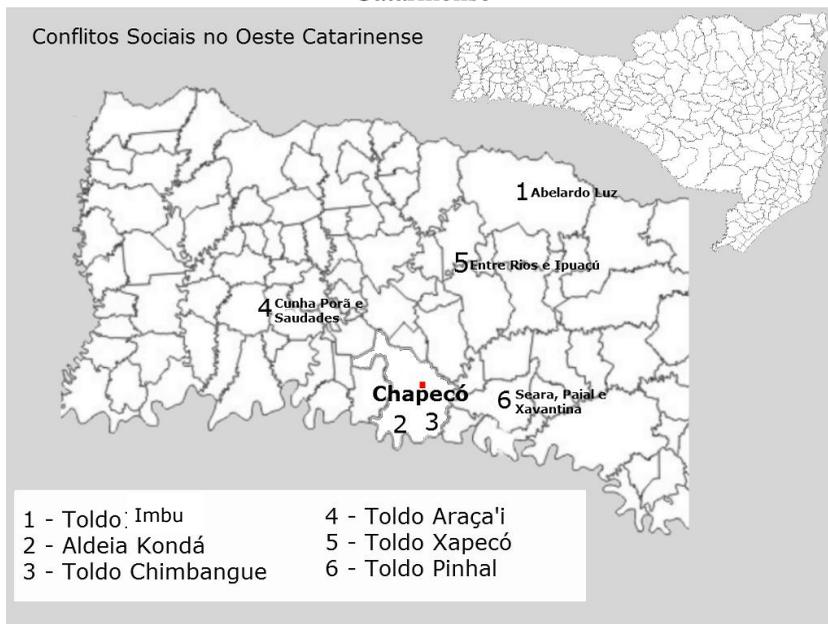
Tabela 1: População indígena no Oeste Catarinense****

	TI e Reservas Indígenas	Povo	População	Municípios	Tamanho (hectares)	Situação Fundiária
01	Toldo Imbu	K	111	Abelardo Luz	1.965	Declarada. Portaria MJ nº 793/07
0	Aldeia	K	679	Chapecó	2.300	Reserva –

2	Kondá					GT 1998***
0 3	Toldo Chimban- gue	K	506	Chapecó	988	Registrada SPU/CRI
					975	
0 4	Toldo Xapecó	K	5.105	Ipuaçu e Entre Rios	15.623	Homologa- da 1991
		G			660	Declarada Portaria MJ 792/07
0 5	Toldo Pinhal	K	97	Seara	880	Registrada SPU/CRI
					3.966	Declarada Portaria MJ 795/07*
0 6	Toldo Araça'i	G	103	Saudades **	2.721	Declarada Portaria MJ 790/07

G – Guarani; K – Kaingang; * Terras Indígenas (TI) com pendência judicial. ** Os Guarani da TI Araçaí encontram-se temporariamente na TI Toldo Chimbangue no município de Chapecó, aguardando a conclusão do procedimento administrativo para ocupar definitivamente a própria terra. *** Reserva Kondá - ainda falta adquirir 200 ha, já identificados. **** Recorte do autor deste artigo com destaque apenas para a população do Oeste Catarinense. Fonte: CIMI SUL, 2012; FUNAI, 2012. In: BRIGHENTI, Clovis Antônio. Terras Indígenas em Santa Catarina, p. 1. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2015/08/terras-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

Mapa 1 – Conflitos sociais envolvendo grupos indígenas no Oeste Catarinense



O toldo Xaçecó

A Terra Indígena Xaçecó foi a primeira área demarcada no Oeste, pelo Decreto n. 7, de 18.06.1902, ainda quando a região não era território de Santa Catarina e sim do Paraná. Seu tamanho era o equivalente a 25 mil ha de terras, reduzido ao longo do tempo⁵¹ e hoje formada por uma área que compreende 15.623 ha. “Segundo a história oral dos Kaingang, a doação constituiu o pagamento pelos serviços prestados pelos indígenas

⁵¹ Para um breve histórico da redução ver:
http://www.portalkaingang.org/index_xaçeco.htm.

liderados pelo Cacique Vaicré, na abertura da estrada que ligava os Campos de Palmas aos do Rio Grande do Sul” (NACKE, BLOEMER, 2007, p. 46).

Para Brighenti (2012, p. 131) “a referida TI incorporou o nome Xapécó apenas em 1941 com a criação do Posto Indígena pelo SPI”, tal proposta visava a nucleação das famílias, o que facilitava o controle da população e liberava terras que posteriormente foram arrendadas, além de gerar renda para o órgão a estratégia era de transformar o indígena em camponês. Com o arrendamento, muitas famílias de pequenos agricultores adentraram na TI Xapécó. Somada a vinda dos arrendatários, em 1967 é implantada ainda uma serraria na área, que extraía cerca de 3 mil dúzias de tábuas por mês.

A presença de camponeses na terra indígena implicava significados diversos para o Estado brasileiro. O principal objetivo era trazer dividendos ao posto indígena, gerar renda, tornar o órgão indigenista autossuficiente economicamente. O controle das receitas era questionado pelos próprios servidores do órgão, como veremos a seguir, o que indica que havia beneficiamento pessoal. O segundo objetivo era atender à economia regional, ou seja, demonstrar à região que a terra indígena era produtiva, que gerava dividendos. Nos diferentes tempos havia pressão sobre a terra indígena em virtude de seu tamanho, de sua riqueza, da “baixa produtividade indígena” por vadiagem de seus ocupantes, então a forma encontrada era inserir a TI na economia regional. Outro aspecto que consideramos relevante diz respeito aos efeitos/resultados que o Estado esperava dos indígenas, seja na mão de obra, fazendo-os trabalharem, seja na inserção do indígena na economia de mercado, fazendo-os abandonarem suas práticas de economia tradicional baseada na subsistência a fim de apressar o processo de integração, de “miscigenação” e transformação em

“trabalhadores nacionais”. A presença camponesa era a fração de um conjunto de aspectos que envolvia as lavouras “comunitárias”, a exploração de madeiras e a repressão. (BRIGHENTI, 2012, p. 143).

A partir deste contexto, com a percepção de que estavam perdendo terras e direitos, os indígenas iniciam uma organização pela garantia e permanência na área demarcada, pela saída dos arrendatários. Esse movimento se intensifica quando em 1974 é criado na Diocese de Chapecó o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que contribuía muito na formação e organização dos indígenas e fazia a mediação com governo, arrendatários e intrusos que ali estavam.

Antes ainda da presença do CIMI, a FUNAI interveio nessas questões. Como o SPI não fazia uma boa fiscalização dos arrendamentos, em 1968 o presidente da FUNAI delibera que fosse feito um Grupo de Trabalho para averiguar a situação da TI, não com o intuito de acabar com as práticas, mas sim de aumentar a renda. As tensões deste período levaram até mesmo a intervenção do exército naquele ano. Segundo os arrendatários a convivência com os indígenas sempre fora pacífica, porém, os indígenas reclamavam que eram tratados como escravos pelos brancos. (BRIGHENTI, 2012, p. 159-173).

Em 1978, a maioria dos arrendatários e os chamados intrusos deixam a Terra Indígena Xaçepó, por conta de uma decisão da FUNAI de desocupação. No entanto, tal decisão teve forte influência dos movimentos indígenas articulados em todo o Brasil e que passam a ter presença de representantes da TI Xaçepó, bem como do fortalecimento dos movimentos dos indígenas de Nonoai/RS e Cobras/PR. Todos contavam com a ajuda e suporte do CIMI.

Mesmo no pós 2015, as comunidades indígenas da TI Xaçepó ainda enfrentavam alguns conflitos relacionados a

questão do arrendamento de terras. No site da Procuradoria da República de Santa Catarina, encontramos a seguinte descrição envolvendo essa prática, que passou a ser novamente investigada em 2012:

Apesar de expressamente proibido por lei e rechaçado inclusive pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o arrendamento de terras indígenas ainda é uma prática comum no Oeste dos três estados da região Sul do país. Por isso, o MPF, ao apurar notícias de irregularidades cometidas por lideranças da TI Xapecó, em Ipuacu/SC, vinha desde 2012 reunindo informações sobre essa prática ilegal, em grande medida fruto da ausência de uma alternativa de desenvolvimento sustentável por parte do Estado brasileiro para as comunidades indígenas do país. (JUSBRASIL, 2015).

A matéria dá a entender a falta de recursos para que as comunidades possam se manter sem ter que apelar pela prática do arrendamento de suas terras. Já no documento do Termo de Ajuste de Conduta – TAC, firmado entre as partes interessadas, o Ministério Público Federal – MPF, amplia esse debate sobre as condições das comunidades afirmando, além do que foi citado na matéria descrita acima, que “[...] após o processo de retomada de suas terras tradicionais, [os indígenas] recebem áreas devastadas, de dimensões reduzidas, sem florestas e com solos empobrecidos pela monocultura, sem apoio para prover seu sustento de forma independente” (MPF, 2015, p. 4).

Como a prática do arrendamento se torna uma saída encontrada contra a escassez de recursos e uma alternativa de sobrevivência, diante do grande desmatamento das matas durante o período em que a serraria atuou e dos primeiros arrendamentos, tal prática novamente aparece na TI Xapecó. No entanto, no processo citado com início em 2012, ocorria um

esquema de arrendamento direcionado para o benefício de lideranças indígenas e uma empresa de consultoria, além dos agricultores arrendatários. Segundo informações colhidas pelo MPF, as parcerias firmadas entre as partes ocorriam de modo que:

[...] os indígenas detentores dos “sítios” receberiam de 20 a 25% da produção, ficando o Cacique com 2% – supostamente destinados a um “Fundo Social” da comunidade – e a empresa de consultoria com outros 2%. O restante da colheita ficava com os agricultores “parceiros” (JUSBRASIL, 2015).

Os agricultores arrendatários, chamados de “parceiros”, chegaram a criar uma associação denominada “Associação dos Produtores Rurais Parceiros da Terra Indígena Xapecó – TI Xapecó”, a qual propôs a elaboração de um “Plano de Gestão Territorial”, que traçava as metas para implementação de tal prática pelos próximos 10 anos. Segundo o MPF, o Plano chegou a ser implantado na safra de 2013/2014, sem que houvesse a preocupação de prestação de contas a comunidade por parte do então Cacique e do Vice-Cacique e Capitão Geral da Terra Indígena⁵². Desta forma, uma das conclusões das investigações foi a de que a prática beneficiava apenas algumas famílias, donas dos sítios arrendados e gerava mais desigualdades e conflitos dentro da TI, “resultando em ‘expulsões’ de famílias da área, violência e até mesmo assassinatos de indígenas” (MPF, 2015, p. 3).

No mapeamento do Ministério Público Federal aparece uma lista com 26 produtores associados, que juntos somavam

⁵² O Inquérito Civil aponta que os envolvidos tiveram suas contas bloqueadas e quebra de sigilo bancário (MPF, 2015, p. 1).

um total de 2.425 hectares de terras arrendadas dentro da TI Xapecó, quase que exclusivamente para o plantio de soja, porém, o Inquérito Civil de investigação chega a citar 3.600 hectares. Deste modo o TAC, elaborado no dia 30 de março de 2015, propõe uma lista de compromissos contendo nove cláusulas, as quais impedem categoricamente a prática e propõe uma nova divisão para a safra daquele ano, que contemple as necessidades dos agricultores e disponibilize o valor dos indígenas em uma conta conjunta a ser utilizada para a elaboração de um programa que assegure a “implementação de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável para a TI Xapecó, definido pelo conjunto daquela comunidade indígena, sob a coordenação da FUNAI, que deverá beneficiar a coletividade da TI Xapecó e assegurar sua sobrevivência cultural” (TAC, 2015, p. 8).

Em setembro de 2015 o IBAMA é acionado para fazer um levantamento dos prejuízos ambientais sofridos na TI Xapecó, que seria incorporado no novo plano de desenvolvimento. Segundo as determinações da Sentença, de 11 de setembro de 2015, proferida pela Juíza do TRF da 4ª região, outras partes foram oficiadas para contribuírem no desenrolar do processo, tais como:

- i) [...] Municípios de Ipuacu e Entre Rios, bem como à Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina e à Epagri, solicitando o auxílio e a disponibilização de técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos para auxílio no desenvolvimento e implementação do projeto da alínea anterior, inclusive com relação à fiscalização da área plantada, da produtividade de cada produtor rural e do resultado da comercialização das lavouras;*
- ii) Oficie-se ao IBAMA para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, realize um diagnóstico da situação ambiental na TI Xapecó, apontando as medidas*

necessárias para correção de irregularidades existentes;
(JUSTIÇA FEDERAL, 2015)

No dia 16 de abril de 2016, a Justiça Federal publicou nova liminar que proíbe expressamente a prática de arrendamento na TI Xaçecó e reafirma os acordos firmados no TAC de 2015. A decisão ainda pode ser recorrida no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre. O processo ainda está em aberto e implica diretamente na vida das famílias indígenas que residem naquela TI. Muitas das famílias sobrevivem do trabalho em frigoríficos da região enquanto esperam a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável.

O toldo Chibanguê

A Terra Indígena Chibanguê está localizada no município de Chapecó-SC, e contempla uma área de 1.963 ha. Sua população é de pouco mais de 500 indígenas Kaingang e cerca 100 indígenas Guaranis, que aguardam a demarcação de nova TI (BRINGHENTI, 2012, p. 199). Esta Terra Indígena apresenta um histórico de conflitos dos mais lembrados dentre todas as do Oeste⁵³ e serve sempre de motivação para as demais reivindicações dos indígenas no estado.

⁵³ Não vamos traçar todo o histórico minuciosamente, esta seria tarefa para outro tipo de trabalho. Para isso, tanto para o caso do Toldo Xaçecó, como para o Toldo Chibanguê, ler: BRINGHENTI, Clovis. *O Movimento Indígena no Oeste Catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. 2012. 613 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 11 dez. 2012. Disponível em:

Em 2015, a TI Chimbangue completou 30 anos de conquista da primeira demarcação, e dentro da programação da memória histórica da “luta e resistência” foi realizada, nos dias 09 e 10 de fevereiro de 2015, a 1ª Assembleia dos Povos Indígenas de Santa Catarina. No documento final dessa atividade é possível encontrar as principais reivindicações dos povos indígenas do estado, em uma pauta elaborada a partir de conflitos de Santa Catarina e do Brasil, especificando questões referentes à: “violência contra os povos indígenas; demarcação de [...] terras, proteção, gestão e sustentabilidade das terras indígenas; atenção à saúde; educação escolar indígena e a afirmação e o respeito aos [...] valores culturais” (Documento ASSEMBLEIA..., 2015).

Neste cenário, é possível perceber que a luta pela terra é o pano de fundo das discussões. Tedesco e Vanin (2013, p. 13) comentam que:

O campo da *luta pela terra*, no caso brasileiro, sempre foi paradigmático [...]; os atores coletivos envolvidos continuam sendo, em linhas gerais, os mesmos, os subalternizados e excluídos das ditas *benesses* da modernidade, em seus modelos de desenvolvimento e de progresso econômico, de legitimar o uso e a apropriação da terra e dos bens públicos. (TEDESCO; VANIN, In: TEDESCO; KAJUWA (Org.), 2013, p.17).

Diferentemente da conjuntura do conflito da TI Xapecó, onde os agentes estavam mais definidos no campo interno e externo a TI e não se percebe um amplo processo de *territorialização* de pequenos agricultores, que naquele caso são arrendatários externos, o caso da TI Chimbangue apresenta um

conflito diferenciado onde é possível perceber os “atores coletivos subalternizados” para além dos grupos indígenas. Neste caso, a luta pela terra se complexifica e as resoluções são mais delicadas e difíceis.

Os principais conflitos no toldo Chimbangue se deram na década de 1980, período em que ocorre sua primeira demarcação. Clovis Brighenti faz um breve resumo sobre o histórico da TI, onde já se percebe indicativos de como se agravaram os conflitos naquela década.

Na região do rio Irani em ambas as margens, no oeste do rio Ariranha e no norte do rio Uruguai, já se sabia, pelo governo do Paraná, que havia presença indígena no início do século XX, [...]. A região envolve atualmente as TI Toldo Chimbangue e Toldo Pinhal. No século XIX as terras foram registradas pelo governo do Paraná, durante o mandato de Francisco Xavier da Silva, em 1891, em nome de José Joaquim de Moraes. Chamava-se fazenda “Barra Grande” e media 61.876.400 m² ou 10,5 léguas quadradas. Concluída a medição, José Joaquim de Moraes vendeu as terras a Luis Vicente de Souza Queiros, filho da Baronesa da Limeira. Posteriormente os herdeiros venderam-nas para a Empresa Colonizadora Luce Rosa S. Cia Ltda. em 1919, que as dividiu em lotes de 24 hectares (uma colônia) e as revendeu a camponeses. Nem José Joaquim de Moraes nem Luis Vicente de Souza Queiros tomou posse das terras. Tratava-se de região de floresta estacional decidual e não propícia à criação de gado, devido ao custo do desmatamento e o relevo montanhoso. O interesse nas terras era para especulação. Ela só vai despertar interesse para a outra prática de uso do solo com os colonos de origem, a partir da terceira década do século XX. (BRIGHENTI, 2012, p. 200).

Com a tentativa de fatiamento das terras pela colonizadora, sua preocupação era a imediata retirada dos indígenas da região. Como não havia reconhecimento por parte do Estado das populações nesta localidade o SPI resolve atender o pedido da Colonizadora *Luce & Rosa* para a relocação dos indígenas para a TI Xaçecó. Com a dificuldade na remoção, a colonizadora revende as terras para os irmãos Severino e Giocondo Trentin, que por sua vez revendem a famílias de agricultores e relocam os indígenas para um lote de 100 ha, onde hoje se encontra demarcado o Toldo Chimbanguê.

Antes, porém, de ser demarcada a terra foi revendida, com ou sem o consentimento dos indígenas, que já viviam no local em sítios divididos entre eles. Sendo cada vez mais isolados na barranca do rio, os indígenas se obrigaram por muitas vezes se tornarem arrendatários de suas próprias terras, para permanecerem no local, no entanto, nem todas as famílias indígenas ficaram nesta localidade. O grande impacto da presença dos agricultores a partir da derrubada das matas fez com que houvesse dispersão das famílias para outras áreas da região, bem como a dificuldade de organização. (BRIGHENTI, 2012, pp. 200-215).

Segundo D'Angelis (1984, p. 76) os colonizadores brancos tentaram fazer uma ocupação “legal” do território indígena, com as famílias remanescentes. A tática dos colonos era fazer com que os indígenas perdessem sua “característica indígena” e assim o direito pela terra, primeiramente dando-lhes aulas de alfabetização e em seguida garantindo que obtivessem documentos como registros de nascimento e título de eleitor. D'Angelis comenta que tal prática era sem dúvida orientada “por políticos regionais, e que visavam descaracterizar a população indígena” (D'ANGELIS, 1984, p. 76).

Depois de muita tensão, ataques e contra-ataques, conflitos, passeatas, como as de 1985, que diferentes trabalhos já abordaram, o Toldo Chimbangue foi parcialmente demarcado em 1986 com uma área de 988 ha, o que gerou a expectativa dos indígenas de que o restante da terra fosse também demarcada rapidamente. No entanto, o processo frágil e lento não levou em conta os quase 2 mil hectares reivindicados e reconhecidos pelos indígenas como seu território. Somente em 2000 a Funai iniciou os estudos complementares para a demarcação e em 2002, uma decisão dada pela Portaria nº 1.535/2002, conferiu a demarcação de mais 975 há, para uma área denominada Toldo Chimbangue II, que contemplaria na época 43 famílias, com cerca de 350 pessoas.

A partir dessa conquista indígena, abriu-se Ação Popular no intuito de invalidar a decisão de demarcação. Foram 8 anos de processo, novos conflitos e tensões, para enfim, em 2010, sair a decisão de manutenção da Portaria de 2002, que garantia terra aos Kaingangues. Segundo a Advocacia Geral da União no período dessa reafirmação da decisão “a situação é de tranquilidade e a maioria dos agricultores já foi indenizada e deixou o local. A decisão judicial favorável à demarcação da reserva deve pacificar a questão” (AGU, 04 out. 2010).

Atualmente ainda há impasses na TI quanto a presença do povo Guarani, que reivindica a demarcação do Toldo Araçã'i nos municípios de Saudades e Cunha Porã. Em 2013 o governo do estado de Santa Catarina sinalizou a compra de uma área de terra no município de Bandeirante no intuito de resolver a questão, porém, houve impasses com a comunidade local, bem como, entre a comunidade indígena. A presença Guarani em terras Kaingangs reintroduz um desgaste histórico entre os povos e novamente apresenta a falta de agilidade nos processos de demarcação, bem como da situação de pequenos agricultores

que vivem na ameaça de também terem de deixar suas casas, caso saia a decisão de demarcação.

O caso do toldo Araça'i

Um dos casos mais delicados de demarcação de terra se encontra na situação do Toldo Araça'i. A população Guarani, neste caso, reivindica a demarcação de 2.721 hectares entre os municípios de Saudades e Cunha Porã, onde se deu a forte atuação da empresa colonizadora Sul Brasil, responsável pelo loteamento das terras naquela região.

De acordo com Brighenti, (2012, p. 18) “inicialmente [a colonizadora] reservou um espaço aos Guarani e, em seguida, conforme os lotes iam acabando, os Guarani foram expulsos e transferidos para a TI Nonoai, no RS. Algumas famílias Guarani ficaram trabalhando como agregados para os camponeses”. Como a assistência se dava apenas a aldeias demarcadas os indígenas ficaram à própria sorte sobrevivendo sem sua terra entre os colonizadores.

Os Guaranis do Toldo Araça'í estão, provisoriamente, nas Terras Kaingangs do Toldo Chimbanguê, até que se chegue a uma decisão sobre a demarcação. Em 2013, o Governo do Estado de Santa Catarina chegou a anunciar a compra de uma área de terra no município de Bandeirante, extremo Oeste, para que as famílias Guaranis fossem transferidas para aquela área. O investimento anunciado foi de 8 milhões para uma total de 800 hectares de terra.

O anúncio feito por lideranças políticas, lideranças do Governo, agricultores e de entidades ligadas aos mesmos, não contava com nenhuma liderança dos Guaranis. A decisão de compra da área de terra para os indígenas, por parte do Governo do Estado, surgiu mesmo depois de uma decisão favorável a

demarcação da Terra Indígena no território reivindicado em 2012, anunciado pelo Ministério da Justiça através de uma Portaria Declaratória. Tal Portaria foi anulada no ano de 2015 depois de relevar um recurso ajuizado dos produtores rurais.

Dias após o anúncio da compra das terras em Bandeirante os indígenas anunciaram, através de uma carta, que não aceitariam a transferência e continuariam a reivindicar o território tradicional. No documento os indígenas expõe sua situação diante do impasse na demarcação:

Reivindicamos nossa terra tradicional desde 1998, sofrendo situações extremas ao longo destes quinze anos: desde a retomada que fizemos e a expulsão que sofremos de nossa terra no ano de 2000, até a proibição judicial de retornar ao estado de Santa Catarina no mesmo período. Desde 2001, estamos vivendo sob 08 hectares da terra indígena Toldo Chimbanguê, do povo Kaingang, no município de Chapecó. O reduzido espaço ocupado não permite o cultivo suficiente para garantir a alimentação na aldeia. Com isso, a dependência da assistência dos órgãos governamentais é acentuada. Entretanto, esta assistência tem sido falha e as consequências são visíveis. (COMUNIDADE GUARANI DO ARAÇÁ'I, 26 nov. 2013)

Aproximadamente 120 famílias de agricultores vivem na área solicitada pelos Guaranis, o que intensifica a tensão e a pressão de ambos os lados para uma decisão favorável ao seu grupo. E embora em 2007 tenha sido assinada uma Portaria Declaratória de demarcação da área indígena, o processo segue em embate e recurso na Justiça Federal no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

O caso do toldo Pinhal

O Toldo Pinhal está localizado entre os municípios de Seara, Paial e Xavantina e compreende uma área já demarcada de 893 hectares, no ano de 1998. Assim como no caso do Toldo Chimbanguê, a área demarcada compreende uma dimensão menor do que a solicitada pelos indígenas. A reivindicação primeira da comunidade indígena do Toldo Pinhal era de uma área de cerca de 9.000 hectares, no entanto a demarcação foi bem abaixo do que os Kaingang esperavam.

De acordo com FERNANDES e PIOVEZANA (2015, p. 120),

Tal situação gerou um desdobramento inesperado para a própria comunidade indígena. Os produtores rurais instalados nas terras incluídas nos 9.000 (nove mil) hectares indicados pelos indígenas passaram a sofrer com esta situação. Uma vez que estas terras foram identificadas como terras indígenas em potencial, houve um decréscimo acentuado nos investimentos públicos e privados na região.

Com a falta de investimentos em estradas o escoamento da produção e o comércio dos pequenos agricultores residentes na localidade foi comprometido, fazendo com que os agricultores também passassem a reivindicar junto a FUNAI a conclusão dos estudos sobre os limites da TI do Toldo Pinhal (Ibdem). Em 2002, um estudo técnico apontou que uma proposta de ampliação do território indígena para, aproximadamente, 4.500 hectares.

Em 2007, há assinatura de uma Portaria Declaratória do Ministério da Justiça, que reconheceu 3.965,93 hectares, que somado a área anteriormente já demarcada, atendem ao proposto pelo estudo técnico realizado em 2002. Os agricultores entraram com recurso da decisão e em 2015 uma decisão do Tribunal

Regional Federal da 4ª Região suspendeu a portaria 795/2007 que ampliava a área demarcada do Toldo Pinhal.

No mesmo ano o Supremo Tribunal de Justiça delega competência de decisão sobre o caso para a 1ª Vara Federal de Chapecó, que já havia manifestado como improcedente o pedido de anulação da Portaria Declaratória de 2007. Ainda ocorrem tensões entre indígenas e agricultores na área em disputa, enquanto se aguarda uma decisão definitiva para o caso da demarcação da ampliação do Toldo Pinhal.

O caso do toldo Imbu

O Toldo Imbú localiza-se no município de Abelardo Luz, onde os indígenas Kaingang reivindicam uma área de 1.965 hectares de terra. Em 2007, o então Ministro da Justiça, Tarso Genro, assinou uma Portaria Declaratória nº 793/2007 que assegurava a área aos 101 indígenas que aguardavam a decisão. A prefeitura Municipal de Abelardo Luz, 42 particulares e 3 empresas entraram com recurso e no ano de 2012, a Justiça Federal negou o pedido de anulação da Portaria e reafirmou a decisão com base na justificativa do laudo antropológico que comprova a ocupação indígena tradicional.

Essa área era parte da TI Xaçecó, demarcada em 1902. A partir do final da década de 1940 os indígenas passaram a ser expulsos deste território e há a redução da área original demarcada. O grupo indígena do Toldo Imbu foi relocado para o Posto do Toldo Xaçecó em 1949 e a partir da década de 1970 ocorre o início da reivindicação pela retomada das terras por parte dos Kaingang.

Aldeia Kondá

As famílias da Aldeia Kondá passaram primeiramente por um processo de conflito com a expansão territorial do perímetro urbano de Chapecó. Sofrendo um processo de invisibilização a partir do crescimento da cidade, os Kaingang mantiveram o reconhecimento do núcleo urbano como seu território tradicional. Mesmo diante deste cenário, a comunidade ainda mantém práticas e a língua da tradição indígena (FERNANDES; PIOVEZANA, 2015, p. 120).

Em 1998, a FUNAI reconheceu o centro da cidade de Chapecó como TI tradicional. Com a impossibilidade da demarcação, se elegeu uma área para a instalação de uma Reserva Indígena, no mesmo município. A área total da reserva demarcada, e sancionada por Decreto Presidencial somente em 2016, é de 2.300 hectares, que levaram em consideração a proximidade com o centro da cidade e fatores de riqueza natural no território. Em 2015, a Aldeia Kondá era formada por 64 famílias de indígenas (Ibidem, p 121).

Com a construção da Barragem do Foz do Chapecó, parte do território até então demarcado foi prejudicado, o que levou há um compromisso da empresa construtora e da FUNAI de adquirirem área de mesmo tamanho da original, que segundo NACKE e BLOEMER (2008, p. 89-90) não aconteceu, visto que somente a FUNAI adquiriu 305,03 hectares que vem sendo ocupado pela comunidade.

Mesmo com o Decreto de 2016 o caso ainda não está resolvido, visto que houve diferentes manifestações contrárias a demarcação total da área da Aldeia Kondá e houve recursos contrários a decisão.

Considerações finais

As diferentes e rápidas decisões do atual governo federal, eleito em 2018, gera diferentes interpretações e preocupações no cenário de demarcação de novas terras indígenas. No Oeste são dois povos (Kaingang e Guarani) consolidados ou em disputa por 6 territórios. Entre similaridades e especificações, cada caso apresenta um histórico amplo e que em alguma medida se entrecruzam no processo de ocupação do território do Oeste Catarinense.

Esse artigo quis dar visibilidade as situações e tensões em cada TI, pois esse desenrolar é de extrema importância para a dinâmica social daquelas localidades. Dentre tantas disputas e conflitos agrários os abordados aqui, especificamente indígenas vivem na tensão entre o entendimento de “progresso” e de “justiça”.

Evidentemente que a abordagem precisou ser rápida e que tem várias ramificações e ampliações a serem feitas em trabalhos mais densos. Muitos já vem sendo propostos, como nos casos das próprias referências deste trabalho. Contudo, se evidencia cada vez mais que o Oeste Catarinense é um amplo palco de disputas pelo território.

Referências

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. *Procuradoria demonstra legalidade de demarcação da reserva indígena Toldo Chimbangue II em Chapecó (SC)*. 04 out. 2010. Disponível em: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/150402. Acesso em: 26. Mai. 2016.

ASSEMBLEIA ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS. *Documento final 1ª Assembleia dos Povos Indígenas de SC – Terra Indígena Toldo Chimbangue, Chapecó – SC. 10 fev. 2015. Disponível em: http://www.diocesechapeco.org.br/2011/index.php?link=vernoci&id_noticia=764. Acesso em: 15 jun. 2016.*

BRIGHENTI, Clovis. *O Movimento Indígena no Oeste Catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. 2012. 613 p. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 11 dez. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100958/3/15363.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 mai. 2016.

FERNANDES, Ricardo Cid; Leonel Piovezana. Perspectivas Kaingang sobre o direito territorial e ambiental no Sul do Brasil. In: *Revista Ambiente e Sociedade* São Paulo, v. XVIII, n. 2, abr-jun. 2015, p. 115-132. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2015000200008&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 02 mar. 2017.

NACKE, Aneliese; BLOEMER, Neusa Maria Sens. A precarização de políticas públicas e suas repercussões na auto-sustentação dos Kaingang do oeste catarinense. In: *ILHA: Revista de Antropologia*. v. 10, n. 1, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2008v10n1p81/14868>. Acesso em: 02 mar. 2017.

NACKE, Aneliese; BLOEMER, Neusa Maria Sens. As áreas indígenas Kaingang no oeste catarinense. In: NACKE, Aneliese

(et al). *Os Kaingang no Oeste Catarinense: Tradição e atualidade*. Chapecó: Argos, 2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Ref.: Inquérito Civil Nº 1.33.002.000450/2013-17*. 2015. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-demarcacao/docs/docs/docs_modelos-de-pecas/tac/tac_arrendamento_ti-xapeco.pdf. Acesso em: 01 jun. 2016.

JUSBRASIL. *Envolvidos em arrendamento ilegal de terras indígenas têm contas bloqueadas*. 2015. Disponível em: <http://pr-sc.jusbrasil.com.br/noticias/152768485/envolvidos-em-arrendamento-ilegal-de-terras-indigenas-tem-contas-bloqueadas>. Acesso em: 01 jun. 2016.

JUSTIÇA FEDERAL. *Ação Civil Pública Nº 5002762-52.2015.4.04.7202/SC. Sentença*. 11 set. 2015. Disponível em: https://eproc.jfsc.jus.br/eprocV2/controlador.php?acao=acessar_documento_publico&doc=721441989950368830230000000001&evento=721441989950368830230000000005&key=3ef06b387e7ba6d841ed82f69234beb1e9708998c2474c966e9b55a5fb7cf624. Acesso em: 02 jun. 2016.

SILVA, Tiago Arcego da. *A práxis política da Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC (1970-1980)*. Erechim: AllPrint, 2018.

TEDESCO, João Carlos; VANIN, Janice. *Ações coletivas de luta pela terra e de defesa de modos de vida: índios, comunidades negras e colonos no norte do RS*. In: TEDESCO, João Carlos; KAJUWA, Henrique Aniceto (Orgs.). *Conflitos*

Agrários no Norte Gaúcho: Índios, negros e colonos. Passo Fundo: IMED: Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

CAPÍTULO X

GESTÃO DA PROPRIEDADE LEITEIRA

Daiane Pegoraro Bochi
Idiane Mânica Radaelli
Marcieli Maccari

Introdução

Segundo Marion e Segatti (2006), o agricultor está se transformando em empresário rural que além de se preocupar com a produção, busca a produtividade e a lucratividade. Seu objetivo é produzir mais com menos recursos e para isso necessita de informações para avaliar, controlar e decidir. Muitas propriedades rurais não fazem controles gerenciais, não sabendo dessa forma se o resultado financeiro é positivo ou negativo (RAMON, 2012).

RAMON (2012) afirma que muitos produtores sabem produzir leite, mas quando se fala em gestão, administração e planejamento, poucos sabem qual é o custo do litro de leite de sua propriedade.

A definição de eficiência de uma propriedade leiteira começa pelo conjunto de despesas e receitas, gerando lucro ou prejuízo, de acordo com Faria (2005) o produtor de leite se preocupa muito com o preço do produto, e esse não justifica sucesso ou fracasso de um negócio. O que interessa é o todo, custo em conjunto com o preço e renda, o que determinará o lucro da atividade.

De acordo com Araújo (2013) a evolução sócia econômica do Brasil, principalmente depois dos avanços tecnológicos,

mudou totalmente a fisionomia das propriedades rurais nos últimos anos com o êxodo rural.

No Brasil, em 1940 a população do meio rural era de 28,2 milhões de pessoas representando 84,36% da população brasileira no ano, já no ano de 2000 a população rural é de 32,1 milhões de pessoas o que representam apenas 18,87% da população brasileira. Conforme a Tabela 1 que representa esse decréscimo populacional rural.

Tabela 1: População rural e urbana 1940 a 2010

Anos	Pop. Total	Pop.Urbana	Pop. Rural	Rural/total	Urbana/total
1940	41,2	13,0	28,2	68,45%	31,55%
1950	51,9	18,8	33,1	63,78%	36,22%
2000	170,1	138,0	32,1	18,87%	81,13%
2010	190,8	160,9	29,8	15,64%	84,36%

Fonte: IBGE (2010)

Segundo o IBGE existem hoje 5.570 municípios em todo território nacional, alguns com população maior que a população de vários países do mundo. A população rural brasileira é de 15,64% do total da população, o que seriam aproximadamente 35 milhões de habitantes. Já a população urbana, chega a 84,36% o que corresponderiam a 185 milhões de brasileiros (BRASIL, 2017).

Do ponto de vista de políticas de governo, no Brasil há duas classes de produtores rurais: agricultura familiar e agricultura empresarial. De acordo com Brasil (2017) a

agricultura familiar, conforme o art. 3º da Lei nº 11.326, de 24-7-06, é a que preenche os seguintes requisitos:

- I – Não detenha, de qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – Tenha percentual mínimo de renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder executivo; (redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011). Os agricultores que não se enquadrarem nessa Lei são considerados agricultores empresariais ou patronais.

O produtor rural deverá estipular para si próprio uma determinada remuneração pelas atividades de gerenciamento do sistema de produção. Para se chegar ao valor é necessário pensar, uma das formas é a seguinte: se o produtor não estivesse desenvolvendo esta atividade de gerenciar a sua propriedade, ele poderia estar exercendo outra atividade, e nessa outra atividade, quanto ele estaria recebendo? Esse valor deve ser utilizado como sendo o valor referente à remuneração do empresário sendo inserido no custo de produção do leite (LOPES e CARVALHO, 2008).

A agricultura empresarial de acordo com Brasil (1964), Lei Federal nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, dispõe sobre o Estatuto da Terra (ET), que em seu artigo 4º inciso VI, “a Empresa Rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explora econômica e racionalmente imóvel rural”, onde o empresário atua com o intuito de gerar lucros e “produzir condição de rendimento econômico da região

em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo”. Ainda na mesma lei, equiparam-se às áreas cultivadas, as pastagens, as matas naturais e artificiais e as áreas ocupadas com benfeitorias. Portanto, o Decreto nº 84.685 de 6 de maio de 1980 em seu artigo 22, alterou a redação do artigo 4º do ET , e define empresa rural sendo:

III - Empresa Rural, o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro das condições de cumprimento da função social da terra e atendidos simultaneamente os requisitos seguintes: a) tenha grau de utilização da terra igual ou superior a 80% (oitenta por cento), calculado na forma da alínea "a" do art. 8º; b) tenha grau de eficiência na exploração, calculado na forma do art. 10, igual ou superior a 100% (cem por cento); c) cumpra integralmente a legislação que rege as relações de trabalho e os contratos de uso temporário da terra.

Para ser considerado como empresa rural precisa utilizar a terra com alcance igual ou superior a 80%, e sua eficiência igual ou superior a 100% (MARQUES, 2011).

A tecnologia é a solução que se encontra para o avanço nos últimos anos de crescimento populacional e de consumo. Isso relata o real crescimento de procura por produtos de origem do agronegócio, e a importância que tem sobre o desenvolvimento urbano. Porém o decréscimo de população do meio rural causa um grande impacto no que diz respeito à

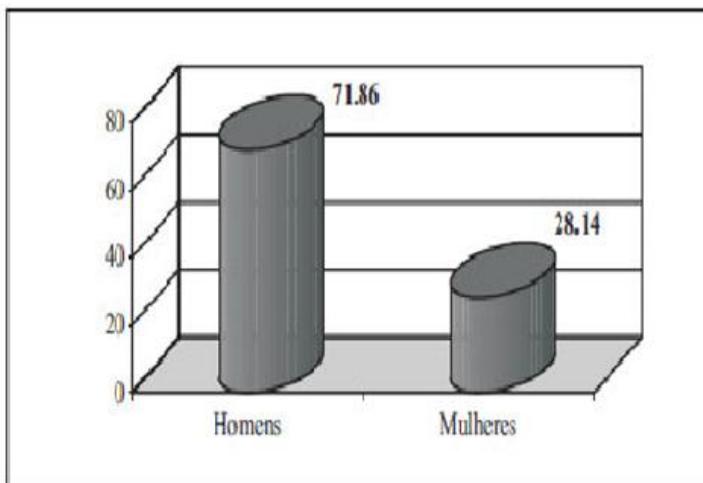
produção, ou seja, o produtor rural é obrigado a produzir para mais pessoas (ARAÚJO, 2007).

A agricultura familiar reúne pontos importantes como a família, o trabalho, a produção e as tradições culturais, portanto, pode ser considerada como aquela que é proprietária e assume os trabalhos no estabelecimento. Essa classificação é independente da área disponível para cada produtor, da renda obtida na atividade, do nível tecnológico praticado ou mesmo do destino que a produção recebe. Entre os agricultores familiares a pecuária de leite é uma das principais atividades desenvolvidas, estando presente em 36% dos estabelecimentos classificados como de economia familiar, além de responderem por 52% do valor bruto da produção total, oriundos do leite (ZOCCAL, R. 2006).

Gerenciar empresas familiares, ao contrário das organizações em geral, representa abalo no poder hierárquico e compartilhamento do patrimônio, não da gestão (GRZYBOVSKI e TEDESCO, 2000).

Grzybovski (2002) descreve que os membros da família que trabalham na empresa, por gênero, são representados por 71,86% de homens e 28,14% de mulheres (Figura 1). A presença feminina é maior nas empresas, cuja família proprietária é de origem italiana (53,19%) e alemã (17,2%). Grande parte das mulheres atuantes nessas empresas são filhas dos fundadores (44,68%) ou esposas (36,17%). Quanto aos cargos ocupados pelas mulheres das famílias empreendedoras, percebe-se que mais da metade delas se encontram no administrativo, ocupando cargos gerenciais (38,30%) ou de diretoria (19,15%).

Figura 1: Membros das famílias em atividade, nas Empresas Familiares, por gênero.



Fonte: GRZYBOVSKI (2002)

O estilo correto de gerenciar empresas familiares se implica na necessidade de apresentar, ao mesmo tempo, trabalhar com as necessidades da família, considerando as histórias, os rituais, e a linguagem utilizada, e elevado grau de estudo, que podem desestabilizar a organização. Ainda, combinar traços de personalidade que provoquem em todos os funcionários uma sensação de envolvimento e participação, independentemente dos conflitos familiares (BOSCARIN, MIGOT e GRZYBOVSKI, 2002).

Gerenciamento rural é um ramo da ciência da administração em conjunto com as características peculiares do agronegócio que exige adequações das ciências administrativas. Uma gestão eficiente é aquela de se adapta a mudanças e as faz

acontecer conforme as necessidades da unidade de produção, seu crescimento e rendimento financeiro (EMBRAPA, 2010).

De fato, a aplicação dessas ferramentas poderia permitir aos agricultores familiares atender condições essenciais para ter acesso a canais importantes de distribuição de produtos alimentares. Muitas vezes o principal problema dos agricultores familiares não se encontra nas técnicas agropecuárias que, dentro da realidade de cada produtor, estão plenamente disponíveis (BATALHA e BUAINAINI, 2005).

Um dos pontos fundamentais de organização é o planejamento forrageiro, este dependente de condições climáticas sazonais de cada região. Fatores esses que determinam as variações de preço dos insumos, processamento e transformação da matéria prima e logística. ARAUJO (2013).

Toda atividade econômica necessita de parâmetros avaliativos de seu desempenho, e na bovinocultura leiteira além das análises financeiras devemos realizar avaliações sistemáticas de seus índices zootécnicos (NOBREL e COUTINHO, 2009). Ainda os autores destacam que tendo em mãos tais instrumentos de controle, o empresário tem condições de identificar possíveis falhas técnicas ou administrativas, aprimorar ou introduzir novas tecnologias, planejar suas ações, evitar prejuízos e tornar mais competitiva e rentável sua atividade.

Para obter bons resultados na atividade leiteira, de acordo com Ramon (2012), é necessário que a administração e o controle das atividades sejam bem rigorosos, anotando além dos itens citados, as datas de parto, cio, cobrição, secagem, abortos de cada animal, bem como o peso das terneiras uma vez por mês.

Indicadores zootécnicos apresentados por Nobrel e Coutinho (2009), Almeida (2012) bem como Camargo e Novo (2009), podemos afirmar que são necessárias duas linhas de

controle. O Quadro 1 divide as duas linhas: Linha 1: Situação geral do rebanho onde mede-se a participação de cada categoria animal em relação ao total do rebanho tendo como seus principais indicadores as proporções. Linha 2: Avaliando os índices produtivos da fazenda, onde pode-se medir a eficiência dos fatores de produção em relação aos animais, mão de obra e terra, tendo como principais indicadores:

Quadro 1: Linhas de controle

LINHA 1	LINHA 2
Vacas no rebanho (%)	Leite produzido total, mensal e diário
Vacas em lactação (%)	Produção diária por animal (l)
Vacas secas (%)	Produção por hectare diário (l)
Vacas prenhes e vazias (Taxa de Prenhês) (%)	Produção em litros de leite por trabalhador por dia (litros/%)
Novilhas (%)	Carga animal, (animais/ha)
Bezerras (%)	Teores de gordura e de proteína no leite (%/médias)
Descarte e taxa de reposição de vacas (%)	Contagem de células somáticas (%/médias).
Dias em lactação (dias)	
Dias em aberto e intervalo entre partos (dias)	
Idade ao primeiro parto (dias)	
Crescimento do rebanho (%).	

Fonte: Nobrel e Coutinho (2009), Almeida (2012) e Novo (2009).

Conforme Nobrel e Coutinho (2009) o produtor dispendo de todos esses dados, poderá visualizar o desempenho de seu rebanho leiteiro e definir ações no sentido de identificar possíveis falhas técnicas ou administrativas, aprimorar e ou introduzir novas tecnologias, evitar prejuízos e tornar mais rentável sua produção.

Gestor rural

O papel do administrador rural é planejar, controlar, decidir e avaliar os resultados, visando á maximização dos lucros, a motivação, o bem estar social do gestor e a satisfação dos empegados, clientes e comunidade. Para que estas decisões sejam eficazes, o administrador deve conhecer os fatores que afetam os resultados econômicos, e quais são os de natureza externas (preço do produto, clima, transporte) e internos (tamanho da empresa, rendimento e eficiência). (SANTOS, MARION e SEGATTI. 2009).

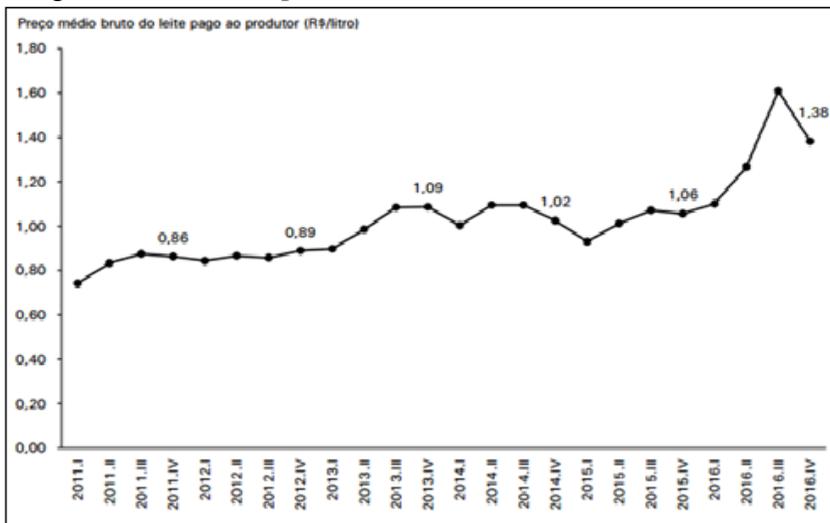
As análises de dados também são funções de um gestor rural, assim como diferenciar custos de despesas durante o processo produtivo. Uma diferença fundamental entre custo e despesa é a característica em que o produto sendo produzido tem despesas durante sua produção, e esse valor precisa ser somado para chegar ao valor (preço) (SANTOS, MARION e SEGATTI. 2009).

Com a apuração dos custos de produção, podem-se adotar estratégias gerencias na intenção de minimizá-los e aumentar a lucratividade (BUZA, LA HOLDEN e ISHLER, 2014), avaliar o efeito da escala de produção, do tipo de sistema de criação e mão-de-obra, bem como comparar a rentabilidade de sistemas de produção. (LOPES; REIS; YAMAGUCHI, 2007).

Segundo o IBGE (2016), no Brasil o 4º trimestre de 2016 houve a aquisição de leite cru feito pelos estabelecimentos que atuam sob algum tipo de inspeção sanitária (Federal, Estadual ou Municipal) de 6,24 bilhões de litros. Esse volume foi 6,7% maior que o registrado no trimestre, e é caracterizado pelo pico da produção de leite no ano, resultado, entre outros fatores, da melhoria das condições das pastagens com a chegada das chuvas nas principais regiões produtoras a partir do final do trimestre anterior, resultando em melhor desenvolvimento das pastagens e redução dos custos de produção.

Figura 2: Evolução da quantidade de leite cru adquirido pelos

Figura 2: Laticínios, por trimestre - Brasil - trimestres 2011-2016.



Fonte: IBGE (2016)

Nogueira (2009) afirma que os gestores precisam avaliar as oportunidades de investimentos em relação ao potencial produtivo da unidade, a estrutura da unidade de trabalho, seus conjuntos físicos, habilidades humanas e competências tecnológicas são fatores que agregam investimentos diversos.

Os gestores precisam ter noções sobre conceitos básicos de economia, juros, taxas de juros, capitalizações, fluxo de caixa, capital. Conhecer a situação financeira da unidade de produção seja ele consultor ou funcionário direto, auxilia no planejamento estratégico anual da produtividade (NOGUEIRA 2009).

Considerações finais

A administração rural, como ferramenta de gestão, ainda é pouco explorada. É necessários sensibilizar os produtores dos resultados que podem ser alcançados com a administração rural da propriedade, através da racionalidade na tomada de decisões, com embasamento técnico, em prol de uma boa produtividade e organização da unidade, de modo a ajustar todas as atividades para que se tenha sustentabilidade na propriedade. A partir da conscientização do produtor acerca da importância do gerenciamento da sua propriedade, e de que a gestão rural pode trazer melhores resultados para seu empreendimento, será possível permitir a sobrevivência das propriedades rurais, de modo especial das propriedades familiares, que possui inúmeras particularidades.

Referências

ALMEIDA, Rodrigo de. 10 Índices Zootécnicos que todo produtor de leite deveria conhecer, 2012. Disponível em <<http://www.bovinos.ufpr.br/Aula%201.pdf>>. Acesso em Outubro de 2017.

ARAÚJO, Malisson J. *Fundamentos de agronegócios*. 2ª ed. 2013.

ARAÚJO, Malisson J. *Fundamentos de agronegócios*. 5ª ed. 2017.

BATALHA, Mário Otáio; BUIAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA, Hildo Meirelles Filho; *Tecnologia de gestão e agricultura familiar*. 2005. Disponível em:

<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Tecnologia%20de%20Gest%C3%A3o%20e%20Agricultura%20Familiar.pdf> acessado em: 9 de Maio. 2017.

BRASIL. Lei/111326. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/111326>. Acesso em 22 out, 2017.

BUZA, Mh; LAHOLDEN,; ISHLER, Va. *Avaliando o efeito da composição da ração na renda Sobre o custo de ração e a produção de leite*. 2014. Jornal da ciência da leiteria.. Disponível em: <[Http://www.journalofdairyscience.org/article/S0022-0302\(14\)00169-6/pdf](http://www.journalofdairyscience.org/article/S0022-0302(14)00169-6/pdf)>. Acesso em: 12 maio 2017.

CAMARGO, Artur Chinelato de; NOVO, André Luiz Monteiro. Manual da planilha de avaliação da propriedade leiteira 14ª versão EMBRAPA - Pecuária Sudeste, São Carlos, SP Junho 2009.

EMBRAPA, Gado de leite; *Manual de bovinocultura de leite*. 2010.

FARIA, V. P. Desempenho zootécnico – econômico: Como avaliar. Balde Branco. São Paulo, n. 486, p. 26-29. abril. 2005.

GRZYBOVSKI, D. BOSCARIN, R. MIGOTT, Ana Maria BELLANI. *Estilo feminino de gestão em empresas familiares gaúchas*. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141565552002000200011&script=sci_arttext> acesso em 10 mai.2017.

GRZYBOVSKI, D.; TEDESCO, J. C. *Empresa familiar: tendências e racionalidades em conflito*. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2000.

IBGE. Indicadores IBGE Estatística da Produção Pecuária. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fonte: Portal Brasil, com informações do IBGE, junho, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Daiane/Downloads/abate-leite-couro-ovos_201601caderno.pdf>. Acesso em: 18 abril. 2017.

IBGE. *Rebanho bovino brasileiro cresce e chega a 212,3 milhões de cabeças de gado*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Fonte: Portal Brasil, com informações do IBGE, 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/10/rebanho-bovino-brasileiro-cresce-e-chega-a-212-3-milhoes-de-cabecas-de-gado>>. Acesso em: 18 abril. 2017.

LOPES, Marcos Aurélio; CARVALHO, Francisval de Melo. *Gestão na pecuária de leite : custo de produção e análise de rentabilidade*. / Marcos Aurélio Lopes. -- Lavras : UFLA/FAEPE, 2008. 137 p.

LOPES, P F; REIS, R P; YAMAGUCHI, L C T. *Custos e escala de produção na pecuária leiteira: estudo nos principais estados produtores do Brasil*. 2007. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Disponível em: <<Http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n3/a02v45n3.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

MARION, José Carlos; SEGATTI, Sônia. *Sistema de gestão de custos nas pequenas propriedades leiteiras*. 2006. Disponível em:

<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v2/Sistema%20de%20custos.pdf> acessado em: 18 abril. 2017.

MARQUES, Benedito Ferreira. *Direito Agrário Brasileiro*. 9 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

NOBREL, Fernando Viana; COUTINHO, Renata Maria Alves. Indicadores de avaliação do desempenho zootécnico de bovinos leiteiros. In: *Bovinocultura leiteira: informações técnicas e de gestão*. Natal, RN. Editora SEBRAE/RN.320 p. 2009

NOGUEIRA, Edmilson. *Gestão agroindustrial: análise de investimentos*. São Paulo: Atlas, 2009. 204 a 2285 p.

RAMON, Jonas Marcelo. *Análise de Controles Gerenciais Simplificados de Empresas Rurais Leiteiras de Guarujá Do Sul – SC*. 2012. UNOESC, São Miguel do Oeste.

SANTOS, Gilberto José dos. MARION, José Carlos. SEGATTI, Sônia. *Administração de custos na agropecuária*. 4º ed.2009. 05 a 18p.

ZOCCAL, R. et al. *Produção de leite na agricultura familiar*. São Paulo. 2006.

CAPÍTULO XI

O TRABALHO ESCRAVO E A OCORRÊNCIA DA ESCRavidÃO RURAL CONTEMPORÂNEA NO RIO GRANDE DO SUL

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Eduardo Schiavone Cardoso

O tema proposto para investigação, trabalho escravo rural contemporâneo no Rio Grande do Sul, vem ganhando visibilidade significativa nos últimos anos, ainda que possamos encontrar estudiosos, que se recusam a aceitar a denominação de *trabalho escravo* para relações de produção fundadas no trabalho compulsório, estabelecidas após a promulgação da Lei Áurea, em 1888, por identificar o fenômeno da escravidão com o modelo vigente durante o Brasil Colônia e Império. Ainda diante dessa resistência, é crescente a utilização do termo consagrado inclusive em textos legais, bem como em projetos e planos estatais quer de natureza federal ou estadual.

Na contemporaneidade identificamos um aparente paradoxo: aumento do trabalho escravo contemporâneo, tanto no espaço rural como no urbano, diante do acentuado desenvolvimento tecnológico, de tal sorte que o trabalho escravo persiste e cresce como uma forma de trabalho ilícito, ganhando diferentes características, ainda que a principal e estruturante, diga respeito à realização de trabalho imposto pela força. Daí a privação da liberdade de ir e vir e o desrespeito à dignidade da pessoa humana, serem vedadas por orientações constantes nos dispositivos legais estaduais, nacionais e internacionais.

Mesmo diante desse contexto, são poucos, os trabalhos acadêmicos que tratam do tema em foco, havendo, entre esses poucos, um volume de investigações que priorizam aspectos jurídicos das ações utilizadas no combate a essa modalidade de trabalho.

Também é importante ressaltar o expressivo destaque midiático ao tráfico internacional de pessoas que são colocadas em situação de escravidão, de tal sorte a sensibilizar a opinião pública, bem como trazer à comunidade científica um ‘novo’ problema para investigação.

Para a elaboração desta investigação elegemos como temática principal o estudo do trabalho escravo rural contemporâneo no Rio Grande do Sul (Figura 1), destacando alguns de seus condicionantes históricos, sociais, políticos e econômicos, priorizando as ações estatais propostas pelo Estado brasileiro e pelo poder público estadual.

Figura 1: Localização do Estado do Rio Grande do Sul.



Org.: Mourad, L. A. de F. A. P.; Dambros, G., 2015.

O interesse pela questão surgiu quando trabalhamos no Mato Grosso, local de uso notório de trabalho escravo contemporâneo rural, causando-nos surpresa e curiosidade a identificação destas práticas no Rio Grande do Sul, região onde ainda hoje grande parte da população ignora existir esta modalidade laboral.

Destacamos ainda a constituição da COETREA-RS e a elaboração do *1º Plano Estadual Para a Erradicação do trabalho Escravo*, lançado no último dia 28 de fevereiro de 2014, fato que foi objeto de uma significativa publicidade em todo o país, por uma ideia muito presente no imaginário coletivo sul rio-grandense, que no estado, em razão de indicadores sócio econômicos positivos, inexistente trabalho escravo.

Mais recentemente a questão do tráfico de pessoas e do trabalho escravo aparece para o grande público em razão da Campanha da Fraternidade de 2014, que teve como tema “Fraternidade e Tráfico Humano” e o lema “É para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5, 1).

Quando das primeiras leituras para a elaboração do projeto, para ingresso no Mestrado, ficamos surpresos com as crescentes denúncias de trabalho escravo no estado, desde meados da década de 1980, corroborando a assertiva que a convivência com o trabalho forçado no Brasil e no Rio Grande do Sul é de longa data, tendo constituído a nossa história, além de deixar profundas marcas nas relações de trabalho. No período colonial e imperial da história do Brasil, a escravidão foi política de Estado, além de ter sido o esteio do sistema produtivo, hoje a mesma se coloca como uma estratégia de maximização da exploração do trabalho.

Mesmo diante do avanço tecnológico, da proteção e evolução dos direitos individuais e coletivos, o Brasil convive ainda hoje com o trabalho forçado, especialmente aquele

decorrente do endividamento ilícito do trabalhador que, em razão disso, passa a trabalhar de forma compulsória, em situação descrita pela legislação nacional e internacional como ‘escravidão por dívida’, inobstante que o reconhecimento oficial da existência de trabalho escravo contemporâneo, tenha ocorrido somente no ano de 1995.

Atentamos para o fato de que nosso tema de investigação guarda uma significativa interface com questões presentes no cenário mundial, questões essas diretamente relacionadas às transformações no mundo do trabalho e um crescente processo de exclusão social, daí um esforço de pensar nosso recorte espacial intimamente ligado ao cenário nacional, em uma abordagem orientada pelo materialismo histórico, para a qual a categoria totalidade é um elemento central, além de ser a abordagem mais adequada para problematizarmos o paradoxo entre trabalho escravo e desenvolvimento tecnológico (dimensão regressiva e dimensão espectral do trabalho).

Justificando a escolha pelo tema, destacamos que os dados referentes ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil e no Rio Grande do Sul, são um tanto imprecisos, tanto no que diz respeito à quantificação, quanto a aspectos qualitativos das vítimas desse tipo de trabalho. Os dados disponibilizados e resultantes da atuação dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel, responsáveis pela repressão, informam o crescimento do ‘resgate’ de trabalhadores nesta situação, ainda que saibamos que esse número expressa apenas uma parte da realidade, sendo inúmeros os casos de denúncias não investigadas e/ou investigadas sem a caracterização de trabalho escravo.

A Comissão Pastoral da Terra, entidade historicamente ocupada com esse tema, cujas reiteradas denúncias a organismos internacionais de proteção de direitos humanos culminou no reconhecimento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

O que implicou na assunção do compromisso de reprimir e erradicar essa forma de trabalho estima que, para cada trabalhador resgatado devem existir, aproximadamente de três a cinco trabalhadores nesta situação que não são encontrados pela fiscalização.

Independentemente do aspecto numérico desse fenômeno, que não é desprezível, o esforço - ora discursivo, ora fático - do Estado Brasileiro e do Governo do Rio Grande do Sul, pressionados por entidades da sociedade civil organizada em denunciar, combater e erradicar essa modalidade de trabalho vem ganhando visibilidade, o que já justificaria a investigação em curso, uma vez que o uso do trabalho escravo contemporâneo, além de caracterizar-se como uma violação de preceitos de natureza trabalhista e previdenciária, sobretudo caracteriza-se como violação à dignidade da pessoa humana, valor esse universal e inalienável.

No que diz respeito à metodologia utilizada nesta pesquisa, tomamos como referência as definições citadas por Severino (2000) e Triviños (2002), cuja descrição vem a seguir.

No que tange à abordagem do problema, a pesquisa é do tipo qualitativa, pressupondo a compreensão dos diferentes fenômenos presentes na realidade estudada, ainda que venhamos a utilizar variáveis de natureza quantitativa, coletadas nos dados disponibilizados pela OIT, MTE, MPT, CPT, Poder Público Estadual e Federal, Polícia Federal, etc..

Devemos esclarecer que os dados sobre o tema são, em sua totalidade, resultantes do banco de dados do MTE, elaborados com base nas ações do Grupo Móvel e nos dados retirados do seguro-desemprego, que aqui serão utilizados como fontes primárias, pois são disponibilizados pelo poder público. Utilizamos o estudo *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil*, publicado pela OIT no ano de

2011, que resultou de uma pesquisa que apresenta informações de 121 trabalhadores resgatados que foram entrevistados durante pesquisa de campo que acompanhou operações do Grupo Móvel (GEFM), entre outubro de 2006 e julho de 2007. Os dados retirados desses trabalhos ainda que datem de 2007, são os mais expressivos sobre o perfil de trabalhadores resgatados e aqui serão tratados como fonte secundária.

Os dados da pesquisa de campo antes mencionados foram cotejados com o banco de dados do MTE, elaborado a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que contém informações sobre idade, sexo, naturalidade e procedência de 9.762 trabalhadores resgatados no Brasil (de novembro de 2002 a março de 2007).

A pesquisa em tela consistiu-se em uma investigação que objetivou identificar as diferentes concepções acerca do trabalho escravo rural contemporâneo, conceito marcado por uma significativa polissemia, em razão das utilizações possíveis por diferentes sujeitos sociais, ainda que seja importante reiterar a seriedade e rigor da legislação e políticas que orientam o combate e enfrentamento a essa modalidade desumana, mas crescente de relações laborais.

Com o intuito de evidenciar as disputas entre os grupos sociais, quando da utilização desse conceito, realizamos um esforço de sistematização no que tange a buscar a historicidade dessa definição, além de relacionar as diferentes denominações com as transformações no contexto sociopolítico em que vivemos, tomando como referência as ações estatais de combate e enfrentamento a essa modalidade de trabalho. Privilegiamos, nesse contexto, as ações dos Auditores do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, orientadas pelos dispositivos constantes no I e II Plano Nacional de Erradicação

do Trabalho Escravo, uma vez que decorrem daí os dados que dispomos acerca dessa modalidade de trabalho.

A eleição do tema de estudo decorre de elementos de natureza individual e social, que dizem respeito à nossa aproximação com o assunto em razão da atividade como docente e pesquisadora de questões agrárias e relações de trabalho estabelecidas no campo, em grupo de pesquisa que pertencemos da UFMT.

Desde o primeiro contato com o tema, o mesmo nos interessava, decorrendo daí a escolha para estudo. Naquele momento, fomos fortemente influenciados pela necessidade de sistematizar o tema buscando relações entre temáticas fundiárias e temáticas laborais.

Quando da escolha do tema para investigação no mestrado, verificamos a pouca visibilidade acadêmica do mesmo, especialmente no campo das ciências humanas. As pesquisas acadêmicas são, majoritariamente, feitas por estudiosos da área do direito do trabalho e do direito penal.

As leituras realizadas até o momento permitem que possamos inferir que essa reduzida visibilidade decorra da crescente e, a nosso juízo, equivocada perda de centralidade da categoria trabalho, na área das ciências sociais, o que pode ser percebido a partir da denominada ‘guinada cultural’ ou ‘guinada linguística’.

Feitos esses apontamentos, passaremos a sintetizar os resultados obtidos ao final dessa investigação, cabendo destacar que muito ainda se faz necessário para a compreensão do trabalho escravo rural contemporâneo, inegavelmente decorrente de múltiplos fatores de natureza econômica, social e cultural e que permitem uma configuração espacial diretamente relacionada aos novos arranjos produtivos incidentes no setor primário brasileiro e sul riograndense.

A escravidão contemporânea tem como característica a constituição de relações de trabalho forçado por curto período de tempo, mesmo que, para grande parte de suas vítimas, com especial destaque aos trabalhadores rurais brasileiros atingidos por ela, possa se estender em diferentes situações, por muito tempo, em razão da reiteração de relações socioeconômicas que vulnerabilizam um conjunto de trabalhadores, de tal sorte a potencializar atividades laborais desumanas e indignas.

O trabalho escravo contemporâneo caracteriza-se como um processo de coisificação do trabalhador, atingindo toda a esfera da dignidade da pessoa humana, que se vê atacada não apenas em sua liberdade e igualdade, mas em sua própria condição de ser humano, daí decorrendo sua imbricação com a temática dos direitos humanos.

O trabalho escravo rural no Rio Grande do Sul, objeto de nossos estudos, diz respeito à submissão a condições subumanas de trabalho e de vida, como a utilização de trabalhadores recrutados por *gatos*/empreiteiros, sem o cumprimento da legislação trabalhista; mediante falsas promessas, sendo transportados de forma irregular e inadequada; submissão do trabalhador a jornada exaustiva, tanto na duração quanto na intensidade do trabalho. Acresce a isso o não pagamento de salários em espécie, à cobrança pelos instrumentos necessários à prestação dos serviços e pelos equipamentos de proteção individuais, ao não fornecimento de materiais de primeiros socorros e à submissão dos trabalhadores a tratamentos cruéis, desumanos ou desrespeitosos.

O trabalho escravo contemporâneo coloca-se como um problema de dimensões planetárias, conforme dados disponibilizados pela OIT. No caso latino-americano e brasileiro, o mesmo tem características predominantemente rurais, ainda que seja crescente o número de trabalhadores

escravos ocupados em atividades urbanas, já caracterizando tráfico internacional de pessoas.

Tanto no espaço urbano como no rural, a escravidão contemporâneo decorre daquilo que a OIT denomina de ‘trabalho forçado decorrente de servidão’, via de regra, resultante de endividamentos ilícitos, provocando a coação moral, que resulta do fato do empregador, aproveitando-se da reduzida escolaridade e da honra pessoal dos trabalhadores, exigir valor que não são devidos.

Aos trabalhadores são impostas dívidas fraudulentas, com o fim de impedir que eles deixem o serviço. Quanto ao trabalho escravo urbano, que não foi alvo desse estudo, podemos destacar que o mesmo é agravado pela irregularidade da entrada ou permanência de trabalhadores estrangeiros no país.

A coação psicológica se verifica quando os trabalhadores sofrem ameaças à sua integridade física e/ou psíquica, para que permaneçam trabalhando, ou na coação física, quando estamos diante do uso efetivo da violência, dos castigos e punições, como instrumento de controle da força de trabalho, sendo importante referir a coação moral, assentada em pressupostos que dificultam de forma expressiva a ruptura dos vínculos de submissão dos trabalhadores escravizados.

Ainda que estejamos diante de uma aparente atualidade dos debates sobre o *trabalho compulsório* e, conseqüentemente, de seu combate, devemos destacar que é de longa data a existência e permissividade para com o trabalho forçado no Brasil, o que pode estar assentado no trabalho compulsório existente até os idos do império, cujas marcas expressivas nas relações de trabalho prioritariamente no espaço rural, evidenciam o quão distante estamos ainda de relações de trabalho de natureza contratual.

A relevante atuação de entidades da sociedade civil, com especial destaque à CPT, tem contribuído de forma significativa para o enfrentamento do trabalho escravo, ainda que essas medidas estejam muito aquém do problema como um todo, uma vez que a própria CPT afirma, e o Estado brasileiro reconhece que, para cada trabalhador resgatado, devam existir, aproximadamente, 19 trabalhadores nessa situação que não são encontrados pela fiscalização.

Salientamos ainda que foram as demandas e pressões dessas organizações, além das recorrentes denúncias das mesmas a organismos internacionais de proteção de direitos humanos, que obrigaram o governo brasileiro a reconhecer, no ano de 1995, a existência de trabalho escravo no Brasil, naquele momento concebido como uma exclusividade do trabalho rural.

Até o reconhecimento, o país tratava o tema como uma infração a dispositivos legais de natureza trabalhista, ainda que fosse signatário da Convenção n.º 29, de 1930, e da Convenção n.º 105, de 1957, ambas da OIT.

Desde o reconhecimento, essa modalidade de trabalho é concebida como infração trabalhista e como grave violação aos direitos fundamentais, ao princípio da dignidade da pessoa humana e à função social da propriedade rural, tema esse ainda muito discutido em função da Proposta de Emenda Constitucional do Trabalho Escravo transformada em norma jurídica pela publicação da EMC 81 de 05-06-2014.

Destacamos ainda que, como decorrência do reconhecimento da existência de trabalho escravo pelo governo brasileiro, foi editada a Portaria n.º 265, de seis de junho de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego, que criou e regulamentou as normas para a atuação dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel (GEFM), compostos predominantemente

por Auditores Fiscais do Trabalho, que têm a atribuição de investigar e combater ao trabalho escravo.

A atuação do Grupo Móvel, as Ações Cíveis Públicas e Termos de Ajustamento de Conduta propostos pelo Ministério Público do Trabalho são identificados como alguns dos mecanismos coercitivos mais importantes para o enfretamento do problema: o primeiro por permitir o resgate das vítimas e o início dos procedimentos visando à punição dos responsáveis pela escravização, e os demais por possibilitar a condenação daqueles que utilizam essa modalidade de trabalho.

Instrumentos igualmente importantes para o combate ao trabalho escravo dizem respeito à efetivação ainda muito reduzida do dispositivo constante no artigo 186, III e IV da Constituição Federal, que estabelece a possibilidade de desapropriação de propriedades que utilizam trabalho escravo, pelo descumprimento da função social.

A EMC 81, que modifica o artigo 243 da Constituição Federal na medida em que propõe, não sem resistência de importantes segmentos dos grandes proprietários, o perdimento da propriedade dos que utilizam trabalho escravo, não havendo que se cogitar em nenhum tipo de indenização, o que inevitavelmente provocará inúmeros debates judiciais quando e se ocorrer a efetivação da previsão constante na proposta.⁵⁴

⁵⁴ Art. 1º O art. 243 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º.

Um instrumento importante nas políticas de enfrentamento ao trabalho escravo diz respeito ao Cadastro de Empregadores, conhecido como ‘Lista Suja’, criado pela Portaria 540, de 15/10/2004, na qual o governo federal, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE deu publicidade de dados de empregadores flagrados mantendo trabalhadores em condições de escravidão. Essa medida do poder público evidencia um esforço em causar um constrangimento moral a esses empregadores.

Em 2005, a referida portaria foi modificada, incluindo-se dispositivo que determina a comunicação dos dados cadastrados ao Banco Central, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com o propósito de impedir o acesso a financiamentos públicos. Cabe destacar que, no II Plano Nacional, consta dispositivo para estender esta restrição de financiamento aos bancos privados, o que já é uma orientação da Federação dos Bancos Brasileiros.

Nesse sentido é possível identificarmos um avanço expressivo, pois estamos diante da proibição de liberação de recursos através de financiamento para pessoas físicas ou jurídicas que utilizam trabalho escravo, o que pode coibir o uso dessa modalidade de trabalho.

A publicidade dada pela ‘lista suja’, bem como pela identificação feita pela Repórter Brasil das cadeias produtivas que, em algum momento, se utilizam do trabalho escravo, têm contribuído de forma significativa para a exposição midiática do tema da escravidão contemporânea, além de facilitar o debate.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei." (NR)

No mesmo sentido, devemos destacar a importância das campanhas midiáticas (algumas delas em anexo) promovidas pela CPT, Repórter Brasil, Instituto Ethos, OIT e outras organizações, possibilitando o conhecimento e a discussão do tema, sendo que esse material é distribuído em locais de notória tradição na utilização e/ou recrutamento de trabalhadores submetidos à escravidão rural contemporânea, que, em que pese ter sua incidência predominante no norte e centro-oeste do país, hoje é identificado em todos os estados brasileiros, conforme verificamos pelos dados e, principalmente, pelos indicadores constantes no *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*, instrumento importante para auxiliar a formulação de políticas preventivas à escravidão.

A OIT (2006), reiteradas vezes tem apontado como exemplar os esforços do Estado brasileiro no sentido de repressão ao trabalho escravo, mesmo afirmando, com o que concordamos plenamente, que as medidas preventivas e de reinserção dos trabalhadores são bastante reduzidas. A necessidade de políticas de reinserção/prevenção foi apontada inclusive no II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, como medidas que, combinadas com ações específicas destinadas à geração de emprego e renda, reforma agrária, educação básica e profissionalizante, permitirão a superação dessa prática laboral.

No que tange a ocorrência do trabalho escravo rural no Rio Grande, destacamos que, comparativamente a outros estados do Brasil, os casos aqui identificados são menos expressivos, ainda que dotados da mesma gravidade.

O manuseio de acervos da CPT-RS que não foram fontes utilizadas neste trabalho, em razão da escolha por investigar a ação estatal, bem como dados constantes no Relatório Azul, evidenciam o quão recorrente são as denúncias de trabalho

escravo no Rio Grande do Sul, cujas primeiras denúncias encontramos em meados da década de 1980.

O aliciamento no Rio Grande do Sul apresenta características um tanto diferenciadas, pois não identificamos, a rigor, a figura clássica do ‘gato’, havendo isso sim uma significativa formalidade dos agentes responsáveis pelo aliciamento, com destaque a cooperativas e empresas legalmente constituídas. Isso implica em um refinamento perverso das relações laborais desumanas que utilizam do trabalho escravo combinadas com relações laborais aparentemente contratuais, o que nos obriga a pensar no impacto da ‘terceirização’ das relações laborais, na vulnerabilização dos trabalhadores, de maneira muito diversa do que ocorre no restante do país.

Diferentemente do que ocorre no restante do Brasil, parte significativa dos resgatados, têm residência fixa e residem no próprio Estado (região Oeste), sendo, da mesma forma do que ocorre no restante do Brasil, identificáveis os locais de origem desses trabalhadores ainda que o circuito *local de aliciamento/local de prestação do serviço*, seja significativamente menor quando comparado ao caso brasileiro.

Mesmo diante dessas características, os documentos públicos com especial destaque ao Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo, formulado pela COETRAE-RS sinaliza uma tendência internacional de utilização de mão de obra estrangeira, em situação de absoluta vulnerabilidade que tem provocado importantes fluxos migratórios para o Rio Grande do Sul, em especial pelas características da fronteira do estado que permitem um fluxo relativamente facilitado de pessoas, já sendo notório o caso de haitianos e africanos que afluem para o Estado na busca de melhores condições de vida.

Os documentos consultados atentam recorrentemente para uma dificuldade dos trabalhadores escravizados, reconhecerem-

se como tal, em um processo que as ciências sociais denominam de *naturalização do status quo* e que apresenta similitude, quer na sua configuração estadual quer na nacional.

Elemento que chamou-nos atenção, quando do manuseio dos acervos que fundamentaram essa investigação, diz respeito a uma expressiva invisibilidade da temática para a sociedade em geral, que percebe esse fenômeno, como característico de locais de avanço da fronteira agrícola, onde o Estado e seus agentes estão relativamente ausentes.

Atribuímos essa postura, a uma histórica percepção da sociedade sul riograndense acerca na inexistência de escravidão no estado desde o período colonial, o que já foi rechaçado pela historiografia regional e nacional, prioritariamente a partir dos estudos de Fernando Henrique Cardoso, mas que ainda é muito forte no imaginário social.

Essa invisibilidade, acrescida da naturalização dessa situação pelas próprias vítimas do trabalho escravo contemporâneo, ocasiona uma maior dificuldade de fiscalização pois não há uma mobilização expressiva da sociedade no sentido de formular denúncias, dificultando a ação dos agentes responsáveis pelo enfrentamento, o que aparece nos documentos oficiais como um desafio.

As elites locais como ocorre em outras regiões do Brasil, negam veementemente a existência desse tipo de relação laboral, resistindo à atuação dos Grupos Móveis.

Como questões bastante singulares ao estado do Rio Grande do Sul os dados analisados permitem identificarmos que a imensa maioria das libertações de trabalhadores escravizados estão concentradas nas atividades da fruticultura, especialmente na colheita de maçãs, na Serra Sul rio-grandense, região cujos indicadores sócios econômicos são positivos em relação a outras regiões do Estado, sendo a fruticultura comercial uma atividade

primária de precisão, que utiliza de expressivos aportes tecnológicos em circuitos comerciais significativamente ampliados com articulações importantes e notórias entre produtores nacionais e estrangeiros, com especial destaque às argentinas e chilenas.

Além da fruticultura foi possível localizar uma centralidade de atividades e cadeias produtivas pertencentes a silvicultura com a extração de madeira em área de reflorestamento (pinus e acácia), como ocorre também no Brasil, atividade essa que se destina a produção de celulose, de maneira um pouco diferente da exploração madeireira no Brasil que utiliza do trabalho escravo, cujo produto é basicamente a derrubada da vegetação nativa prioritariamente para a criação de pastagens, sendo uma parte expressiva desse produto destinado do beneficiamento da madeira e/ou transformação em carvão vegetal.

A pecuária também é uma atividade importante desenvolvida por empregadores flagrados mantendo trabalhadores escravizados, da mesma forma como ocorre em outras regiões do Brasil.

Nesse sentido podemos identificar uma aparente concentração espacial dos casos de trabalho escravo no Rio Grande do Sul, o que decorre inegavelmente da territorialização dos empreendimentos econômicos no estado.

Os dados apontam um número expressivo de atividades não identificadas do setor primário, o que possivelmente decorre da ausência de banco de dados mais sistematizado acerca das atividades, elemento esse que é apontado como meta tanto no cenário estadual quanto nacional, para viabilizar um enfrentamento mais efetivo.

Apresentamos ainda, à guisa de conclusão, algumas distinções entre o trabalho escravo no Brasil e na região Sul,

constantes no *Mapa Social*, elaborado pela ONG Repórter Brasil, com base em depoimento de auditora fiscal que coordena o grupo móvel que atua nos três estados do Sul do Brasil. Essas informações nos auxiliam, diante da escassez de dados, a identificar um perfil presente também em relação ao Rio Grande do Sul, com especial destaque a:

1) Invernos rigorosos que, somados a inadequada acomodação dos trabalhadores, tendem a agravar sua saúde e tornar o trabalho mais penoso;

2) Maior dificuldade da realização de operações de inspeção, uma vez que as denúncias oriundas da sociedade civil são inexpressivas, demandando investigações e ações de inteligência daqueles que participam das diligências;

3) Os resgatados dos estados do sul não são, *a priori*, identificados como migrantes pois têm residência fixa em área relativamente próxima ao local de trabalho. Diferentemente do que ocorre no norte e centro-oeste do Brasil, locais onde as distâncias entre o local de recrutamento e a local do trabalho são expressivas, o que dificulta o trabalhador escravizado de manter contatos constantes com seus familiares;

4) O aliciamento dos trabalhadores na região sul, via de regra, é mais sutil e por isso de difícil enfrentamento sendo um grande desafio aos agentes não só do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas também do Ministério Público do Trabalho (MPT), da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e de outros órgãos como o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público Estadual (MPE) e a Justiça Federal;

5) A escravidão no sul do Brasil conta geralmente com processos de ‘terceirização’ da prestação de trabalho, sendo bastante comum a atuação de cooperativas e empresas legalmente constituídas, de tal forma que a figura do ‘gato’ é

substituída pela figura do empreiteiro, o que dá uma aparente regularidade às relações laborais.

6) Uma importante similitude entre trabalhadores escravizados do sul e do restante do país, diz respeito a naturalização desta situação;

7) Devemos destacar, como ponto de convergência entre as diferentes regiões onde são encontrados trabalhadores escravizados, uma certa resistência das elites locais em relação a atividade dos grupos móveis. No Documento consultado encontramos relato de uma moção de protesto da bancada ruralista no Congresso Nacional, em audiência pública realizada no final de setembro de 2011, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados, convocada pelo deputado federal sul-rio-grandense Onyx Lorenzoni (DEM-RS). Este tipo de relato é bastante frequente em todas as regiões do país onde encontramos trabalho escravo rural contemporâneo, estando diretamente associado às articulações do poder local.

Ao final dessa investigação, achamos por bem reiterar nossa preocupação e conseqüente opção, pela compreensão do fenômeno do trabalho escravo contemporâneo no Rio Grande do Sul e suas interfaces com o cenário brasileiro, tomando como análise a ação estatal, identificada com um conjunto de planos e legislações que, mesmo com uma reduzida efetividade, evidenciam a importância do tema, bem como compromissos do poder público com o enfrentamento da questão, na qual a precarização das relações laborais atinge situações extremadas identificadas com o trabalho escravo contemporâneo.

O trabalho decente, apresentado no início desse texto deve ser o fundamento da nossa condição humana, percebido em sua dimensão onto-teleológica, e não como estruturante de relações

laborais desumanas e indignas, como ocorre frequentemente na contemporaneidade.

Diante do crescimento mundial do denominado ‘trabalho forçado’, no Brasil denominado de trabalho escravo contemporâneo, é mister redimensionarmos o papel desempenhado pelo trabalho na contemporaneidade, o que necessariamente implica em problematizar a forma como o trabalho se configura no modo de produção capitalista.

Inobstante a necessidade anteriormente apontada e até que essas reconfigurações ocorram, o esclarecimento, a denúncia e o combate, ainda que ínfimos, diante do crescimento dessas práticas, são de extrema importância, cabendo também a Universidade contribuir para dar visibilidade e sensibilizar a sociedade às ações que coíbam essas práticas, constituindo-se o trabalho digno como um direito fundamental do ser humano.

Cabe destacar, por fim, que o trabalho escravo contemporâneo passa hoje por uma significativa transformação. Até bem pouco tempo, dizia respeito exclusivamente ao trabalho rural, que foi objeto de nosso estudo. Hoje ganha visibilidade o trabalho escravo urbano, utilizado predominantemente nas confecções, de tal sorte a ensejar novas e desafiadoras atuações do Poder Público, das organizações envolvidas no combate ao trabalho escravo contemporâneo, bem como de pesquisadores, cujos esforços articulados podem contribuir para o enfrentamento da chaga social representada pelo trabalho forçado.

Referências

ALVES, Leonice & JOANONI NETO, Vitale. *Ação Interinstitucional para Qualificação e Reinserção Profissional dos Trabalhadores Resgatados do Trabalho Escravo e/ou em*

Situação de Vulnerabilidade. Artigo apresentado no X Encontro da ABHO – Recife 2010.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4ª edição. São Paulo. Cortez, 1997.

AUDI, Patrícia. A escravidão não abolida. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Coord.). *Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação*. São Paulo: LTr, 2006. p. 74-88.

BALES, Kevin. Posfácio. In: BRETON, Binka Le. *Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira*. Tradução de Maysa Montes Assis. São Paulo: Loyola, 2002. p. 257-262.

BELISARIO, Luiz Guilherme. *A Redução dos Trabalhadores Rurais à condição Análoga à de Escravos: um problema de direito penal trabalhista*. São Paulo : LTR, 2005.

BRASIL. *Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo*. Brasília, DF: OIT, 2003.

_____. *Plano de Ação para a prevenção e controle do desmatamento na Amazônia Legal*. Brasília, DF: 2004. (Decreto Presidencial 03/2003). Disponível em:

<<http://www.presidencia.gov.br/casacivil/desmat.pdf>>. Acesso em: 07/09/2013.

_____. Decreto de 31 de julho de 2003. Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE. In: *Presidência da República*. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 01 de agosto de 2003. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9943.htm> Acessado em 25 jul. 2013.

CASALDÁLIGA, Pedro, Dom. *Uma igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia, 1971.

CASTILHO, Ela Wieco. Considerações sobre a interpretação jurídico-penal em matéria de escravidão. *Estudos Avançados*, São Paulo, n.38, p.51-60, 2000.

ESTERCI, Neide. *Escravos da Desigualdade*: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI:KOINOMIA, 1994.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra*: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. *O trabalho escravo contemporâneo por dívida: como se manifestam os acusados?* Conferência na Universidade Salgado Oliveira em 2002.

LUZ, Ricardo Santos da e BAVARESCO, Agemir. Trabalho alienado em Marx e novas configurações do trabalho in *Revista Princípios*. Natal, v.17, n.27, jan./jun. 2010, p. 137-165.

_____. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação (reflexões sobre os riscos da intervenção subinformada). In: MOREYRA, Sérgio Paulo (Org.). *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1999. p. 127-163.

_____. *Fronteira. A degradação do Outro nos Confins do Humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MELO, L. A. C. Atuação do Ministério Público do Trabalho no Combate ao Trabalho Escravo – crimes contra a organização do trabalho e demais crimes conexos. In: *Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea*. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007, p.64-103.

_____. As atribuições do Ministério Público do Trabalho na prevenção e no enfrentamento ao trabalho escravo. *Revista LTr*, São Paulo, v. 68, n. 4, p. 425-32, abr. 2004.

MORAES, Maria José Souza. *Trabalho Escravo: da omissão do Estado a Conatrac, passando pela Bicicleta do Padre Canuto*. São Félix do Araguaia, 17 de outubro de 2007. Texto apresentado no encontro do Encontro do GPTEC- 2007.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. Disponível em:< <http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>>. Acesso em: 10 de jan. de 2015.

MTE. *Manual de Combate ao Trabalho em Condições análogas às de escravo* Brasília: MTE, 2011. 96 p.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley e PRONKO, Marcela. A atualidade das ideias de Nicos Poulantzas no entendimento das Políticas sociais no século XXI. In *Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Londrina*, v. 1, n. 2, p. 97-111, jan. 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Relatório da pesquisa OIT. Trabalho Escravo: Sul e Sudeste do Pará, 1995-2002*. Brasília, DF: OIT, 2002.

_____. *O custo da coerção*. Relatório global no seguimento da declaração da OIT sobre os direitos e princípios fundamentais

do trabalho. Relatório I (B), Conferência Internacional do Trabalho, 98ª Sessão. 2009.

_____. *Combatendo o Trabalho Escravo Contemporâneo: o exemplo do Brasil*. Brasília : ILO, 2010.

_____. *Convenção nº 29*, de 10 de junho de 1930, sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/trabalho_forçado/oit/convencoes/conv_29.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2013.

_____. *Convenção nº 95*, de 1 de julho de 1949, relativa à proteção do salário. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/conv_95.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2013.

_____. *Não ao trabalho forçado*. Relatório global do seguimento da declaração da OIT relativa a princípios e direitos fundamentais no trabalho. Relatório I (B), Conferência Internacional do Trabalho, 89ª Reunião. Genebra, 2001, tradução de Edilson Alckimim Cunha.

_____. *Uma aliança global contra o trabalho forçado*. Relatório global do seguimento da declaração da OIT sobre princípios e direitos fundamentais no trabalho. Relatório I (B), Conferência Internacional do Trabalho, 93ª Reunião. Genebra, 2005, tradução de Edilson Alckimim Cunha.

_____. *Combate ao Trabalho Escravo* : um manual para empregadores e empresas: Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011, 4 V.

PIRES, Daniela de Oliveira. A Crise do Estado de Bem-Estar Social no Contexto do Neoliberalismo e as Políticas Públicas para a Educação, In *Seminário de Pesquisa, 2010* - Ulbra

Guaíba- [HTTP://www.guaiba.ulbra.tche.br/pesquisa/2010/direito.html](http://www.guaiba.ulbra.tche.br/pesquisa/2010/direito.html). Acesso em 03 de Nov. de 2013.

PIOVEZAN, Flavia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. São Paulo. Saraiva, 2002.

PIRES, Murilo José de Souza. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, Volume 40, Nº 03, Julho - Setembro, 2009, p. 411-424.

PLASSAT, Xavier. Consciência e protagonismo da sociedade, ação coerente do poder público. Ações integradas de cidadania no combate preventivo ao trabalho escravo. In: VELLOSO, Gabriel; FAVA, Marcos Neves (Coord.). *Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação*. São Paulo: LTr, 2006. p. 206-222.

POSCHMANN, Marcio. *O Trabalho sob Fogo Cruzado*. São Paulo: Contexto, 2002.

PRADO, Adonia Antunes. (Coord.). *Terra e Trabalho Escravo: violência e impunidade*. Rio de Janeiro. UFF/CESC , 2002.

REPÓRTER BRASIL. *Escravo: palavra proibida na fronteira agrícola*. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=596>> Acesso em: 26 dez. 2013.

REVISTA DO TRABALHO. *Força-Tarefa descobre trabalho semelhante ao escravo em 10 empresas de corte e descasque de acácia*. Revista do Ministério Público do Trabalho, MPT 4. Região, Ano 8, Número 2 Abril - Junho 2008, p. 3.

RIO GRANDE DO SUL. Plano *Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo*, 28 de jan. 2014.

SAKAMOTO, Leonardo. *O trabalho escravo reinventado pelo capitalismo contemporâneo*. Entrevista concedida ao IHU-On Line de 29-11-2007 in www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=11011 acesso em 30 de outubro de 2013.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. *Trabalho escravo no Brasil*, São Paulo: LTr, 2001.

SINAIT. Auditores-Fiscais resgatam 17 indígenas de trabalho degradante no RS. *Disponível em*: <
<https://www.sinait.org.br/?r=site/noticiaView&id=8554>>.
Acesso em: 7 de jan. de 2015.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Convenções da OIT*. São Paulo: LTr, 1994.

THÉRY, Hervé et. al. *Atlas do Trabalho Escravo no Brasil*. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. A (des)ordem societal e territorial do trabalho. (Os limites para a unificação orgânica). In: MARQUES, M. I. ; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.). *O campo no século XXI : território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa amarela/Paz e Terra, 2004b. São Paulo: Laboratório de Geografia Rural, 2004. p.71-85.

_____. Sinal dos tempos do Capital: Irreformabilidade e Emancipação! In: ALVES, J.; PONTE, K. F.; THOMAZ JUNIOR, A. (Orgs.). (Volume VI). *Geografia e Trabalho no*

Século XXI. Presidente Prudente: Editorial Centelha/CEGeT, 2011b. p.5-28

VALVERDE, Orlando *et al.* *Problemática da Amazônia*. Biblioteca do Exército, 1971.

VELOSSO, Gabriel e FAVA, Marcos Neves. *Trabalho Escravo Contemporâneo: o desafio de superar a negação*. São Paulo: LTR e ANAMATRA, 2006.

VILELA, Ruth B. V.; CUNHA, Rachel M. *A experiência do Grupo Especial de Fiscalização Móvel no combate ao trabalho escravo*. In: *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.

VIOLA, Solon Eduardo. *Direitos Humanos e Democracia no Brasil*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2008.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Demarco Filipini

Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS - Unidade em Erechim); Bacharel em Administração (UERGS - Unidade em Erechim). E-mail: adriana.d@sponchiado.com.br.

Alcemir Antonio Bagnara

Mestrando em Desenvolvimento Rural (UFRGS); Graduando em Administração (UERGS - Unidade em Erechim); Especialista em Produção e Gestão Agrícola (URI) e Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS - Unidade em Erechim); Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS - Unidade em Sananduva). E-mail: alcebagnara@gmail.com.

Cibele Lucia Bombardelli

Graduanda em Administração (UERGS - Unidade em Erechim); Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS - Unidade em Erechim); Tecnóloga em Fruticultura (UERGS - Unidade em Erechim). E-mail: cibelelbombardelli@yahoo.com.br

Daiane Pegoraro Boch

Graduada em Medicina Veterinária-Uoesc. Mestranda em Sanidade e Produção Animal- Uoesc.

Deoner José Zanatta Junior

Pós-graduando em Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento (UERGS - Unidade em Erechim); Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS - Unidade em Erechim); Graduado em Engenharia Florestal (UFMS - Campus Frederico Westphalen); E-mail: zanattajr77@gmail.com

Dinik Osel da Silva

Tecnólogo em Produção Sucroalcooleira (2014) pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Mestre em Engenharia Agrícola (2018) pela Universidade Federal da Grande Dourados.

Douglas Cenci

Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS - Unidade em Erechim); Bacharel em Administração (UNOPAR-Erechim); Técnico em Agropecuária; Coordenador do Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai (SUTRAF-AU). E-mail: douglassutraf@hotmail.com.

Eduardo Schiavone Cardoso

Graduado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Geografia pela USP. Doutor em Geografia pela USP. Professor Associado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Ezequiel Redin

Tecnólogo em Agropecuária: Sistemas de Produção (UERGS) – CREA RS 160488; Bacharel em Administração (ULBRA); Licenciatura plena para a Educação Profissional (UFSM); Especialista em Gestão Pública Municipal (UFSM); Especialista em Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à Educação (UFSM); Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio (UFSM); Especialista em Ensino de Filosofia no Ensino Médio (UFSM); Mestre e Doutor em Extensão Rural (UFSM); Editor do Periódico Extensão Rural (Santa Maria); Membro da Academia Centro Serra de Letras. É Professor Adjunto do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais

(PPGER) na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). CV: <http://lattes.cnpq.br/4594328596786231>.

Idiane Mânica Radaelli

Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul- UERGS, mestre em Desenvolvimento, pela Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul- UNIJUI, doutoranda em Ciências Sociais, pela Universidade do Vale do Sinos- UNISINOS. Atualmente professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC.

Joice Schneider Marmentini

Pós-graduanda em Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento (UERGS - Unidade em Erechim); Especialista em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS - Unidade em Erechim); Graduada em Psicologia (URI - Campus Erechim); E-mail: joischneider@yahoo.com.br.

Karoline Arguelho da Silva

Engenheira de Produção (2016) pela Universidade Federal da Grande Dourados e Mestra em Engenharia Agrícola (2018), pela Universidade Federal da Grande Dourados. Atualmente é Doutoranda em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo.

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

Doutoranda em Geografia (UFSM); Doutora em História da América Latina (UNISINOS); Mestra em Geografia (UFSM), História da América Latina (UNISINOS); Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UNISINOS); Graduada em Direito e História (UNISINOS), Ciências Sociais e Geografia (ULBRA) e Agricultura Familiar e Sustentabilidade (UFSM). Atua como Docente na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria (RS). E-mail: profleo@ig.com.br.

Lisane Regina Vidal Conceição

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Geografia pela UFSM. Doutora em Geografia pela UFSM. Professora da Rede Estadual do estado do Rio Grande do Sul e da Rede Municipal de Santa Maria.

Marceli Maccari

Possui graduação em Agronomia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2003), mestrado em Zootecnia pela Universidade Federal de Santa Maria (2006) e doutorado em Agronomia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2016). Desde 2006 é professora na Universidade do Oeste de Santa Catarina. De 2006 à 2014 foi coordenadora dos cursos de Agronomia e Zootecnia, atualmente é diretora de Pesquisa, Pós Graduação e Extensão dessa mesma universidade. Na pesquisa tem atuado principalmente nas áreas de Integração lavoura pecuária, manejo de pastagens, qualidade de pastagens, nutrição de plantas, adubação de sistemas.

Marluza Marques Harres

Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1983). cursou mestrado (1992) e doutorado em História (2002) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professora titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Tem experiência em pesquisa e orientações de mestrado e doutorado, atuando principalmente nos seguintes temas: história política, história ambiental, história agrária e movimentos sociais.

Natália Coimbra da Silva

Tecnóloga em Agroecologia (2014) pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Mestra em Engenharia Agrícola (2018) pela Universidade Federal da Grande Dourados. Atualmente é

doutoranda em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas

Neusa Andreolla

Mestra em Educação (UPF); Especialista em Genética (UPF); Graduada em Ciências Biológicas (UPF); Professora Assistente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – (UERGS - Unidade em Erechim). E-mail: neusa-andreolla@uergs.edu.br.

Pedro Henrique Lopes dos Santos

Membro do grupo de pesquisa Dasein-núcleo de estudos hermenêuticos, foi membro do BioTecJus e estudante de graduação em Direito da Universidade Vale do Rio Sinos (UNISINOS).

Tiago Arcego da Silva

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo (UPF). Graduado em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2014). Especialista em Espiritualidade pela Faculdade de Teologia e Pastoral - Itepa Faculdades, de Passo Fundo. Especialista em Educação no Campo com ênfase em Estudos da Realidade Brasileira pela Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó. Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Membro do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR). Tem experiência na área de História Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Teologia da Libertação, Conflitos Sociais, História do Oeste Catarinense.

Zenicléia Angelita Deggerone

Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS); Mestre em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES); Bacharel em Administração (UERGS - Unidade em Erechim); Professora

Assistente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul –
(UERGS - Unidade em Erechim).

E-mail: zenicleiadeggerone@gmail.com.

